



RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO
SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ

ODS 2023

**RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO
SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ**

ODS 2023



Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará Ano 2023.

Governo do Estado do Pará.

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.seplad.pa.gov.br).

Publicação em formato digital. Produzido no Brasil – Pará.

Este relatório foi elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, e diagramado com recursos da SEPLAD.

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Elieth de Fátima da Silva Braga

SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Maria de Nazaré Souza Nascimento

DIRETORA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Maria do Perpetuo Socorro Garcia Castro

ASSESSORIA TÉCNICA

Bernadete de Jesus Barros Almeida

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Coordenadoria de Estudos Econômicos

Geovana Raiol Pires

Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva

Marcelo Pereira Lobato

João Ulisses Barata da Silva

José Luiz Barbosa Silva

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Programas

Julianna Leite Saraiva

Coordenadoria de Gestão de Resultados

Mariana Nascimento Oliveira

COLABORADORES – SEPLAD

Brenda Rassy Carneiro Maradei

Selma Jerônima Mesquita Couto

Roberto Carneiro de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) – Belém-PA

P221r

Pará. Governador (2022 – Helder Zahluth Barbalho)
Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará. Ano 2023 / Helder Zahluth Barbalho – Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2023.

312 p.il.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Pará.
2. Agenda 2030.
3. Políticas Públicas.

CDD 333.715

CDU 502.13





The background features a complex abstract design. At the top, a series of red and blue chevron-like lines create a zigzag pattern. Below this is a large, stylized red shape resembling a heart or a flame, with a blue outline. Underneath the red shape is a series of blue and red diamond-like patterns. The bottom half of the image consists of red and blue wavy lines, similar to ocean waves.

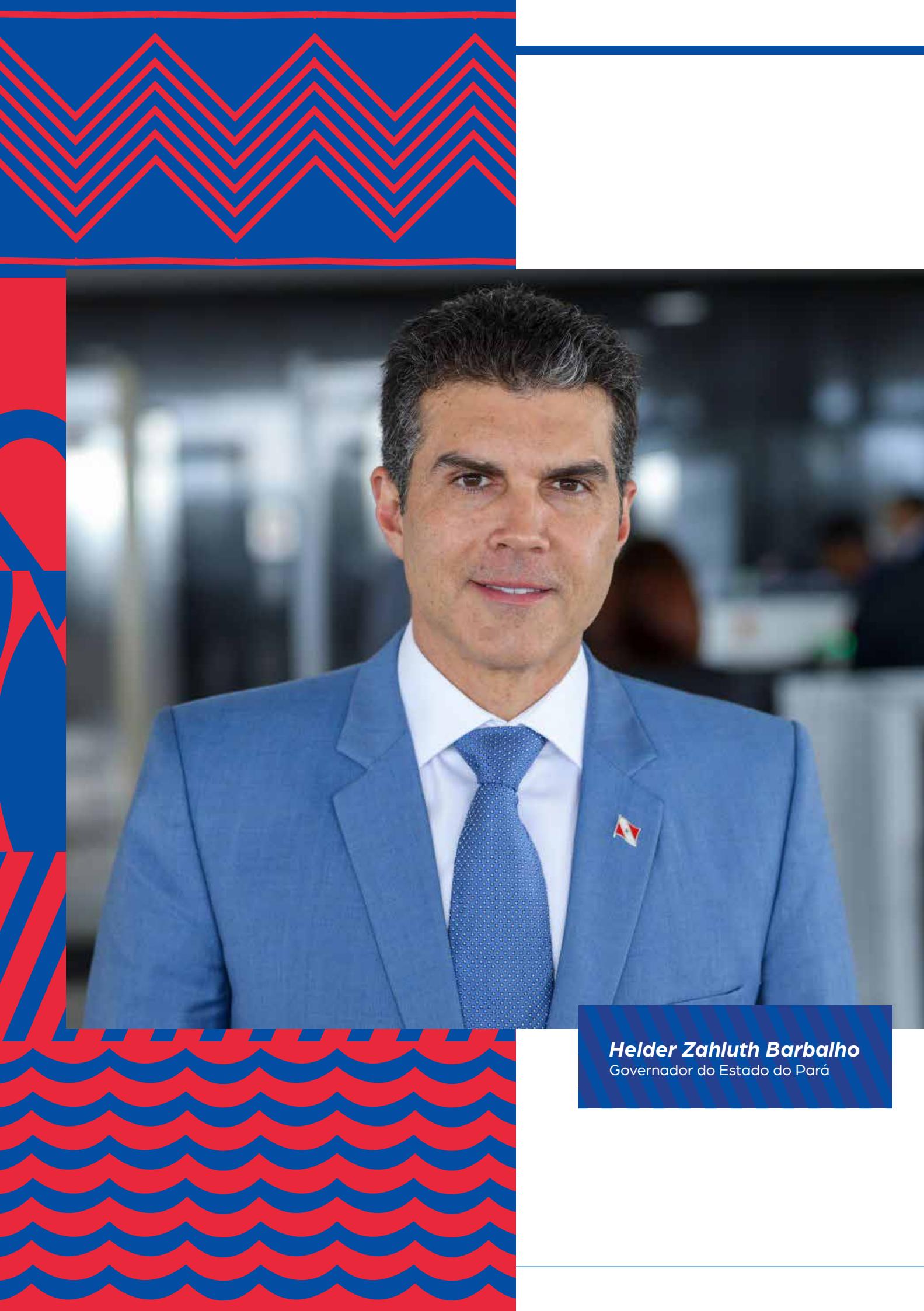
SU
MÁ
RIO



SUMÁRIO

Mensagem do Governador	Apresentação	CAPÍTULO 1 ODS 1. Erradicação da Pobreza	CAPÍTULO 2 ODS 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável
06	08	12	24
CAPÍTULO 3 ODS 3. Saúde e Bem-Estar	CAPÍTULO 4 ODS 4. Educação de Qualidade	CAPÍTULO 5 ODS 5. Igualdade de Gênero	CAPÍTULO 6 ODS 6. Água Potável e Saneamento
40	60	96	108
CAPÍTULO 7 ODS 7. Energia Limpa e Acessível	CAPÍTULO 8 ODS 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	CAPÍTULO 9 ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	CAPÍTULO 10 ODS 10. Redução das Desigualdades
122	134	150	172
CAPÍTULO 11 ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	CAPÍTULO 12 ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis	CAPÍTULO 13 ODS 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	CAPÍTULO 14 ODS 14. Vida na Água
186	204	216	228
CAPÍTULO 15 ODS 15. Vida Terrestre	CAPÍTULO 16 ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	CAPÍTULO 17 ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação	Bibliografia
240	266	290	310





Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará



MENSAGEM DO GOVERNADOR

Em sintonia com o compromisso pautado na transformação dos esforços governamentais em bem-estar à população, o Governo do Estado, consciente da complexidade e diversidade das realidades territoriais nessa unidade federativa, segue na contínua proposta de aperfeiçoamento da gestão estadual. Essa atuação dimensionada nas diretrizes estratégicas (Sociedade de Direitos, Crescimento Inteligente, Trabalho com Responsabilidade e Gestão Pública Presente) requer o aprimoramento de Planos, Programas e intervenções específicas, e ainda constante diálogo e interlocução com estruturas e institucionalidades não governamentais.

Ademais, o Estado do Pará, possuindo posição estratégica na centralidade amazônica orientada para o desenvolvimento socioambiental, adotou, por meio de sua atual gestão, como uma das referências de longo prazo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de alinhamento aos instrumentos do planejamento estratégico estadual.

Dessa forma, a Gestão Estadual, ao disponibilizar o Relatório Local Voluntário (RLV) pelo quarto ano consecutivo, além de evidenciar o conjunto de entregas e providências concluídas e em andamento no exercício 2022, reafirma sua intenção na busca

de acordos socioambientais locais e globais que consolidem o processo de mudança nos paradigmas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, priorizando a inovação e a agilização da entrega de serviços públicos à nossa população, que carece de serviços mais céleres e efetivos.

Em 2022, aliada à ampliação de acordos e parcerias nacionais e internacionais, o lançamento do Planejamento Estratégico de Longo Prazo – Pará 2050 traduz a intenção da construção compartilhada de soluções sustentáveis e fundantes ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e ambientais. A completude desse instrumento irá aglutinar as políticas públicas relevantes, de acordo com a transversalidade e a temporalidade necessária para a implementação, sendo balizador ao planejamento de médio prazo, a exemplo do Plano Pluriannual e ao alinhamento às metas previstas na Agenda 2030 – ODS.

Com a disposição e determinação do povo da Amazônia, e com o direcionamento da Agenda 2030, somos capazes de transformar cada vez mais a realidade de nosso estado, e seguimos trabalhando juntos para alcançarmos grandes resultados para o nosso povo. Vamos continuar planejando, em busca de mais qualidade de vida a nossa gente.

**APRESEN
TA
GÃO**

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Pará, pelo quarto ano consecutivo, apresenta o Relatório Local Voluntário – RLV, que se originou, inicialmente, do compromisso do governo ao aderir, em 2019, ao Movimento Voluntary Local Review em Nova York, que é o fórum de compartilhamento de informações sobre o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, organizado pela Prefeitura de Nova York e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ainda em 2019, foi concebido o Plano Plurianual (PPA) do Estado do Pará para o quadriênio 2020-2023, cujos pilares de elaboração já incorporavam preocupações que também se identificaram nas recomendações dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como redução das desigualdades, geração de emprego e renda, sustentabilidade ambiental, inclusão social, qualidade de vida, justiça e proteção social, transparência e controle social, desenvolvimento econômico, equilíbrio das contas públicas, participação social. Respalgado na participação popular realizada em 12 audiências públicas em todas as regiões de integração.

Desse modo, foi possível fazer o alinhamento do PPA 2020-2023 aos **17 ODS** e respectivas metas ajustadas ao Pará e a institucionalização da Agenda 2030 no estado, concretizada

pela publicação do primeiro Caderno **ODS**, no ano de 2019, e pelo Relatório Local Voluntário do Pará, nos anos de 2020, 2021, 2022.

O Relatório Local Voluntário (RLV) tem como objetivo mapear e analisar o desenvolvimento dos **ODS** no Estado do Pará e, dessa forma, reforçar o compromisso da gestão com a implementação da Agenda 2030 no Estado. Com ele, a sociedade pode acompanhar o esforço da gestão na implementação dos **ODS**. A publicação foi elaborada em consonância com o Plano Plurianual de 2020-2023. Além disso, o desenvolvimento e a publicação do relatório representam o pioneirismo do Estado do Pará mediante o reconhecimento desse movimento.

O relatório de 2023, referente ao ano de 2022, apresenta de forma compacta esforços, iniciativas, programas, projetos e ações do Governo do Estado do Pará, por meio da execução de seu Plano Plurianual na direção do alcance dos **17 ODS**, com a identificação correspondente às contribuições para as respetivas metas.

Ao longo desses anos, em que a gestão estadual alinhou o PPA aos **ODS**, as demais políticas públicas, projetos e programas que vêm sendo elaboradas têm sido estrategicamente pensados e incorporados aspectos importantes consoantes com as recomendações preceituadas nos **17 ODS**.

e suas 169 metas. A exemplo do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, Política de Inclusão Social e Redução da Violência/ Territórios pela Paz, Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Política de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, Política Estadual de Empoderamento da Mulher no Estado do Pará, Plano Estadual de Bioeconomia, Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Estado do Pará e o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

A prática desse alinhamento vem sendo, assim, incorporada ao longo dos últimos anos na gestão das políticas públicas pelo estado, em um aprendizado e aprimoramento constantes, na busca de melhores condições de vida à população do Estado.

Esta publicação, somada às dos anos anteriores, possibilita verificar o avan-

ço nas correlações entre as realizações do Governo Estadual em cada ano e suas contribuições na direção do alcance das metas dos **17 ODS**.

Nos capítulos seguintes deste Relatório Local Voluntário do Pará – RLV 2023 são apresentadas, de forma mais específicas, as realizações da gestão estadual no ano de 2022, em colaboração com os **17 ODS** e suas respectivas metas.

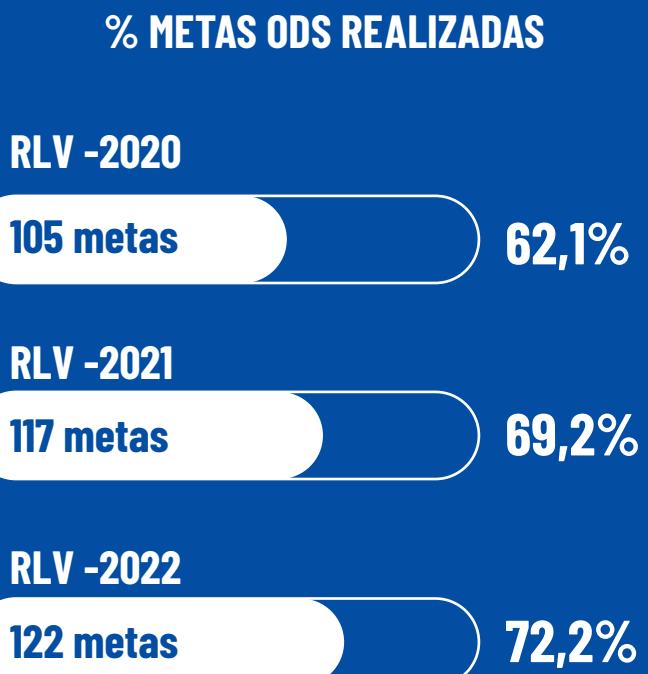
O Quadro I registra as metas correspondentes aos **17 ODS** (Meta ODS Brasileira/IPEA) para as quais encontram-se execução de ações, programas e projetos no ano de 2022, que colaboraram, em alguns aspectos, para os preceitos estabelecidos nas metas de cada um dos **ODS**. Em 2022, o Governo Estadual apresentou realizações/ entregas em 122 metas estabelecidas (72,2%) pela Agenda 2030.

QUADRO I - QUADRO DE METAS ODS, COM REALIZAÇÕES - 2022

QUADRO I - QUADRO DE METAS ODS, COM REALIZAÇÕES - 2022																
Metas ODS																
1.1	2.1	3.1	4.1	5.1	6.1	7.1	8.1	9.1	10.1	11.1	12.1	13.1	14.1	15.1.1	16.1	17.1
1.2	2.2	3.2	4.2	5.2	6.2	7.2	8.2	9.2	10.2	11.2	12.2	13.2	14.2	15.2	16.2	17.2
1.3	2.3	3.3	4.3	5.3	6.3	7.3	8.3	9.3	10.3	11.3	12.3	13.3	14.3	15.3	16.3	17.3
1.4	2.4	3.4	4.4	5.4	6.4	7.a	8.4	9.4	10.4	11.4	12.4	13.a	14.4	15.4	16.4	17.4
1.5	2.5	3.5	4.5	5.5	6.5	7.b	8.5	9.5	10.5	11.5	12.5	13.b	14.5	15.5.3	16.5	17.5
1.a	2.a	3.6	4.6	5.6	6.6		8.6	9.a	10.6	11.6	12.6		14.6	15.6.2	16.6	17.6
1.b	2.b	3.7	4.7	5.a	6.a		8.7	9.b	10.7	11.7	12.7		14.7	15.7	16.7	17.7
2.c		3.8	4.a	5.b.2br	6.b		8.8	9.c	10.a	11.a	12.8		14.a	15.8	16.8	17.8
		3.9	4.b	5.c			8.9		10.b	11.b	12.a		14.b	15.9	16.9	17.9
		3.a	4.c				8.10		10.c	11.c	12.b		14.c	15.a	16.10	17.10
		3.b					8.a				12.c			15.b.1	16.a	17.11
		3.c					8.b							15.c	16.b	17.12
		3.d														17.13
																17.14
																17.15
																17.16
																17.17
																17.18
																17.19

Elaboração: Seplad, 2023.

Figura I – Resumo da evolução de metas ODS com contribuição de ações do PPA 2020/2023 – 2020, 2021 e 2022.



Elaboração: Seplad, 2023.





1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



**ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS
SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES**

1
ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



OBJETIVO 1

ACABAR COM A POBREZA
EM TODAS AS SUAS FORMAS,
EM TODOS OS LUGARES.

Neste capítulo, destacaremos as principais contribuições do Governo Estadual para o alcance das metas do **ODS 1**, que objetiva acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, erradicando a pobreza extrema, reduzindo pela metade a população em situação de pobreza, monetária e não monetária, além de assegurar para todos, principalmente pobres e vulneráveis, o acesso ao sistema de proteção social, e garantir serviços de infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, além de segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

O ODS 1 É COMPOSTO DE SETE METAS, SENDO CINCO FINALÍSTICAS E DUAS DE IMPLEMENTAÇÃO.

META 1.1

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20 per capita por dia.

META 1.2

Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

META 1.3

Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

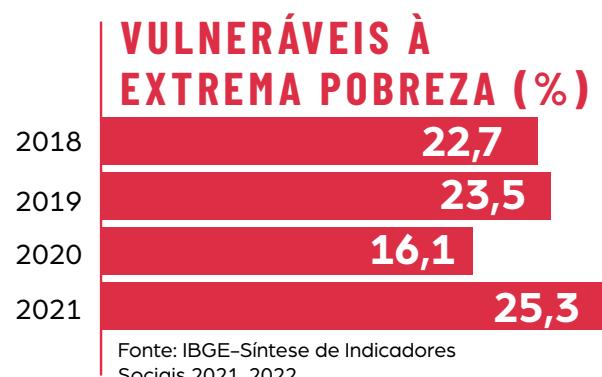
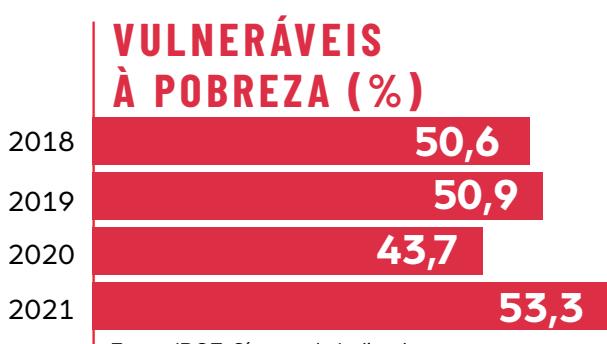
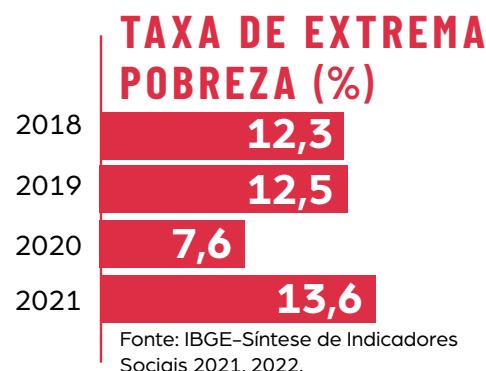
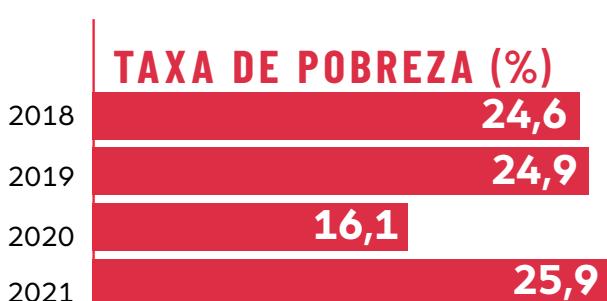
META 1.4

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

META 1.5

Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

ONDE ESTAMOS



O QUE FIZEMOS

O Governo do Estado do Pará tem contribuído para o alcance das metas propostas pelo **ODS 1**, com programas, projetos e ações de diversos campos das políticas públicas. Na assistência social, além da execução e cofinanciamento de serviços socioassistenciais, destacaram-se os benefícios e programas de transferências de renda; qualificação profissional; regularização fundiária; políticas de habitação social, entre outros.

Em 2022, com o intuito de contribuir para as **metas 1.1 e 1.2**, que tratam da erradicação da pobreza extrema e das diferentes dimensões da pobreza, tanto monetária quanto a pobreza não monetária, o Governo Estadual promoveu iniciativas como o Programa Estadual Extraordinário

de Transferência de Renda (Renda Pará), criado, em 2020, com a finalidade de atenuar os efeitos econômicos da COVID-19, por meio do qual foram transferidos cerca de R\$52 milhões, em 2022, que beneficiaram aproximadamente 520 mil famílias em todo o estado. Além disso foi implementado o Programa "Vale Gás", que viabilizou a compra de botijões de 13 quilos e atendeu aproximadamente 50 mil famílias, inseridas no Cadastro Único, totalizando cerca de R\$5,61 milhões. O Programa de Renda Cidadã (Bora Belém), uma cooperação entre o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém, transferiu valores mensais de R\$200 a R\$500, totalizando mais de R\$30 milhões a cerca de 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social.



**RENDA
PARÁ AUXILIA OS
MAIS ATINGIDOS
SOCIAL E
ECONOMICAMENTE
PELA PANDEMIA
DA COVID-19**



COM 6.500 METROS DE ÁREA CONSTRUÍDA, A USIPAZ DO JURUNAS E CONDOR MATERIALIZA O ACESSO À CIDADANIA

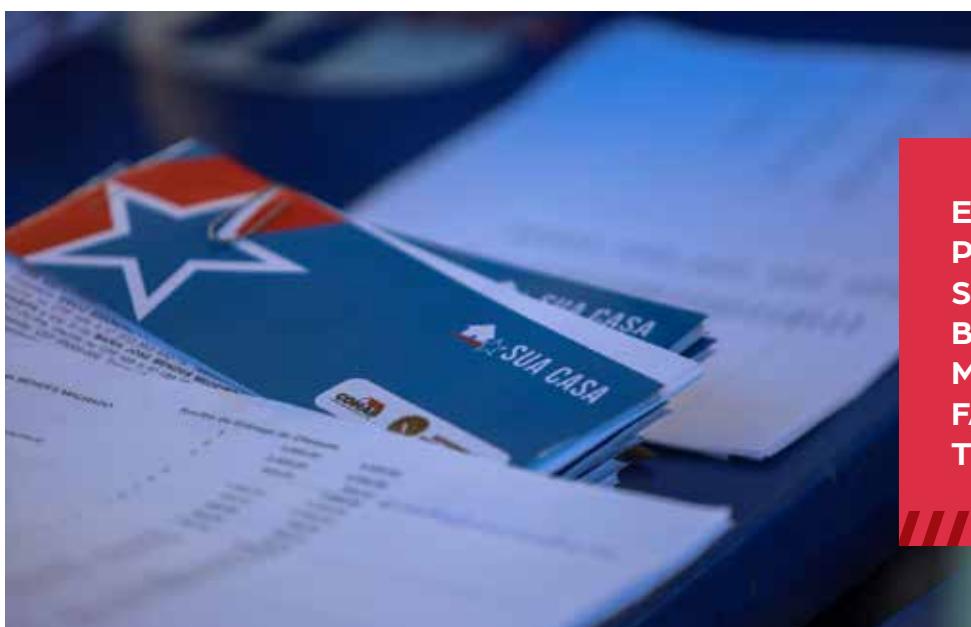
Contribuindo para o alcance da **meta 1.3**, o Governo do Estado atuou no cofinanciamento da gestão nos municípios do estado, principal pilar do fortalecimento da Proteção Básica e Especial prestada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) às populações em situação de vulnerabilidade, efetivando repasses de aproximadamente R\$8 milhões.

Importante para a redução da pobreza não monetária, contribuindo para o alcance das **metas 1.2 e 1.4** destaca-se o Programa "Água Pará", que em 2022 quitou as contas de abastecimento de água de mais de 380 mil domicílios, de famílias inscritas no Programa Auxílio Brasil que registraram um consumo médio de até 20 m³.

A qualificação profissional é uma condição para a entrada ou permanência no mercado de trabalho e empreendedorismo. Neste sentido, o Programa "Qualifica Pará" viabilizou cursos e ações de qualificação profissional alinhados às exigências contemporâneas do trabalho. O programa aten-

deu, em 2022, cerca de 20 mil pessoas em 136 municípios, com investimentos de R\$32 milhões, recorde de aporte de recursos estaduais para a área, com benefícios diretos à população. Esta iniciativa contribui para o alcance das **metas 1.2 e 1.5**.

O Programa "Sua Casa", que visa principalmente apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social, contribui para as **metas 1.2 e 1.5**. Em 2022 foram investidos aproximadamente R\$24 milhões, atendendo mais de 12 mil domicílios, em todos os 144 municípios. O programa oferece subsídios para a construção, reforma ou ampliação de moradias, contribuindo para melhorar as condições de vida dessas famílias e reduzir a proporção de pessoas vivendo em condições precárias. Cabe também citar o investimento de R\$2,5 milhões em ações de urbanização em 704 domicílios considerados precários e subnormais, nas Comunidades Taboquinha, Pratinha e Pantanál, no município de Belém; e Aurá, em Ananindeua.



**EM 2023,
PROGRAMA
SUA CASA VAI
BENEFICIAR
MAIS DE 11 MIL
FAMÍLIAS EM
TODO O PARÁ**

O programa estadual de regularização fundiária alinha-se às **metas 1.1, 1.2, 1.4 e 1.5**, que visa regularizar a situação de propriedade de terras ocupadas por famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, garantindo-lhes acesso à terra e a outros recursos. Em 2022 foram entregues 1.083 títulos urbanos, sendo 563 imóveis regularizados no município de Castanhal, 201 em Marabá e 319 em Redenção, envolvendo recursos no valor de R\$235 mil. Ressalta-se que os documentos garantem a segurança jurídica aos ocupantes, que se tornam proprietários, além da atestarem a localização exata do imóvel. A titularidade também agrega valor de mercado e permite acesso a linhas de crédito que utilizam a propriedade como garantia legal.

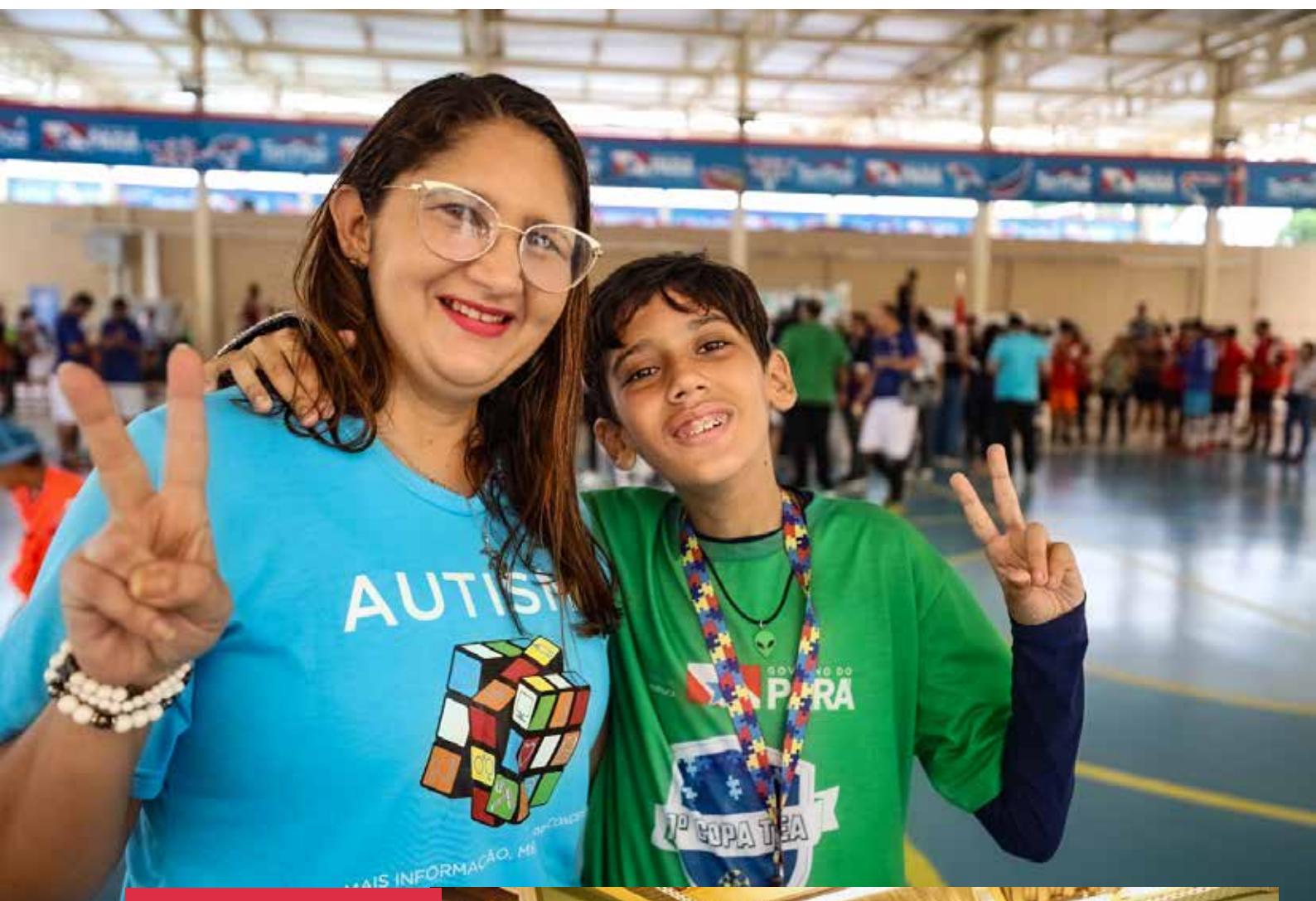
Importantes também são as iniciativas do Programa TerPaz, que contribuíram para o alcance das **metas 1.1, 1.2 e 1.4**. Dentro as ações multidisciplinares ao processo de inserção social, as Usinas da Paz possuem complexo poliesportivo, com quadra de areia, espaço multicultural, piscina, salas de audiovisual, inclusão digital, e adaptadas para o acesso de pessoas com deficiência. Consolidadas nos bairros, como equipamento público de cidadania e transformação social, as Usinas atenderam, aproximadamente, 600 mil pessoas, com serviços gratuitos, como atendimento médico, odontológico, psicológico, consultoria jurídica, qualificação profissional e emissão de documentos.

Nas Usinas realizaram-se, em 2022, cursos de gastronomia, dentre eles, cozinha paraense, vegetariana, noções de confeitoraria, pães e pescados e frutos do mar e elaboração de drinks, que beneficiaram

cerca de 2.800 pessoas. As salas de leitura receberam aproximadamente 24 mil crianças, jovens e adultos, consultando os acervos das bibliotecas, que contam com romance, literatura paraense, histórias em quadrinhos, arquitetura, direito, linguística, filosofia e economia, dentre outros. Ainda no ambiente das Usinas, as aulas personalizadas para alfabetização de adultos, reforço escolar, curso e pré-Enem (redação, português e matemática), atividades de leitura e produção de texto, contação de história alcançaram mais de 500 crianças, adolescentes e jovens.

Em 2022, integrante da política de assistência social, deu-se continuidade às ações de acolhimento institucional aos idosos em situação de abandono, negligéncia e com vínculo familiar fragilizado ou rompido, sem condições de prover sua própria subsistência, quanto à segurança alimentar, cuidados com a saúde e convivência social. Estas ações contribuíram para a **meta 1.3**. Juntas, as Unidades de Longa Permanência – Lar da Providência e o Nossa Lar Socorro Gabriel, em Belém – atenderam em torno de 71 idosos de ambos os sexos, dispondo de acessibilidade, habitabilidade, higiene, segurança e favoreceram o convívio comunitário local.

Contribuindo para a **meta 1.4**, o Programa Creches Por Todo o Pará, criado em 2021, garante, sobretudo às famílias mais pobres, cuidado e proteção às crianças, enquanto os seus responsáveis trabalham para garantir melhoria de vida. Para viabilização do Programa, as prefeituras municipais são responsáveis pela cessão do imóvel (terreno), administração do espaço e prestação dos serviços nas creches, cabendo ao Governo do Estado a



**USIPAZ OFERECE
ATIVIDADES
ESPORTIVAS
E SERVIÇOS
GRATUITOS
PARA TODOS**





**'REDÁRIO' NA
CRECHE PROF.
ORLANDO BITAR
INCENTIVA
A LEITURA E
VALORIZA HÁBITO
REGIONAL**

O projeto inédito na rede estadual atende mais de 500 crianças de 2 a 5 anos



O PROJETO MEU
ENDERECO CERTO,
APOIOU CERCA DE
2.700 FAMÍLIAS,
EM 2022

responsabilidade pela execução e entrega das obras e, ainda, pelos equipamentos didático-pedagógicos. Em 2022 foram autorizadas as construções de aproximadamente 117 creches em municípios das 12 Regiões de Integração e entregue a primeira creche "Centro de Referência em Educação Infantil Prof. Orlando Bitar". Localizada em Belém, tornou-se o maior espaço de aprendizagem paraense destinado ao público infantil, o qual receberá, anualmente, cerca de 500 crianças de 2 a 5 anos de idade.

No tocante à política de Segurança Alimentar e Nutricional, pode-se citar a entrega de uma cozinha comunitária no Município de Xinguara, com produção diária de 100 refeições diárias para famílias inscritas no CadÚnico, cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social

- CRAS, em situação de insegurança alimentar e nutricional. O equipamento, além de promover ações de educação alimentar e nutricional, é utilizado também como local para capacitar e gerar emprego e renda para a população do município.

Outra iniciativa que contribui para o alcance da **meta 1.4** é o projeto Meu Endereço Certo, que em 2022 disponibilizou para cerca de 2.700 famílias um kit, composto por uma planta de localização do imóvel, planta de limite de lote, laudo de condições socioambientais da moradia e guia de encaminhamento para os programas sociais, propondo as resolutividades das demandas comunitárias relacionadas ao suporte de assistência técnica, regularização fundiária e de conflitos socioambientais junto aos programas sociais de governo.





2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



**ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA
ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**



ESCOLA
CORDEIRO DE
FARIAS FOI
CONTEMPLADA
COM O PROJETO
DE CRIAÇÃO DE
UMA HORTA.





OBJETIVO 2

ACABAR COM A FOME,
ALCANÇAR A SEGURANÇA
ALIMENTAR E MELHORIA DA
NUTRIÇÃO E PROMOVER A
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

O **ODS 2** foi criado com a finalidade de propiciar iniciativas que visem abolir com todas as formas de fome e a desnutrição, de forma a garantir que todas as pessoas, especialmente crianças e idosos, tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos. É composto de oito metas, sendo cinco finalísticas e três de implementação. Em 2022, o Governo do Estado realizou projetos e atividades que contribuíram no todo ou em parte para o alcance das metas do **ODS 2**. Essas entregas fomentam o aumento da produtividade agrícola e viabilizam o acesso de pessoas, principalmente aquelas mais vulneráveis a alimentos seguros e saudáveis.

AS METAS NACIONAIS REFERENTES AOS ODS 2, CONFORME AS QUAIS OBSERVOU-SE CONTRIBUIÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2022, SÃO APRESENTADAS A SEGUIR.

META 2.1

Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

META 2.2

Até 2030, erradicar as formas de má nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de mánutrição relacionadas ao sobre peso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.

META 2.3

Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.

META 2.4

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

META 2.A

Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.

META 2.5

META 2.5.1

Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação ex situ, in situ e on farm, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.

META 2.5.2

Até 2020, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente, assegurando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

ONDE ESTAMOS

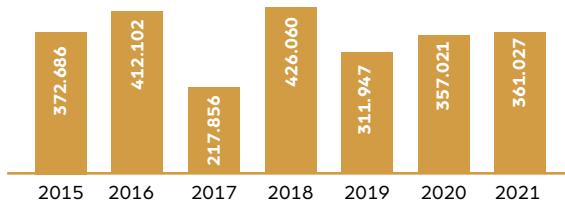
RANKING NACIONAL DE PRODUÇÃO

Cultura	Posição no Ranking	Quantidade Produzida	Unidade Medida	Variação % 2020/2021
 ABACAXI	1º	361.027	Frutos por hectare	1,10%
 AÇAÍ	1º	1.388.116	toneladas	-0,13%
 CACAU	1º	146.375	em amêndoas	1,20%
 DENDÊ	1º	2.846.023	cacho de coco	0,60%
 MANDIOCA	1º	4.053.932	Quilograma por hectare	6,30%
 PIMENTA-DO-REINO	2º	35.469	toneladas	-1,90%
 LIMÃO	3º	84.748	toneladas	-46,90%
 COCO-DA-BAÍA	3º	167.646	toneladas	-11,60%
 LARANJA	7º	233.051	toneladas	-39,90%

Fonte: IBGE-PAM, 2021.

FRUTOS POR HECTARE

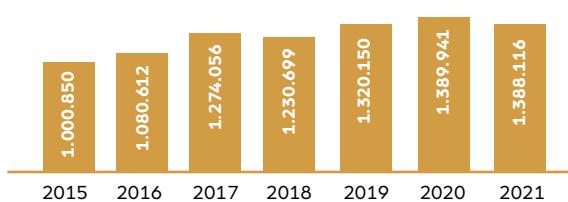
ABACAXI



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

TONELADAS

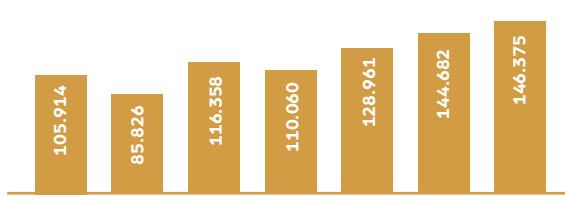
AÇAÍ



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

EM AMÊNDOA

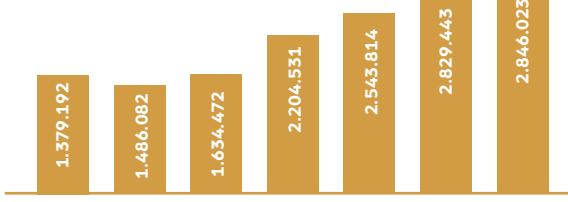
CACAU



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

CACHO DE COCO

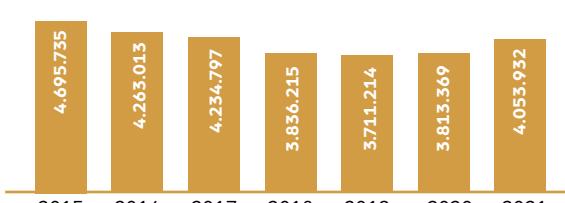
DENDÊ



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

QUILOGRAMA POR HECTARE

MANDIOCA



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

TONELADAS

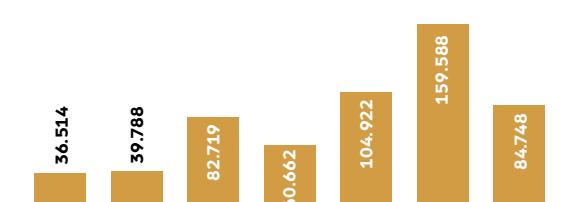
PIMENTA-DO-REINO



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

TONELADAS

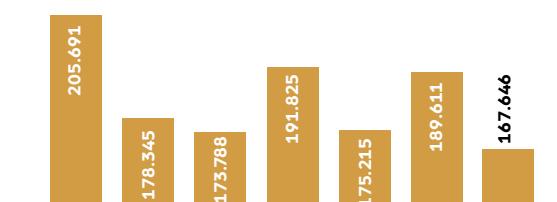
LIMÃO



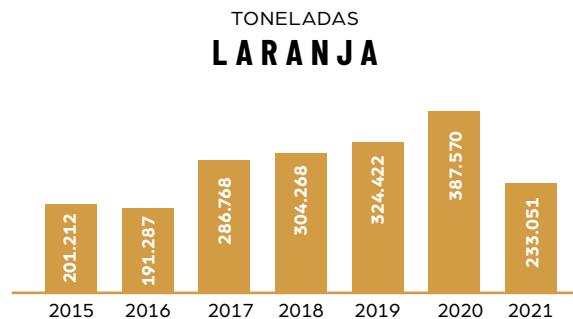
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021

TONELADAS

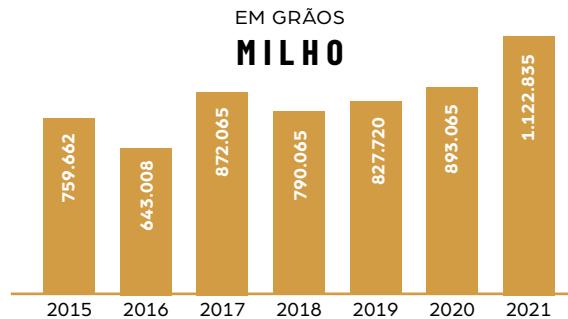
COCO-DA-BAÍA



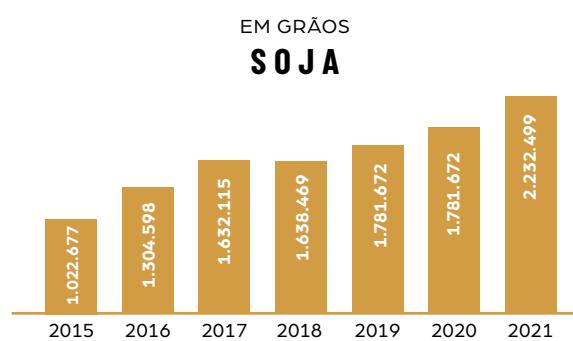
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal; 2021



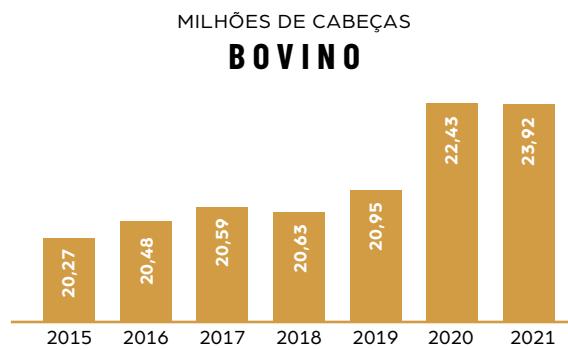
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; 2021



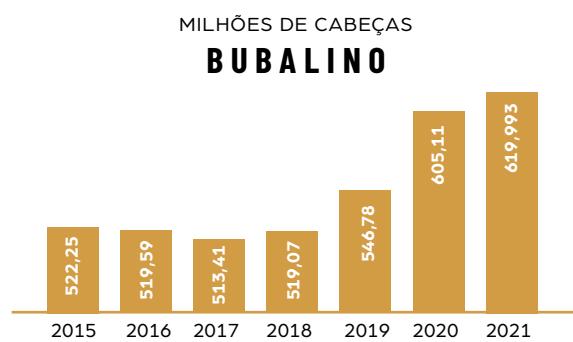
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; 2021



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; 2021



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal; 2021



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal; 2021

O QUE FIZEMOS



**EM BENEVIDES,
GOVERNO DO
PARÁ REALIZA A
MAIOR ENTREGA
DE TÍTULOS DE
TERRA URBANOS
DO ESTADO**

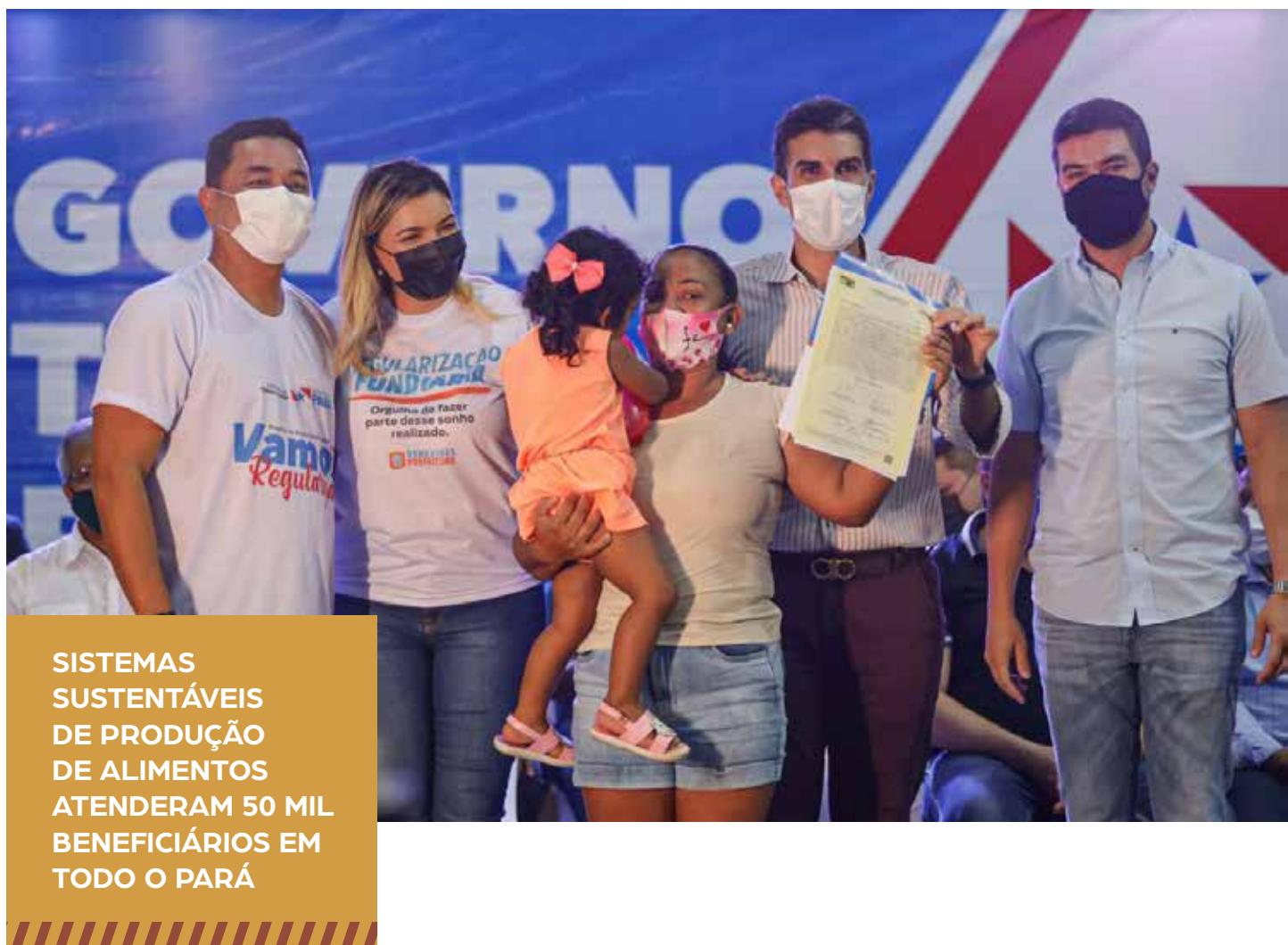
O Governo do Estado do Pará tem contribuído para o alcance das metas propostas pelo **ODS 2**, tal como o fomento e apoio à agricultura familiar, oferecendo assistência técnica, crédito rural e infraestrutura para a produção, comercialização e distribuição de alimentos, além de promoção da segurança alimentar e nutricional. Essas iniciativas impactam na produtividade e na vida das pessoas que dependem da produção de alimentos no estado, principalmente os mais vulneráveis. A seguir, apresentamos as iniciativas.

As ações de defesa sanitária asseguraram proteção à saúde animal nos 144 municípios, com destaque

para os programas de combate a raiva herbívora, brucelose e tuberculose bovina, anemia infecciosa equina, Mormo, gripe aviária e doença de Newcastle. Em 2022, cerca de 7 milhões de animais foram vacinados. No tocante ao Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, 1.172.927 bezerras foram vacinadas, o que garante proteção à economia e aos consumidores. O conjunto de ações de defesa e educação garante alimentos seguros e saudáveis para toda a sociedade, contribuindo para o alcance da **meta 2.1**, que trata do acesso a alimentos nutritivos e suficientes o ano todo, especialmente às pessoas mais pobres e vulneráveis.

No que se refere à política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em contribuição à **meta 2.2**, o governo do Pará apresentou o III Plano Estadual de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável, instrumento que conduz o planejamento, gestão e execução do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Integram os desafios orientadores do Plano, o mapeamento de territórios vulneráveis; ações de educação sobre a política de SAN, a exemplo do Projeto "Alimentação e Hábito Saudável"; manutenção de restaurante "Pra-

to Popular (Belém, capital), além de apoio à produção familiar, aquisição de alimentos e consumo inclusivo em 43 municípios e 300 famílias. O Projeto "Banco de Alimentos" atende famílias com a distribuição de alimentação, promoção de ações educativas e plantio de essências florestais e ornamentais, com o apoio da Embrapa Amazônia Oriental. A implantação de dez hortas social pedagógica atendeu seis municípios, em Belém (Usina da Paz), Concórdia do Pará; Igarapé -Miri; Cametá e Baião.



Ressalta-se, na mesma linha de atuação, o apoio técnico a 310 famílias produtoras rurais, cadastradas no Programa Alimenta Brasil (PAB), nas regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós e Tocantins, além de promover a comercialização de alimentos produzidos por agricultores, destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, através de equipamentos da rede socioassistencial ou pela rede

pública e filantrópica de ensino. E ainda prestou apoio a implantação de 10 Hortas Sociais Pedagógicas, para atender em torno de 80 famílias, nos municípios de Acará, Belém, Igarapé-Miri, Cametá, e Concórdia do Pará.

A **meta 2.3** sinaliza, entre seus objetivos, promover o aumento da produtividade e dos rendimentos dos produtores da agricultura familiar. Neste sentido, a implementação de Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Produtos Agrícolas Artesanais

PARÁ É EXEMPLO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE CACAU

Como o maior produtor do fruto no Brasil integra geração de emprego e renda à preservação da floresta







contribui para o alcance da meta, que dentre outras medidas instituiu o selo estadual que permite a comercialização de produtos artesanais de origem animal em todo o paÍs. O programa atendeu 373 Produtores de 133 municípios, utilizando boas práticas agrícolas e de manufatura para promover a produção e comercialização de alimentos produzidos de forma tradicional/regional, o que propicia aumento de ocupações produtivas, ampliação da renda familiar e qualidade da produção rural.

**GOVERNO BUSCA
MECANISMOS
PARA AGREGAR
MAIS VALOR À
PRODUÇÃO DE
ABACAXI**

Em 2022, o Governo do Estado, por meio da política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, prestou atendimento a mais de 65 mil produtores, com atividades de capacitação e treinamento para produtores rurais, com o objetivo de disseminar conhecimentos e técnicas agrícolas. As atividades incluíram cursos, palestras, workshops e eventos técnicos, além de visitas técnicas às propriedades rurais. Essas iniciativas contribuíram para o alcance das **metas 2.3 e 2.A.** com produtividade e renda na agricultura familiar, por meio de investimentos em suporte técnico capacitado.

Alinhado à **meta 2.A**, que versa sobre o aumento do investimento em infraestrutura rural, como contribuição direta à melhoria na condição de vida das comunidades rurais, bem como auxiliando na promoção da agricultura sustentável, o Governo Estadual direcionou programas e projetos, a exemplo do Programa Territórios Sustentáveis, com apoio e fomento às cadeias produtivas, tais como: Proaçáí, Procacau, Promandioca, Proabacaxi, Propecuária, Proabelhas, Proavesp(Aves), Prosuíños e Proovinos.

Em 2022, foram realizados 25 convênios com prefeituras municipais no valor de R\$66,5 milhões, beneficiando aproximadamente 475 mil produtores, agricultores familiares e população em geral. Os projetos foram focados na implantação de unidades demonstrativas para criação de frangos caipirão; aquisição de veículos; equipamentos e implementos agrícolas; além da construção de terminal pesqueiro, realização de eventos, contratação de horas/ máquinas, insumos e serviços para o Território Sustentável, dentre outros.

Visando contribuir para a **meta 2.4**, no contexto das iniciativas voltadas à assistência técnica e extensão rural, em 2022, garantindo sistemas sustentáveis de produção de alimentos, foram atendidos cerca de 50 mil beneficiários de ATER nos 144 municípios, sendo 80% agricultores familiares. Destacam-se ainda, nesse total, 860 agricultores não familiares, 1.600 quilombolas e 630 indígenas, 7.500 assentados e 620 outras categorias de beneficiários.

A **meta 2.5** busca fortalecer a capacidade da agricultura para enfrentamento das dificuldades impostas pelo clima ou comércio internacional, melhorando a diversidade genética e a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola, bem como promovendo a cooperação para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura sustentável. Dessa forma, o Governo Estado contribuiu em 2022 com:

- Fornecimento de 61 mil sementes melhoradas de cupuaçu, o que beneficiou 357 produtores, em 76 municípios;
- Fornecimento de 3,2 milhões de sementes e mudas de açaí de cultivar BRS Pai-d'égua. A distribuição beneficiou cerca de 6 mil produtores;
- Fornecimento de 113 mil mudas de bananeiras das variedades BRS Pacouá e Pacovan, destinadas, principalmente, ao sombreamento do cacaueiro, produzidas in vitro, beneficiando 5.110 produtores;
- Fornecimento de 21 mil mudas de Citrus – Potencializando a atividade agrícola de 356 produtores.
- Distribuição de 2.824 kits de sementes de hortaliças, beneficiando 3.459 produtores.



**COM APOIO DA
EMATER, MAIS
DE R\$ 1 MILHÃO
SERÁ INVESTIDO
NA PRODUÇÃO
DE AÇAÍ**



**ADEPARÁ
PARTICIPA
DE SESSÃO
ESPECIAL SOBRE
AS CADEIAS
PRODUTIVAS DO
CUPUAÇU E DO
AÇAÍ**





3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



**ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E
PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODAS E
TODOS, EM TODAS AS IDADES**



SANTA CATARINA
DO PARANÁ
ASSISTÊNCIA PÚBLICA
UNIDADE MATERNA
DR. ALFREDO

3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



OBJETIVO 3

ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E
PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODAS
E TODOS, EM TODAS AS IDADES

O ODS 3, item deste capítulo, busca assegurar uma vida saudável e a promoção do bem-estar para a população, por meio: da redução da mortalidade materna e infantil, e um adequado planejamento reprodutivo; erradicar as principais doenças transmissíveis; reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e por acidentes de trânsito; ampliar os estudos e pesquisas e incrementar os investimentos na área de saúde; além de reforçar os alertas precoces a qualquer risco à saúde da população, assegurando o acesso universal ao SUS, entre outras abordagens.

É composto de 13 metas, sendo sete finalísticas e seis de implementação. Em 2022, o Governo do Pará seguiu desenvolvendo ações previstas na Política de Saúde, com intuito de garantir saúde e bem-estar à população no território paraense, condições intrínsecas ao alcance das metas do ODS 3. Serão apresentadas, a seguir, as metas nacionais e as ações estaduais que, em alguns aspectos, contribuirão para sua concretização.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 3.1

Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.

META 3.2

Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

META 3.3

Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arbovírus transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.

META 3.4

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

META 3.5

Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

META 3.6

Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.

META 3.7

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

META 3.B

Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.

META 3.8

Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

META 3.C

Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

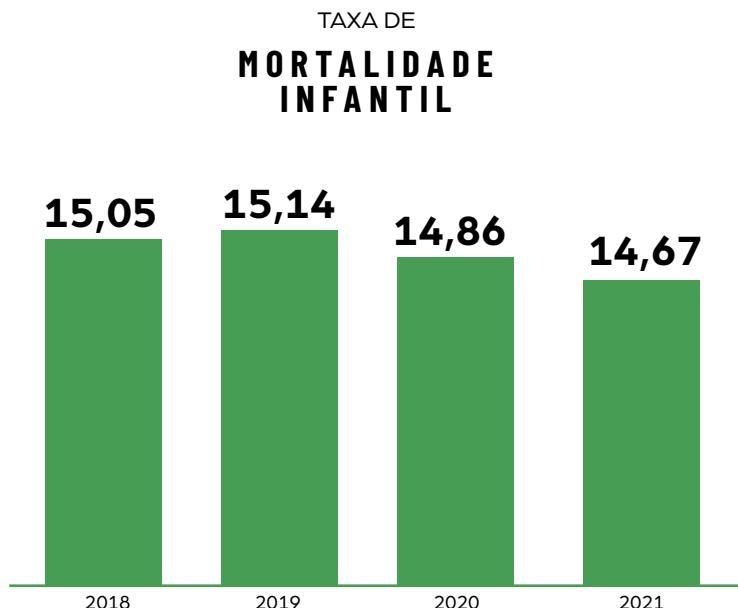
META 3.9

Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

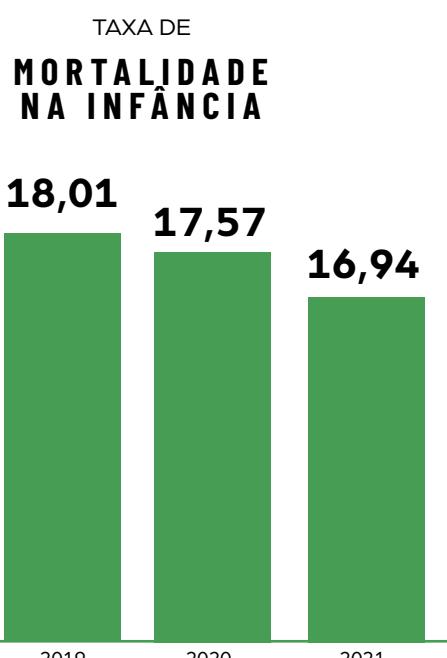
META 3.D

Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.

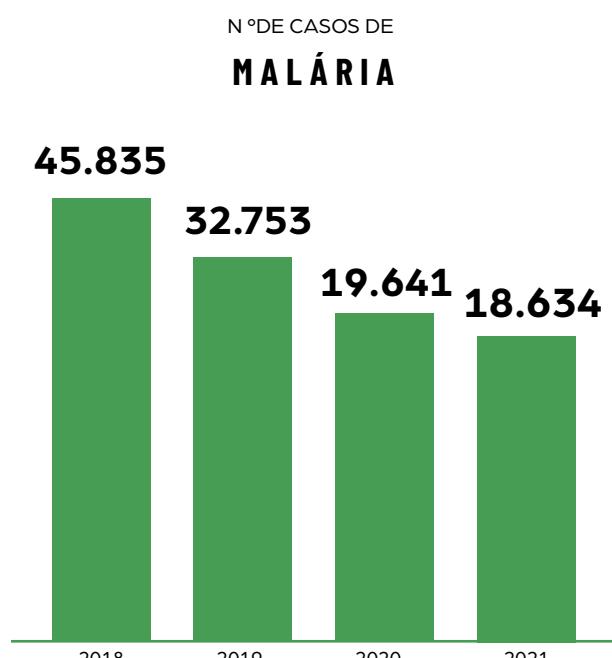
ONDE ESTAMOS



Fonte: Sespa/Fapespa, 2023.

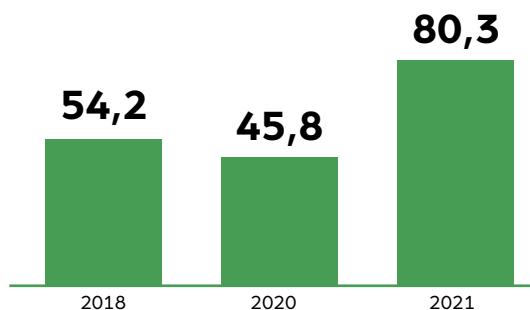


Fonte: Sespa/Fapespa, 2023.



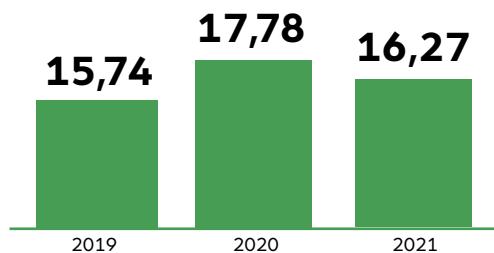
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

N.º DE CASOS DE

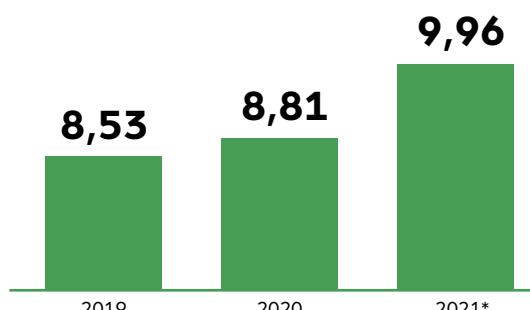
DCNT

Fonte: Sespa/Fapespa, 2023.

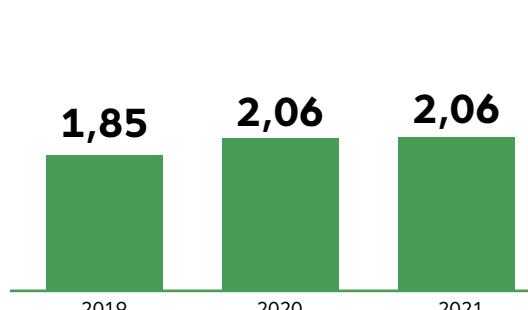
Nota: Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

**TAXA DE
MORTALIDADE
NO TRÂNSITO**

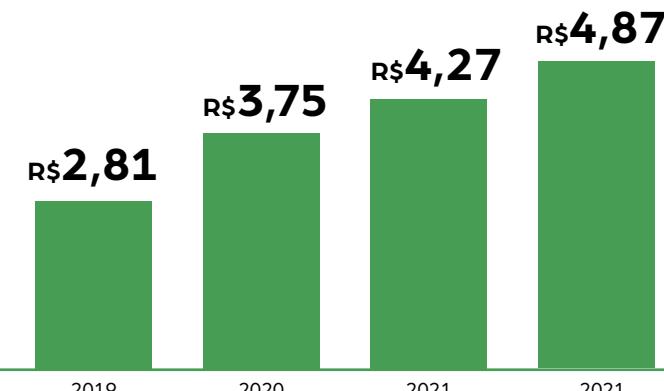
Fonte: Fapespa/Datasus, 2023.

**MÉDICOS
POR 10 MIL HABITANTES**

Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

**LEITOS
POR MIL HABITANTES**

Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

**GASTOS COM SÁUDE
EM BILHÕES**

Fonte: Siconf/Finbra, 2023

 Crescimento de
59%
em relação a 2018.

A participação no gasto do Estado, em 2019,
era de 11,40%. Em 2022, chegou a 14,93%.

O QUE FIZEMOS

A saúde está assegurada pela Constituição Federal (art. 6º, caput), que atribui ao Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) o dever de garantir o direito de todos à saúde. Organizados nas três esferas, as ações, programas e projetos são distribuídos por níveis de complexidade, sendo que, em regra geral, os municípios são responsáveis pela Atenção Primária, enquanto Estados e União, pela Média e Alta complexidade.

O Governo Estadual, visando alcançar maior abrangência, mais eficácia e qualidade, tem investido na ampliação e requalificação da rede hospitalar em todas Regiões de Integração do estado.

No que se refere às **metas 3.1, 3.2 e 3.7**, que potencializam, respectivamente, a redução da mortalidade materna; da mortalidade na infância; e do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, destacam-se, em 2022, ações pactuadas por meio do Pacto pela Mortalidade Materna com todos os municípios, com enfoque na atualização ao pré-natal, urgências obstétricas e intensificada a estratégia do Zero Morte Materna por Hemorragia, além dos cursos profissionalizantes, as oficinas presenciais, realizadas pela Escola Técnica do SUS- ETSUS. As ações empreendidas em 2022 resultaram em uma redução de 46,8% do número de



**COM AÇÕES
PACTUADAS E CURSOS
PROFISSIONALIZANTES,
A MORTALIDADE
INFANTIL NO ESTADO
TEVE QUEDA NOS
ÚLTIMOS 4 ANOS**

óbitos maternos, em relação a 2021, principalmente nas regiões consideradas prioritárias: Guajará, Marajó e Baixo Amazonas.

Visando contribuir para a redução da mortalidade infantil, em 2022, foram entregues 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal no Hospital Regional de Conceição do Araguaia (HRCA), ofertando atendimento especializado aos recém-

-nascidos do município de Conceição do Araguaia e demais municípios da Região Araguaia, absorvendo parte da demanda atendida no Hospital Regional de Redenção. Destaca-se ainda a redução da mortalidade infantil de crianças de (0-1 ano) no Pará, que apresentou uma queda de aproximadamente 5%, nos últimos quatro anos (2019 a 2022), segundo informações do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS).



10 NOVOS LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL NO HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (HRCA)

Quanto à **meta 3.3**, que busca "acabar como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis", o Governo do Estado, dentro de sua competência, segue desenvolvendo um conjunto de ações em vigilância epi-



**AÇÕES DE
VIGILÂNCIA
EM SAÚDE E
ATENDIMENTO
MÉDICO VISAM
AO DIAGNÓSTICO
E TRATAMENTO
PRECOCE DE
DOENÇAS**

demiológica, que visam ao diagnóstico, atendimento e tratamento precoce dessas doenças. De modo que, em 2022, o estado apresentou, pelo quarto ano consecutivo, diminuição dos casos de malária. Foram confirmados 11.620 casos, apresentando uma redução de 4,54% em relação ao ano de 2021, que apresentou 12.173 casos. Resultado alcançado a partir de ações de monitoramento, combate, capacitação das equipes de Agentes de Combate às Endemias, manutenção da distribuição de mosquiteiros, medicações, testes rápidos e participação em conjunto com as gestões municipais.

Em 2022, para o alcance da **meta 3.4**, que visa “reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora,

e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento”, destaca-se a entrega das Policlínicas de Capanema (Região Caetés) e Tucuruí (Lago do Tucuruí), unidades hospitalares que propiciam tratamento especializado à população dos municípios dessas regiões, com atendimento de 36 especialidades médicas, incluindo cardiologia, dermatologia, ginecologia, neurologia, gastroenterologia, oftalmologia, ortopedia, atendimento especializado para a recuperação de pacientes com sequelas da Covid-19, além de serviços de hemodiálise, com a oferta de 22 poltronas na policlínica de Capanema e 33 na de Tucuruí, esta última com capacidade para realizar 54 sessões por dia.

Outra contribuição importante à **meta 3.4** foi a disponibilização do Serviço de Hemodiálise no Hospital Regional Público dos Caetés.

O Governo Estadual disponibilizou a ampliação do serviço de Terapia Renal Substitutiva também na RI Tocantins, em Abaetetuba, com a entrega do Centro de Hemodiálise no Hospital Regional do Baixo Tocantins Santa Rosa, com 23 poltronas de hemodiálise, beneficiando 11 municípios.

Seguindo com a estratégia de descentralização dos serviços assistenciais de saúde para todas as RI, foi entregue o setor de Hemodinâmica do Hospital Regional do Sudeste do Pará, em Marabá (Carajás). Na instalação do serviço, foram investidos mais de R\$7 milhões, beneficiando 22 municípios da RI Carajás, com capacidade para realização de cerca de 100 procedimentos por mês.

O Governo do Pará, com intuito de "Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do

álcool", contribuindo com a **meta 3.5**, desenvolveu capacitação de 572 (quinhentos e setenta e dois) profissionais. Foram 07 (sete) ações de capacitações para profissionais da Rede de atenção álcool e outras drogas, considerando a responsabilidade compartilhada entre os setores da Educação, Assistência, Saúde e Segurança, a exemplo, de 43 encontros direcionados à promoção da Educação sobre Drogas.

Quanto à **meta 3.6**, que visa reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito, em 2022, a gestão estadual apresentou avanços na gestão do trânsito, com ações em inovação tecnológica, prevenção de acidentes por meio da educação de trânsito, fortalecimento da fiscalização do trânsito, sinalização de vias estaduais e municipais, melhoramento das estruturas físicas das Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANs), entre outras.



**POLICLÍNICA
TUCURUÍ (LAGO
DO TUCURUÍ)**



SERVIÇO DE
HEMODIÁLISE
NO HOSPITAL
REGIONAL
PÚBLICO DOS
CAETÉS

Destaca-se investimento de R\$4 milhões em ações de prevenção, por meio da educação para o trânsito, em 490 ações educativas, com foco na orientação e na conscientização da população quanto ao comportamento seguro e aos principais fatores de risco no trânsito, como: álcool, falta do uso do capacete e do cinto de segurança e transporte de crianças e animais de estimação. Ressalta-se a realização de cursos de Agente Multiplicador de Educação de Trânsito, que formaram em torno de 240 agentes em todo o estado, e cursos para mototaxistas e moto frentistas, que formaram/ atualizaram cerca de 380 profissionais, beneficiando todas as regiões de integração do Pará.

Ainda em contribuição à **meta 3.6**, registram-se ações de fiscalização com investimentos de R\$47 milhões, com aquisição da "BodyCam", que permite aplicar tecnologia de gravação de áudio e vídeo durante a abordagem, proporcionando mais transparência e segurança ao agente e ao condutor, e outras ações de fiscalização em parceria entre o Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), a PMPA, a PCPA e órgãos municipais de trânsito, foram cerca de 10 mil operações, nas 12 regiões do estado do Pará.

Vale ressaltar, que ainda em 2022, foram investidos R\$34,8 milhões, para viabilizar a implantação de 35 projetos de sinalização de trânsito, beneficiando 33 municípios de diversas regiões do estado.

A **meta 3.8** consiste em assegurar,

por meio do SUS, a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS. Como contribuição ao alcance dessa meta, destaca-se o aumento da capacidade de leitos, sendo 617 de UTI Adulto, 153 de UTI Pediátrica, 184 de UTI Neonatal e 235 de Pediátricos Cirúrgicos, criados por meio da ampliação e construção de estabelecimentos de saúde, visando o melhor atendimento à saúde no estado.

Destaca-se, ainda, a inauguração do prédio destinado à Central Estadual de Transplantes do Pará (CET-PA), com importante serviço responsável por organizar, coordenar e regular as atividades de doação e transplantes de órgãos na rede estadual de saúde, com investimento de aproximadamente R\$464 mil.

Outra contribuição à **meta 3.8** foi a disponibilização, pelo Hospital Ophir Loyola (HOL), de um moderno sistema de comunicação e arquivamento de imagens integrados, garantindo a agilidade na liberação de laudos dos exames no serviço de Diagnóstico por Imagem (Mamografia, Ressonância Magnética, e Tomografia). O tempo de espera, antes da implantação, que era em média 90 dias, passou para até 3 horas na urgência/ emergência e 24 horas em ambulatórios. A fila de pacientes que aguardavam exames de neuroradiologia interven-

cionista foi zerada, com a aquisição do equipamento Angiógrafo tipo C-, com investimento de R\$3 milhões.

Na busca de garantir acesso universal aos serviços de saúde à população paraense, equipes de saúde atenderam, aproximadamente, 130 municípios, viabilizando ações em atendimentos médicos, odontológicos, palestras educativas e preventivas voltadas à saúde da criança,

saúde da mulher, saúde do adolescente, saúde do idoso, pessoa com deficiência, oncologia, saúde bucal, saúde mental e nutrição. Ressalta-se o atendimento específico em regiões com predominância de Povos Indígenas, que, no período de 2020 a 2022, atingiu cerca de 20 mil procedimentos, abrangendo, aproximadamente, no exercício em análise, 13 mil indígenas de diversas etnias, em 162 aldeias.



**SETOR DE
HEMODINÂMICA
DO HOSPITAL
REGIONAL
DO SUDESTE
DO PARÁ,
EM MARABÁ
(CARAJÁS)**

O Governo Estadual avançou na oferta do serviço de Telemedicina. Em 2022, foram implantados novos pontos de acesso em mais 34 municípios do estado, totalizando 61 municípios, disponibilizando atendimento especializado para municípios



**GOVERNO
INVESTE
R\$47 MILHÕES,
COM AQUISIÇÃO
DE CÂMERAS
CORPORais**



de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), selecionados pelo Ministério da Saúde (MS), ou em municípios que demonstraram interesse e com infraestrutura necessária para receber o serviço. Em 2022 foram registradas 18.519 teleconsultas, em sete especialidades médicas: endocrinologia, neurologia, neurologia pediátrica, pneumologia, cardiologia, psiquiatria e reumatologia, possibilitando maior satisfação do usuário que não precisa se deslocar de onde reside para receber atendimento especializado.

Quanto à **meta 3.9**, que pretende “reduzir substancialmente o número





O GOVERNO
ESTADUAL
GARANTE, ALÉM
DA VACINA,
ASSISTÊNCIA
EM SAÚDE NOS
TERRITÓRIOS
INDÍGENAS



de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo", registram-se contribuições com ações de saneamento básico que visam melhorar a qualidade de vida da população. Foram ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios de Monte Alegre, Santarém, Castanhal, Santo Antônio do Tauá e Afuá, somando um investimento de R\$200 milhões. No mesmo sentido, foi dado prosseguimento ao projeto Caixa D'água Para Todos, que instalou 10.421 caixas d'água em 27 bairros da Capital, garantindo água de qualidade para a população, somando um investimento de R\$28 milhões.

Quanto às contribuições das ações do Governo Estadual à **meta 3.B**, que visa "apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população", em 2022, merece destaque a atuação da Universidade do Estado do Pará, especialmente nas ações de integração em ensino e saúde que viabilizam a oferta continuada de assistência de atenção básica e especialidades à população paraense. A oferta dos serviços dispõe de equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. Em 2022, foram 184.830 procedimentos realizados

nas Unidades Centro de Saúde, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Centro de Reabilitação, Oficina Ortopédica, Unidade de referência, Dermatologia e Laboratório desta universidade. Destaca-se ainda a implantação do Projeto Empodera Marajoara, cujo escopo é a promoção das ações de educação em saúde, cidadania e formação multiprofissional para as mulheres dos municípios de Salvaterra, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, que atendeu em 2022, 636 mulheres com cursos profissionalizantes e palestras e rodas de conversas.

Com relação à **meta 3.C**, "Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis", destacam-se em 2022, além dos investimentos aplicados nos serviços públicos de saúde que totalizaram cerca de R\$5 bilhões, 1.038 matrículas nos cursos de medicina nas Regiões de Integração Guaporé (599 - Campus II- CCBSB), Baixo Amazonas (248 - Campus Santarém) e Carajás (191 - Campus Marabá), pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Quanto aos cursos de pós-graduação, a oferta alcançou 45 residências médicas.

Quanto à contribuição para a **meta 3.D**, que visa "Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde", ressalta-se a contribuição do Governo do Pará que vem atuando de forma prioritária, desde o iní-



**"SAÚDE POR
TODO PARÁ", COM
POLICLÍNICAS
ITINERANTES, E
EQUIPES DO TERPAZ
REALIZARAM O
ATENDIMENTO DIRETO
À POPULAÇÃO**

cio da Pandemia da Covid-19, com um conjunto de ações pautadas ao combate da contaminação, tratamento, identificação precoce, prevenção, entre outras.

Destaca-se a priorização da reestruturação da Atenção Primária e Vigilância à Saúde, adequando-se ao novo cenário de redução do número de pessoas afetadas pela Pandemia, sendo, no exercício 2022, intensificadas as ações de prevenção, com vacinação em massa e no planejamento das diversas atividades e ações de saúde com foco na vigilân-

cia da ocorrência do vírus. A estratégia "Saúde por Todo Pará", juntamente com as Policlínicas Itinerantes, e equipes do TerPaz realizaram o atendimento direto à população, assim como o retorno das campanhas públicas presenciais, objetivando manter em dia a vacinação e a prevenção constante contra o coronavírus. Em 2022, foram realizados aproximadamente 320 mil procedimentos de saúde e cerca de 50 mil testagens de Covid-19, com aplicação de 16 milhões de doses de vacina.





4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



**ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA
E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS E TODOS**



GOVERN
PAR

4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



OBJETIVO 4

ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E
EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER
OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO
LONGO DA VIDA PARA TODOS.

O Governo do Estado do Pará, seguindo a opção de alinhamento de seus programas e ações com os 17 ODS e suas respectivas metas (Agenda 2030), vem contribuído, direta ou indiretamente, para as metas do **ODS 4**.

O **ODS 4** visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, garantindo o acesso gratuito e de qualidade ao ensino primário e secundário, à formação profissional e ao ensino superior, de forma a desenvolver jovens e adultos com as competências necessárias, aptidões para o emprego trabalho decente e empreendedorismo, além de garantir habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a valorização da diversidade cultural. Por fim, proporcionar infraestrutura física escolar adequada, acessível, segura e inclusiva, além de garantir a qualificação de todos os professores da educação básica.

Nessa linha, nos últimos anos, o Governo Estadual tem apresentado resultados que, ainda que não abranjam, na totalidade, todos os aspectos enunciados por cada meta do **ODS 4**, continuaram, em 2022, como espelho de sua atuação.

ABAIXO ESTÃO AS METAS RELACIONADAS AO ODS 4, QUE DE ALGUMA FORMA RECEBEM CONTRIBUIÇÃO POR AÇÕES REALIZADAS PELO GOVERNO ESTADUAL, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, SUPERIOR, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

META 4.1

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

META 4.3

Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

META 4.2

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

META 4.4

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

META 4.5

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

META 4.6

Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

META 4.7

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

META 4.A

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

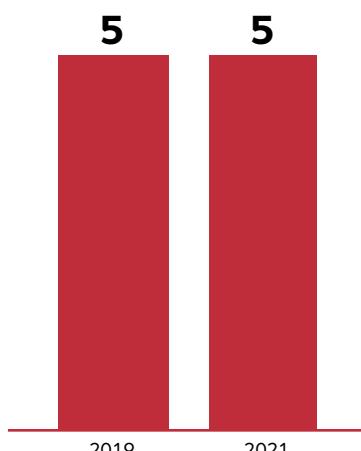
META 4.C

Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

ONDE ESTAMOS

NOTA IDEB

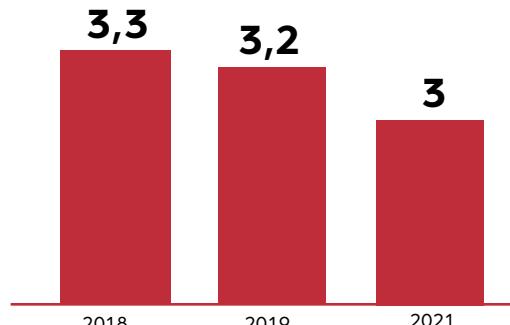
ENS. FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS



Fonte: INEP, 2022.

NOTA IDEB

ENSINO MÉDIO



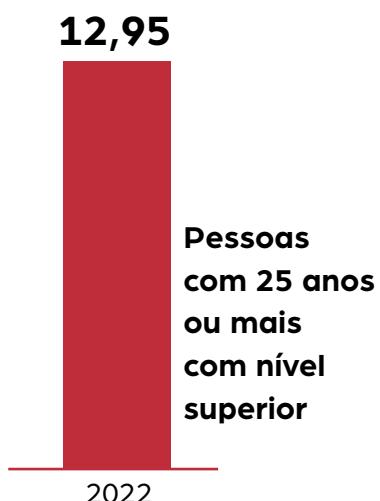
Fonte: INEP, 2022.

TAXA (%) DE ANALFABETISMO



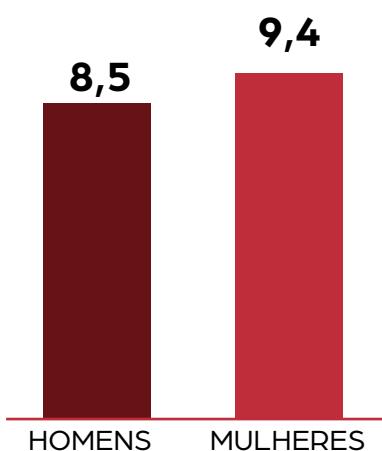
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual, 2023.

NÍVEL (%) DE INSTRUÇÃO



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual, 2023.

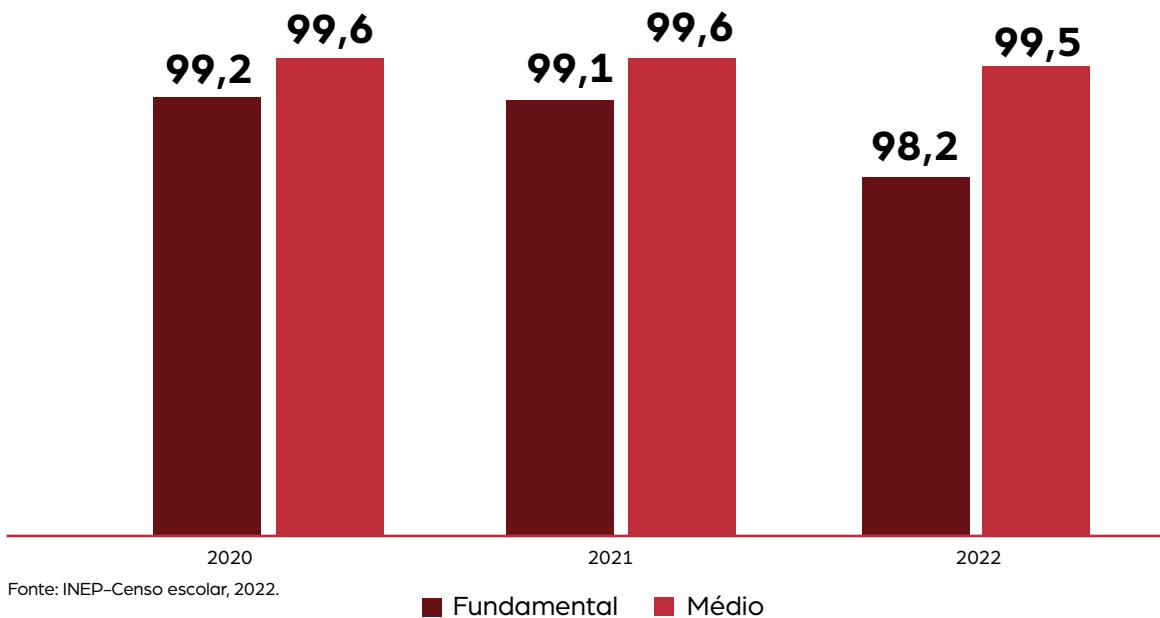
ANOS DE ESTUDO POR SEXO



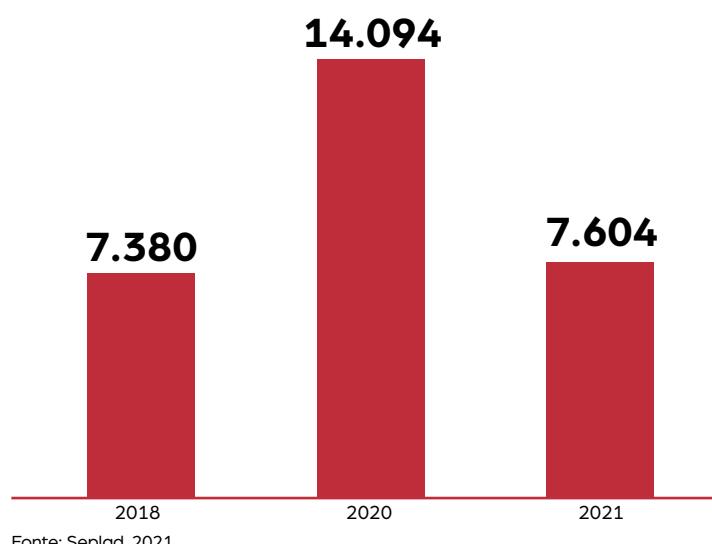
Fonte: IBGE-PNAD Continua, 2021.

PERCENTUAL DE

PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA



FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL



O QUE FIZEMOS

A Educação é assegurada pela Constituição Federal de 1988 como direito social, definido nos artigos 23 e 211, dispendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem se organizar em colaboração para oferecer educação de qualidade à população.

O Governo do Pará atua, prioritariamente, no ensino médio, assim como no ensino fundamental e no apoio à educação infantil. Com base nos eixos da política estadual, a organização da rede educacional abrange todos os municípios com diretrizes direcionadas à educação

de qualidade para todos, de forma inclusiva e com ênfase na aprendizagem equitativa, condicionante para redução das desigualdades educacionais e sociais. Neste sentido, suas ações e programas estão diretamente alinhados ao alcance do **ODS 4**.

Quanto ao acesso à educação básica, conforme prevê a **meta 4.1**, que visa garantir até 2030 que todos os meninos e meninas concluam o ensino fundamental e médio em idades adequadas, equitativas, de boa qualidade, gratuitas e disponíveis nas redes públicas, a rede estadual

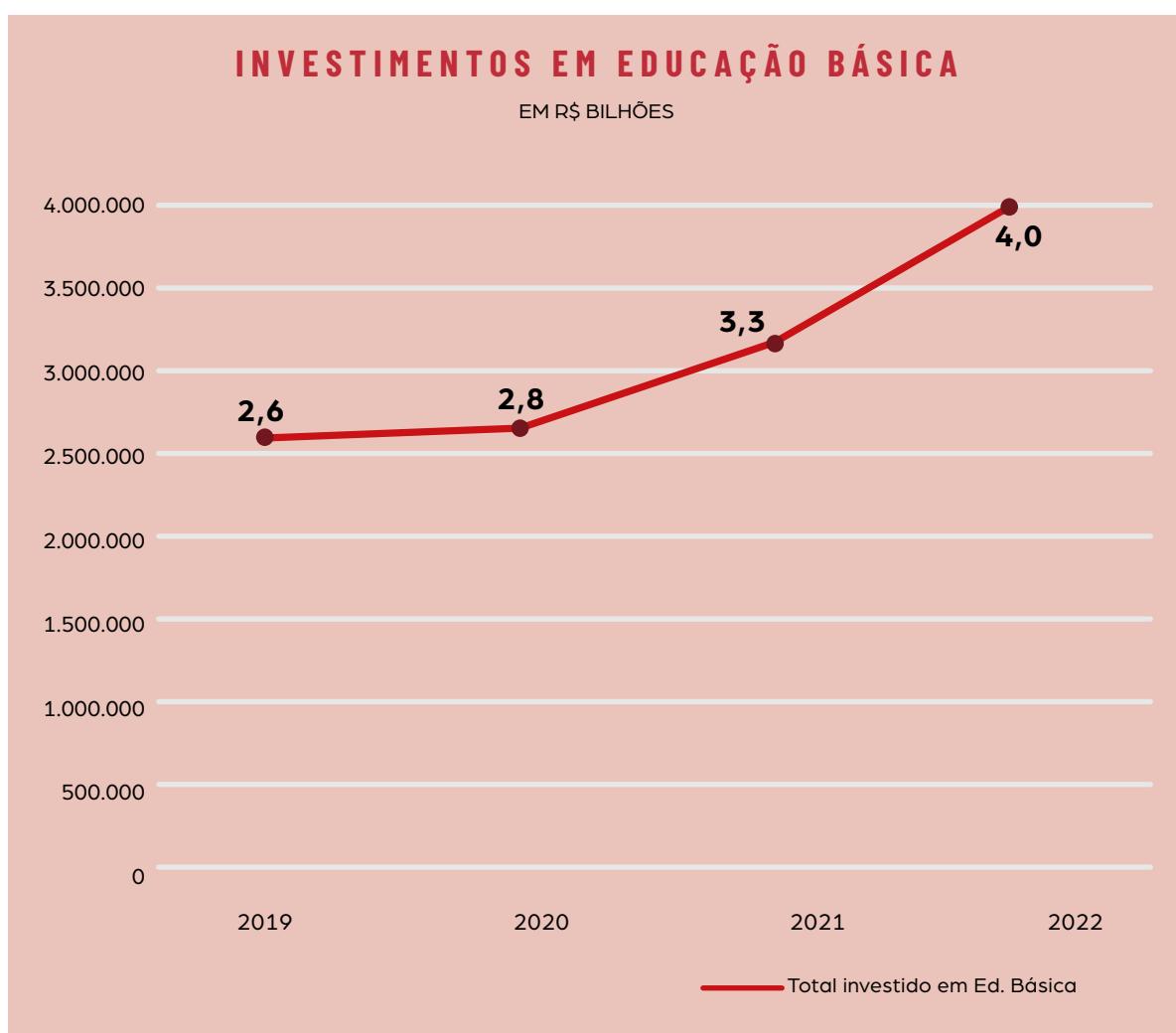
**O GOVERNO
DO PARÁ ATUA,
PRIORITARIAMENTE,
NO ENSINO
MÉDIO, ASSIM
COMO NO ENSINO
FUNDAMENTAL E NO
APOIO À EDUCAÇÃO
INFANTIL**



de Educação efetuou, em 2022, o total de 540.080 alunos matriculados, assim distribuídos: 340.495 alunos no ensino médio e profissional (63,05%); 159.073, no ensino fundamental (29,45%); 40.057, na educação de jovens e adultos (7,42%); e 455 alunos na educação infantil (0,08%).

Em 2022 foi destinado para Educação Básica um montante de R\$4,04

bilhões, sendo R\$3,29 bilhões em pessoal e encargos sociais, R\$644,19 milhões em outras despesas correntes e R\$105,11 milhões em investimentos, recursos aportados contribuindo para o alcance da **meta 4.1**. O Gráfico 01 apresenta a evolução dos recursos que foram destinados no período de 2019 a 2022.



Fonte: Siafem, 2023.



**LANÇAMENTO
DO PROJETO
REFORÇO NA
ESCOLA**

Com o compromisso de melhorar os resultados dos indicadores educacionais e contribuir ao alcance da **meta ODS 4.1**, o Governo do Estado se mantém alinhado por meio do Pacto pela Educação do Pará, lançando e fortalecendo os Projetos/Programas:

- **Projeto Reforço Escolar:** A iniciativa faz parte do programa Todos

Juntos pela Educação, com ampliação do tempo de transmissão de quatro para sete horas na programação da TV Cultura, de segunda a sexta-feira, permitindo reforçar os conhecimentos de português e matemática, com sinal para os 144 municípios do estado.

Programa Reencontro com a Escola

↓ [Emita aqui seu comprovante de matrícula e tenha acesso ao programa!](#)

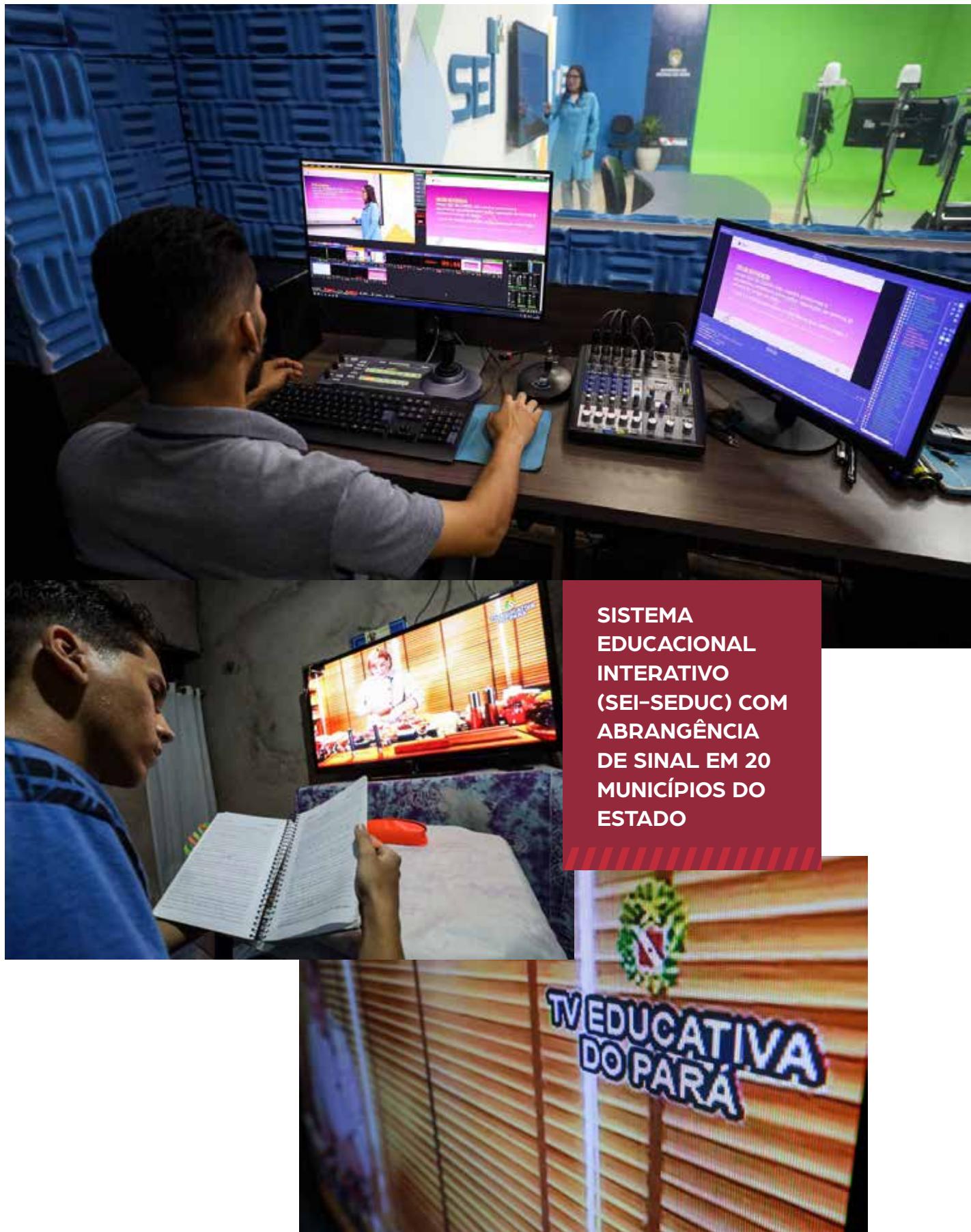


PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA ESTUDANTIL PARA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR



• **Programa Reencontro com a Escola:** com início no ano de 2021, a iniciativa tem como objetivo motivar o retorno dos alunos às aulas na modalidade presencial aos espaços de aprendizagem, além de contribuir para reduzir a evasão escolar e incentivando novas matrículas para o ano letivo de 2022. O investimento totalizou R\$108 milhões (recursos provenientes do Tesouro Estadual), destacando que, para 121 mil concluintes do Ensino Médio (3ª série), o valor disponibilizado foi de R\$500,00 em dezembro/2021 e os 474 mil estudantes que frequentam os demais anos, séries e modalidades de educacionais, a quantia concedida foi de R\$100,00 em 2022.

• **Polo Metropolitano Pré-Enem e Enem Pará Itinerante:** iniciativas fazem parte do Programa Todos juntos Pela Educação, em 2022: o Polo Metropolitano Pré-Enem possui estrutura com capacidade de atender até 6 mil alunos, até o final de 2022 atendeu 3.500 alunos do 3º ano do ensino médio; e o Enem Pará Itinerante, abrangendo 144 municípios do Estado. As iniciativas propiciaram o acesso a conhecimentos necessários e condições de competitividade para quem realiza as provas do Exame Nacional do Ensino Médio 2022 e busca uma vaga no ensino superior.



• **Programa Trilhas no Pará:** Programa desenvolvido em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que tem por objetivo garantir que crianças e adolescentes tenham acesso à educação na idade escolar (idade adequada), corrigindo distorções entre idade e série. A meta estadual é reduzir em 50% a distorção-série/ano no universo das escolas atendidas, considerando a gradativa implantação do programa na rede estadual de ensino até 2025. Na Região Metropolitana de Belém, dez escolas da rede pública foram escolhidas para projeto piloto de implantação do programa, considerando que os espaços de aprendizagem possuem articulações intersetoriais através do Programa TerPaz – Unidades Seduc nas Escolas (USEs) e atendimento às comunidades quilombolas.

• **Busca Ativa Escolar:** Em parceria com o Unicef, a busca Ativa Escolar envolveu 892 escolas estaduais com o objetivo de identificar alunos que não acompanharam as atividades e que estão em áreas de vulnerabilidade social, bem como conhecer as causas do fenômeno, a fim de trazê-los de volta à rotina de estudos.

• **Programa Web Escola:** Objetiva garantir o acesso à internet de melhor qualidade em todas as escolas públicas da rede estadual de ensino, incentivando o desenvolvimento de atividades educacionais que envolvam conteúdos de diferentes ciências e tecnologia no aprendizado. A iniciativa é uma parceria da SEDUC

(Secretaria de Estado de Educação) e a Prodepa (Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará). O programa abrange mais de 50% das unidades da SEDUC, e tem como meta chegar a 100% dos espaços de aprendizagem do estado, com melhora do serviço hoje oferecido, passando a oferecer uma velocidade da internet 50 Megas (Mbps).

• **TV Educativa do Pará:** Canal em TV aberta (canal 7.2), com exibição de aulas (15 horas diárias com conteúdo educacional), além de programação cultural e videoclipes, sendo produção do Sistema Educacional Interativo (SEI-SEDUC) com abrangência de sinal em 20 municípios do estado.

O Governo do Pará adota dois programas estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), que também têm como objetivo contribuir diretamente à **meta ODS 4.1**, que são:

• **Programa Novo Ensino Médio (Portaria nº 521, de 2021 do MEC):** Objetiva aumentar o interesse dos alunos pelo acesso e permanência na escola, até o final do ano de 2022, implantado em 635 escolas, atendendo a 145.119 alunos de 4.409 turmas.

• **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM (Decreto nº 10.004, de 2019, MEC):** em parceria do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, foi implantado, até 2022, em 9 escolas do Estado atendendo 9.280 alunos. O objetivo do programa é melhorar o desempenho



NA EDUCAÇÃO INFANTIL,
O GOVERNO DO
ESTADO DESENVOLVE
MEDIDAS/AÇÕES DE
APOIO VISANDO À
CONTINUIDADE DA
QUALIDADE DESSE
NÍVEL EDUCACIONAL





**CRECHE PROF.
ORLANDO BITAR,
EM BELÉM**

no processo de ensino-aprendizagem nas escolas da rede estadual de ensino, baseando-se no modelo dos colégios militares.

• A educação infantil é de responsabilidade municipal, mas o Governo do Estado desenvolve medidas/ações de apoio visando à continuidade da qualidade desse nível educacional e, portanto, à correção do fluxo escolar, com ingresso no ensino fundamental e ensino médio na idade certa. Assim, contribui para a **meta 4.2** da agenda 2030, que garante a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância. O **Programa Creches Para Todo o Pará** (Lei Estadual nº 9.256 de 2021) visa reduzir o déf-

cit de vagas na educação infantil, ponto de partida para educação infantil. Para efetivação do Programa, as prefeituras municipais são responsáveis pela adjudicação do imóvel (terreno), gestão do espaço e a prestação de serviços nas creches, cabendo ao Governo Estadual, a execução e entrega das obras, bem como equipamentos didáticos e pedagógicos. Em 2022, foi sancionada a construção de aproximadamente 117 creches em municípios das 12 Regiões de Integração. A primeira creche "Centro de Referência em Educação Infantil Prof. Orlando Bitar", em Belém, capital, é o maior espaço de aprendizagem infantil do Pará, que recebe cerca de 500 crianças de 2 a 5 anos.

Com o objetivo de contribuir para o alcance da **meta 4.3**, que prevê a equidade de acesso à educação superior e profissional até 2030, o Governo do Estado fortalece o Programa Forma Pará (Lei nº 9.324/2021), ampliando a oferta de vagas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológica) nos municípios do estado do Pará. Em 2022, foram ofertadas vagas em 116 cursos (em andamento), com cobertura de 74 municípios, realizando parcerias com as principais universidades públicas (UEPA, UFPA, IFPA, UFRA, UFOPA E UNIFESPA).

Destaca-se pelo Programa Forma Pará a oferta de cursos de Pós-Graduação, em 2022, que reuniu 176 propostas selecionadas dentre as instituições interessadas, as quais disponibilizarão cursos de especialização em um total de 103 municípios do Estado, atendendo 123 turmas, com previsão de início das atividades no 1º semestre de 2023.

Em outra iniciativa, no campo da Educação Profissional, o Governo do Estado viabilizou adequação da infraestrutura em espaços de ensino que desenvolvem a educação profissional, localizados em onze regiões:



**AULAS INAUGURAIS
DOS CURSOS:
ENGENHARIA
DE PRODUÇÃO,
MUNICÍPIO DE
ACARÁ; ENGENHARIA
CIVIL, MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA**

**SECTET DIVULGOU
ESPECIALIZAÇÕES
DO FORMA PARÁ**

**AQUI TEM
CURSO DO**

FORMA PARA



Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim Tapajós e Tocantins, investimento de R\$35,71 milhões. Em 2022, 22.326 alunos foram atendidos em 300 cursos, distribuídos em 32 unidades de ensino, nos espaços das escolas de ensino fundamental, médio, tecnológico e das Usina da Paz (Programa TerPaz), com investimento estadual no valor de R\$78,43 milhões e investimento do PRONATEC. Das 12 regiões de integração atendidas, destacam-se as Regiões Guajará, Guamá, Marajó e Baixo Amazonas, com os seguintes cursos:

REGIÕES	CURSOS REALIZADOS COM MAIOR PROCURA
Guajará	Agroindústria, Alimentos, Floresta, Informática, Manutenção e Suporte de Informática, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Agronegócio.
Marajó	Administração, Enfermagem, Farmácia, Informática, Jogos Digitais, Agropecuária, Alimentos, Biblioteconomia, Comércio, Manutenção e Suporte de Informática, Serviços de Restaurante e Bar, Zootecnia. PRONATEC: Turismo, Manutenção e Suporte em Informática.
Guamá	Desenvolvimento de Sistemas, Enfermagem, Informática, Manutenção e Suporte de Informática, Meio Ambiente, Cuidados de Idosos, Nutrição e Dietética, Agente Comunitário, Agroecologia, Gerência em Saúde.
Baixo Amazonas	Agricultura, Informática, Logística, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Alimentos, Guia de Turismo, Agricultura, Secretaria Escolar.

Fonte: Sectet (2022).

Ainda em contribuição ao alcance da **meta 4.3**, com foco na educação superior, o Governo do Estado, através dos 21 campi da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e em parceria institucional com a Fundação Carlos Gomes (FCG), garantiu a oferta de 117 cursos regulares de graduação, totalizando 4.600 vagas em 11 Regiões de Integração em 2022.

Com relação aos cursos de pós-graduação, em 2022, a Universidade do Estado ofertou 84 cursos em quatro Regiões (Baixo Amazonas, Guajará, Tapajós e Rio Cae-té), com sete cursos de mestrado acadêmico; sete mestrados profissionais; um curso de doutorado profissional; três, doutorados acadêmicos; seis cursos de especializações presenciais; 45 residências

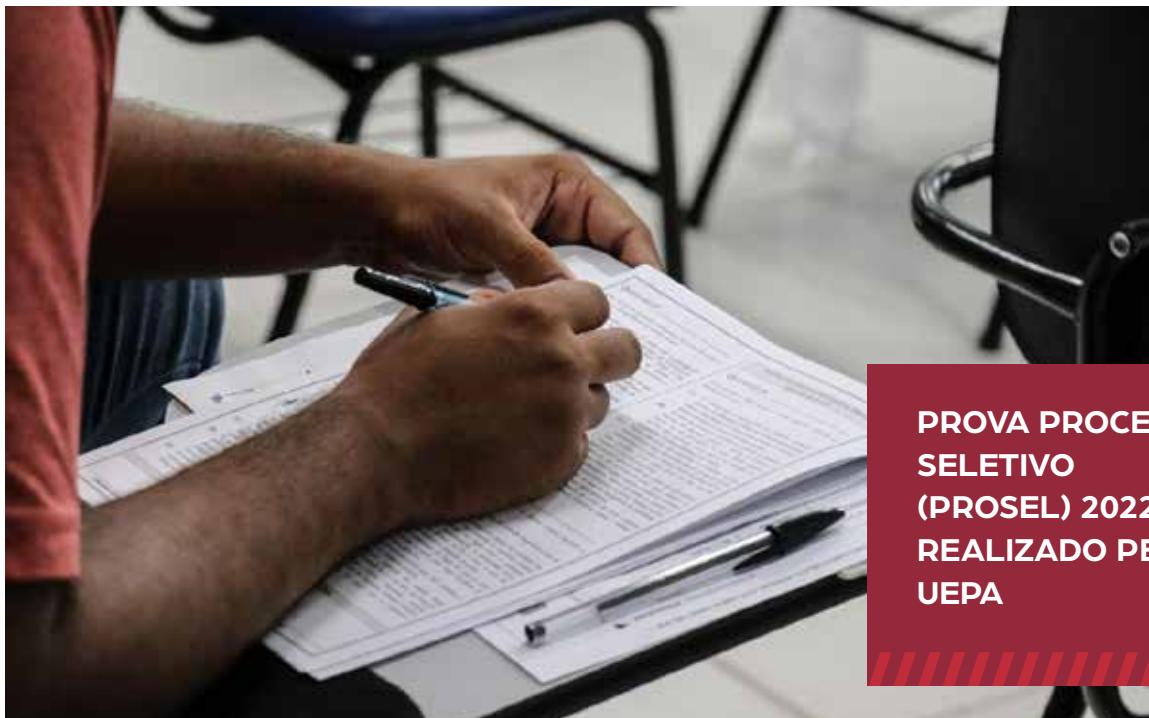
médicas; e 15 cursos multiprofissionais. Foram ofertados, também, quatro cursos de especialização, sendo três, pela Escola de Governação Pública do Estado do Pará (EGPA) e um pela Fundação Carlos Gomes, ambos na Região Guajará.

Vale destacar a adesão do Governo do Estado ao Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-Americano (Pila), iniciativa de integração com universidades de oito países da América Latina e do Caribe. Com o acordo mútuo, 237 universidades conveniadas estão envolvidas, possibilitando, em 2022, que 56 alunos da UEPA fossem admitidos em universidades relacionadas ao Pila em cursos de graduação e pós-graduação em formato virtual.

Em 2022, também foi lançado o

**PRIMEIRA ETAPA
DO PROCESSO
SELETIVO 2022
DO CURSO DE
BACHARELADO
EM MÚSICA
DO INSTITUTO
ESTADUAL CARLOS
GOMES (IECG)**





**PROVA PROCESSO
SELETIVO
(PROSEL) 2022,
REALIZADO PELA
UEPA**



**AULA MAGNA DA
ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO DO
CONHECIMENTO
COM ÊNFASE
EM SEGURANÇA
PÚBLICA E PERÍCIA
CRIMINAL NA
EGPA, EM BELÉM**



**ALUNA DO
INTERCÂMBIO
ACADÊMICO
VIRTUAL**

Edital do Programa Decola, em que foram selecionados 60 projetos para o desenvolvimento de produtos, serviços ou processos inovadores, sobretudo nas áreas da saúde, educação, engenharia e tecnologia. A iniciativa é destinada a alunos, professores e técnicos da UEPA, além de alunos de escolas públicas ou de ensino médio profissionalizante da rede de ensino paraense.

Em contribuição à **meta 4.4**, que tem por objetivo de ampliar o quantitativo de jovens e adultos, com habilidades e competências técnicas e profissionais, para o mercado de trabalho e olhar empreendedor, o Governo Estadual



**PROGRAMA
DECOLA: 60
PROJETOS
SELECIONADOS**



CONCLUINTE
DO PROGRAMA
QUALIFICA
PARÁ RECEBEM
CERTIFICADOS



viabilizou a ampliação da oferta do ensino técnico, mediante a qualificação de 15.440 pessoas em 172 cursos, considerando as demandas locais de cada região, por meio de convênios de cooperação técnica com Instituto Federal de Educação (IFPA), Secretaria de Educação (SEDUC), UEPa e o Serviço de Aprendizagem Industrial(SENAR) e Sebrae.

O Programa Revalida, para diplomas em Medicina de Universidades Estrangeiras, registrou 350 inscrições em 2022, resultando em 75 candidatos alcançando a Equivalência Curricular. Além de 60 candidatos que realizaram estudos complementares para tornaram-se aptos à revalidação de seus diplomas, contribuindo para a **meta 4.4**.



**ATUALMENTE, NA
REDE ESTADUAL
DE ENSINO, SÃO
11.391 ALUNOS
DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

Em consonância à **meta 4.5**, que garante até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, o Governo do Estado apresentou contribuições, com ações nas áreas de educação básica e superior, esporte e cultura, ressaltando a participação ativa dos atletas com deficiência.

Com olhar na educação especial, destaca-se em 2022, a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), com unidade funcionando nas instalações da nova Escola Estadual Visconde de Souza Franco, para o Núcleo de Atividades em Altas

Habilidades/Superdotação (NAAHS), Núcleo de Atendimento ao Transtorno do Espectro Autista, Núcleo Psicomotricidade, Núcleo de Avaliação (NAEE), dentre outros. Atualmente, na rede estadual de ensino, são 11.391 alunos de educação especial.

Seguindo com ações quem contribuem para a **meta 4.5**, o Programa Forma Pará ampliou a oferta na educação superior nas Etnias Xikrin (município de Paragominas) e Etnia Munduruku (Alto Tapajós – região sudoeste do Pará), reivindicações legais indígenas. Em 2022, foram direcionadas 124 vagas para o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, sendo 50 vagas para indígenas da Etnia Xikrin, e 74 da Etnia Munduruku. Foi oferecida a primeira turma do

curso de Licenciatura Intercultural Indígena da região sudoeste do Pará. A UEPA já oferta esse curso há dez anos, tendo formado cerca de trezentos indígenas.

Em reconhecimento ao processo de acessibilidade ao ensino superior, foram ofertadas exclusivamente para

pessoas com deficiência auditiva 10 vagas para o Curso de Letras-Libras, sendo destaque na Região Norte do país, com a UEPA sendo a Instituição de Ensino Superior a realizar processo seletivo específico com pessoas surdas, contribuindo ao alcance da **meta 4.5**.



LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DA REGIÃO SUDOESTE DO PARÁ

AÇÕES NA ÁREA DE
ESPORTE E LAZER
OPORTUNIZARAM
NOVAS EXPERIÊNCIAS
À POPULAÇÃO

Ainda com o objetivo de reduzir as desigualdades e contribuir para inclusão social, perspectiva alinhada à **meta 4.5**, as ações na área de esporte e lazer oportunizaram novas experiências à população, com apoio financeiro de 256 instituições esportivas na implementação de projetos, destacando-se:

- **Federação Paraense de Mexed Mactial Arts**, que atuou no projeto Resgate de Campeões;

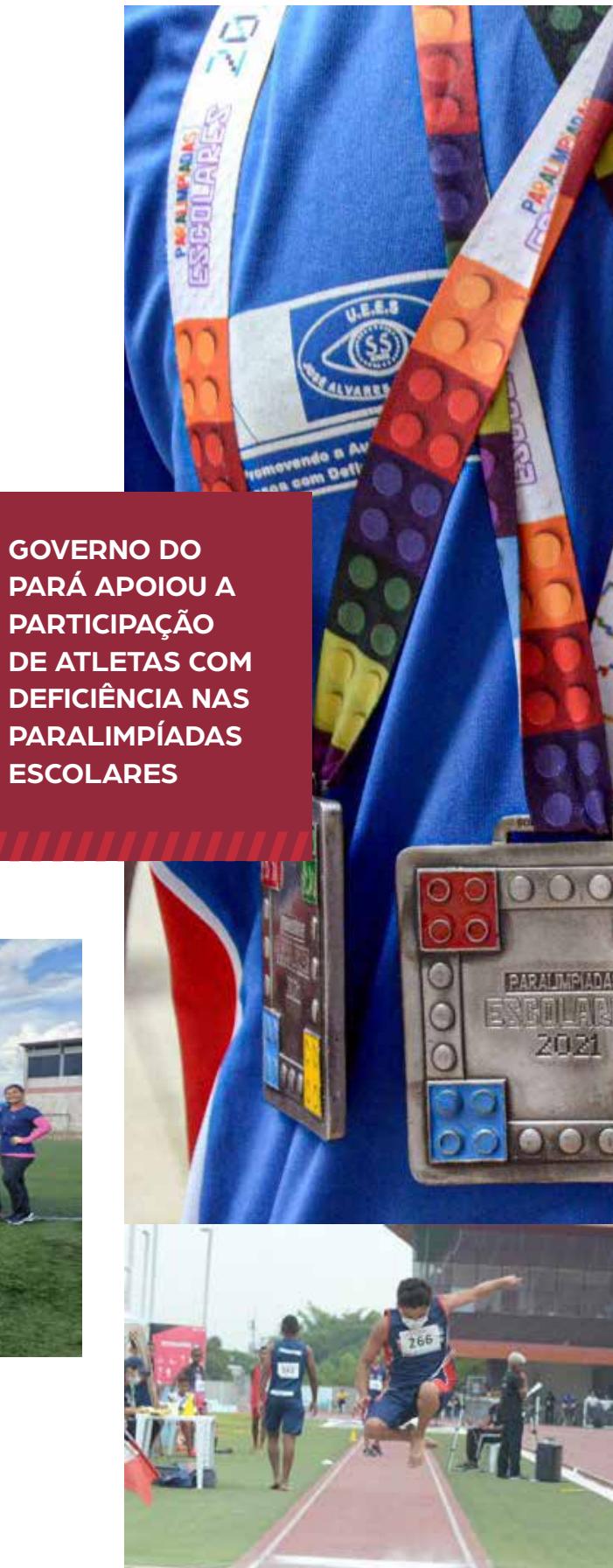
- **Associação Recreativa Beneficiente e Cultural Gaviões da Vila**, para execução do programa de Formação e Apoio ao Esporte Amador no Estado do Pará;
- **Federação Paraense de Jiu-Jitsu**, execução do projeto FPJJ/AJP International Belém Pro-GI 2022;
- **Instituto Manguezal**, para o projeto 1º Eco Belém de Futevôlei;
- **Associação Ulisses Pereira**, apoio ao projeto Nocaute na Violência;



- **Associação Amigos de Mosqueiro**, ao projeto Incentivo, Divulgação e Fomento ao Esporte Amador no Estado do Pará;
- **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Gestão**, para execução do projeto Incentivo e Divulgação às Práticas de Exercícios Físicos como Promoção à Saúde e Atitudes Saudáveis;
- **Associação Beneficente Amigos do Guamá**, para execução do projeto Circuito Pará de Corridas – Etapa Castanhal.

Ainda em contribuição para o alcance da **meta 4.5**, o Governo do Pará apoiou a participação de atletas com deficiência nas Paralimpíadas Escolares, evento organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), realizado em São Paulo. A delegação paraense foi a segunda maior do Brasil, contando com a participação de 168 integrantes, sendo 120 paratletas, que competiram em 11 modalidades. Os jovens paratletas paraenses garantiram medalhas de ouro, prata e bronze nas competições de atletismo, natação, bocha e badminton.

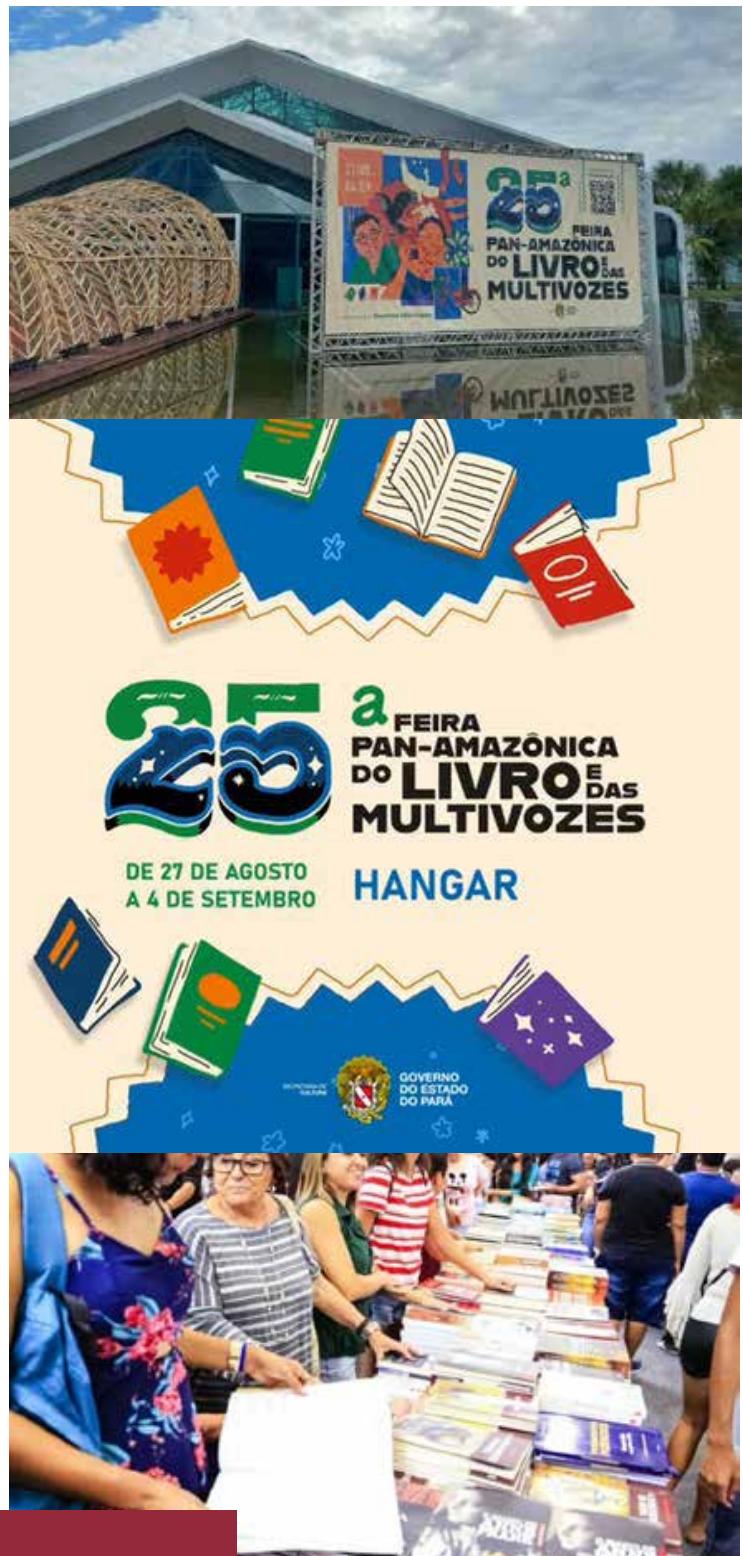
O Projeto Gol do Brasil, implementado em parceria do Governo do Estado com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), visa à oferta por meio do acesso ao esporte, favorecendo vivências educativas e cidadãs. Em 2022, atendeu aproximadamente 240 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, que receberam aulas gratuitas de futebol de campo.





Na política de apoio à leitura, alinhada à **meta 4.6** o Governo do Estado implementou 134 espaços de leitura, contemplando associações, entidades religiosas e escolas com a aquisição e efetivação de acervo, treinamento para o manuseio de alguns materiais, destacando a implementação da Biblioteca Municipal de Santa Maria do Pará que recebeu 4.620 exemplares de livros do Programa Leitura por Todo Pará.

A Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes da Amazônia se constitui como estratégia de incentivo à leitura e, consequentemente, impacta sobre a **meta 4.6 e meta 4.7**. Em 2022, foram 520 mil pessoas presentes no evento que durou 9 dias, sendo 816 mil livros vendidos e com 219 estandes de editoras, ou seja, a realização 25ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, além da divulgação da literatura regional, contribui para o aquecimento do mercado literário. Por intermédio do CredLivro, os professores da Universidade Estadual do Pará (Uepa), os professores e técnicos da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), e as Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Belém e Ananindeua, recebem um crédito para aquisição de livros nos dias do evento.



**XXV FEIRA PAN
– AMAZÔNICA
DO LIVRO E DAS
MULTIVOZES**



Com o objetivo de garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, com habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, assim atendendo à **meta ODS 4.6**, o Governo do Estado, através do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE), continua a Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem, aferindo a capacidade verbal de 19.339 alunos do 2º e 3º anos do ensino fun-

damental, e a avaliação formativa de 420.160 alunos do 4º, 5º, 8º e 9º anos do ensino fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. As avaliações foram realizadas com alunos de todos os 144 municípios do estado.

Estudantes do 4º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental da rede estadual de ensino dos municípios de Ananindeua e Igarapé-Açu foram destaque na Olimpíada Internacional de Matemática Sem Fronteira (MSF), ganhando medalha de bronze. A olimpíada é direcionada para alunos de escolas públicas brasileiras, desde que estejam regularmente matriculados no Ensino Fundamental (I e II) ou no Ensino Médio (regular, suplência ou técnico) podem participar da MSF.

Em conformidade com o que é preconizado na meta 4.7, contribuindo para que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, o Governo do



**ESTUDANTES DO
PARÁ SÃO DESTAQUE
NA OLIMPÍADA
INTERNACIONAL DE
MATEMÁTICA SEM
FRONTEIRA (MSF)**



**ALUNA DA ESCOLA
ESTADUAL CARLOS
DRUMMOND
DE ANDRADE,
EM BELÉM**

**EM 2022, FORAM
ENTREGUES
1.730 KITS DE
ROBÓTICA A
256 ESCOLAS DE
TODO O PARÁ**



Estado do Pará, por intermédio de políticas públicas que almejam o desenvolvimento de ações afirmativas e que buscam o alcance de competências e habilidades voltadas ao Audiovisual, implementou o projeto "Cenas da Paz" que, durante o ano de 2022, atendeu cerca de 123 jo-

vens da rede estadual em áreas com vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belém como: Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem, Canudos, Icuí – Guajará e o Município de Marituba. O projeto é realizado nas Usinas da Paz que possuem estruturas adequadas para o desen-



**PROJETO
“CENAS DA PAZ”
QUE, DURANTE
O ANO DE 2022,
ATENDEU CERCA
DE 123 JOVENS
DA REDE
ESTADUAL**

volvimento de oficinas e cursos como a “Expressão Corpo e Voz”, “Web” e “Rádio”, envolvendo a expressão oral e corporal, além de repasse de conhecimentos sobre internet e rádio.

Incentivando a cultura na educação básica, foram distribuídos kits de bandas para 48 escolas estaduais que abrangem 35 municípios paraenses. A iniciativa visa incentivar o fazer musical, a cultura e potencializar o aprendizado em ambiente escolar.

Em 2022, foram entregues 1.730 kits de robótica a 256 escolas de todo o Pará. Com esses dispositivos, será possível introduzir o pensamento computacional entre os alunos. A iniciativa enriquecerá os projetos de pesquisa existentes e subsidiará o processo de ensino-aprendizagem na rede pública de ensino.

Com o objetivo de garantir a melho-

ria da infraestrutura educacional do estado, a execução de investimentos destinou-se à construção e reformas das instalações físicas da rede pública estadual de educação, contribuindo ao alcance com a **meta 4.A**.

Em 2022, foram reconstruídas 30 escolas, em 20 municípios, contemplando 11 Regiões de Integração, as quais, somadas ao período de 2019 a 2022, totalizam 111 escolas reformadas e inauguradas em 67 municípios das 12 Regiões de Integração.

No ano de 2022, 58 unidades educacionais receberam materiais permanentes, como computadores, contemplando 33 municípios, das 12 Regiões de Integração.

O Governo do Estado investiu na construção, reforma/ampliação e aparelhamento dos Campi, R\$4,8 milhões em 2022, destacando-se



EM 2022, FORAM RECONSTRUÍDAS 30 ESCOLAS, EM 20 MUNICÍPIOS, CONTEMPLANDO 11 REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

as obras: Campus de Ananindeua, Barcarena, Vigia e Cametá, Oficina Ortopédica no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS (Belém), construção de salas de aula nos Campi de Castanhal e Tucuruí, construção de laboratório no Campus de Castanhal e construção de quadra de esportes no Campus de Barcarena. E reformas/ampliações destacam-se as dos Campi dos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá, Castanhal e Cametá, e prédio da Reitoria. Quanto ao aparelhamento, 23 unidades da UEPA foram atendidas com equipamentos físicos e tecnológicos e materiais permanentes das 11 Regiões de Integração em que a UEPA está presente.

No que se refere à revitalização do espaço cultural e patrimônio histórico do Estado, em 2022 foi entregue o Museu do Marajó restaurado, localizado no Município de Cachoeira do Arari, na Região Marajó, com investimentos de R\$5,34 milhões. O museu possui um vasto acervo arqueológico e constitui-se como polo central da cultura Marajoara.

Em consonância à **meta 4.C**, que visa qualificação adequada dos profissionais da Educação Básica, o Governo do Pará desenvolveu ações direcionada aos gestores de Unidade Seduc na Escola (USEs) e Unidades Regionais de Ensino (UREs). Neste exercício foram qualificadas 4.832 pessoas em todos os 144 municípios.



O MUSEU
DO MARAJÓ
RESTAURADO,
LOCALIZADO NO
MUNICÍPIO DE
CACHOEIRA DO
ARARI



Em 2022, 42.176 servidores de todas as 12 Regiões de Integração do Estado foram atendidos pelo Centro de Formação dos Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR). O Centro possui a finalidade aprimorar e desenvolver a qualidade da atividade profissional, possibilitando a reflexão da prática pedagógica e ampliação das redes de aprendizagem cooperativas, contribuindo para a melhoria da qualidade e expansão da educação básica no Estado do Pará.

Ainda em colaboração com o alcance da **meta ODS 4.A**, a realização da IV CONEE 2022 – Conferência Estadual de Educação, com o tema: “Inclusão, Equidade e Qualidade da Educação para Todos/as/es”, envolveu a participação de 1.092 delegados dos 144 municípios do Estado.

Em 2022, a capacitação de 282 agentes esportistas, dos quais 38 (alunos dos cursos regulares em Educação Física da UEPA e FORMAPARÁ), garantiu a qualificação de profissionais para atuação diferenciada nas Usinas da Paz.

**12 REGIÕES DE
INTEGRAÇÃO DO ESTADO
FORAM ATENDIDAS PELO
CENTRO DE FORMAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DO
ESTADO DO PARÁ (CEFOR)**



IV CONEE 2022
- CONFERÊNCIA
ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO
COM O TEMA:
“INCLUSÃO,
EQUIDADE E
QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO PARA
TODOS/AS/ES”



**ORIENTAÇÃO
DE GESTORES E
REPRESENTANTES
DE ESCOLAS
SOBRE USO E
PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO PDDE,
REALIZADO NA
SEDUC**







**5 IGUALDADE
DE GÊNERO**



**ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E
EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS**



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



OBJETIVO 5

ALCANÇAR A IGUALDADE DE
GÊNERO E EMPODERAR TODAS
AS MULHERES E MENINAS

O **ODS 5**, um dos 17 objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tem como objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

As metas declaradas visam acabar com a discriminação, a violência e a exploração contra a mulher, bem como garantir acesso a serviços de saúde, a oportunidades de negócio, e acesso a recursos tecnológicos. Em suma, o **ODS 5** reconhece que a igualdade de gênero é fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável e um mundo mais justo e equitativo.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 5.2

Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

META 5.5

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

META 5.4

Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.

META 5.A

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

META 5.B.2BR

Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

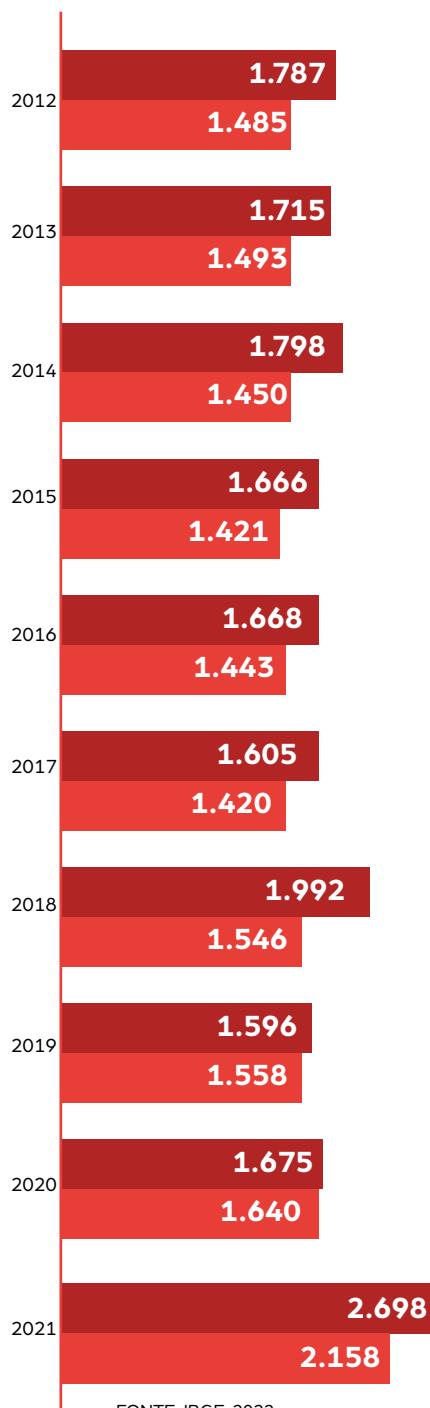
META 5.C

Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

ONDE ESTAMOS

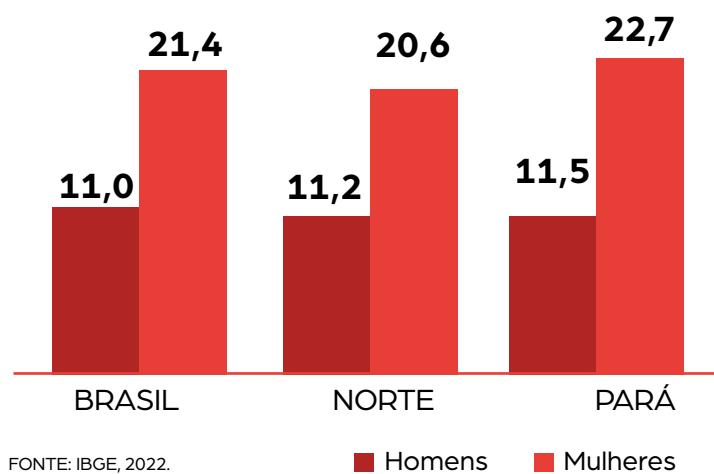
RENDIMENTO MÉDIO POR SEXO

PARÁ 2012 - 2021



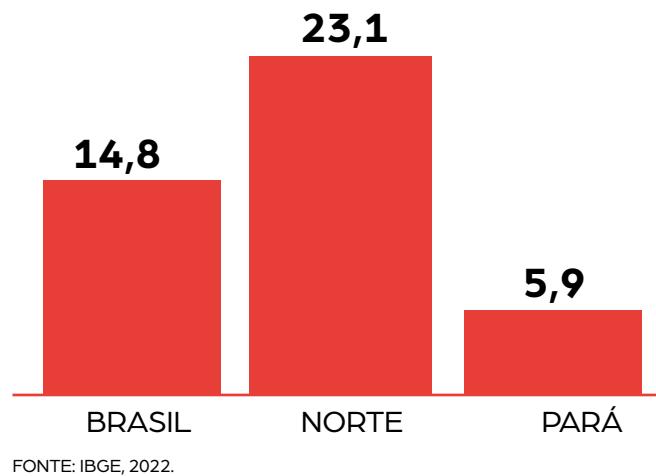
■ Homens ■ Mulheres

NÚMERO MÉDIO DE HORAS SEMANAS DESTINADAS AOS AFAZERES DOMÉSTICOS, 2019



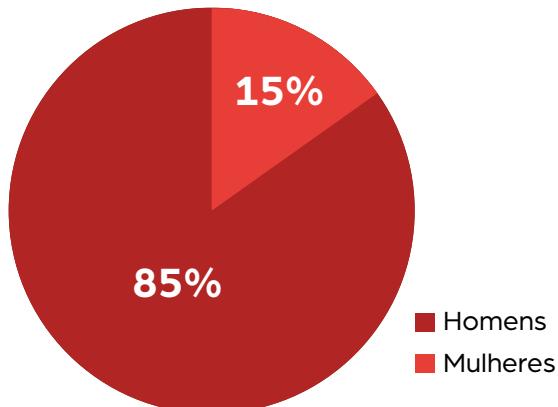
■ Homens ■ Mulheres

PROPORÇÃO (%) DE CADEIRAS OCUPADAS POR MULHERES EM EXECÍCIO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2020



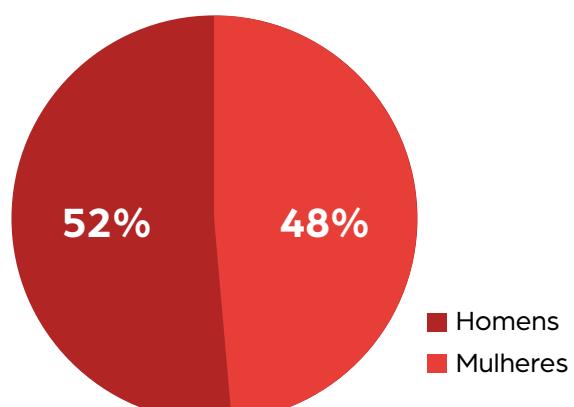
PROPORÇÃO (%) DE

MULHERES ELEITAS PARA CÂMARA DE VEREADORES NO PARÁ, 2020



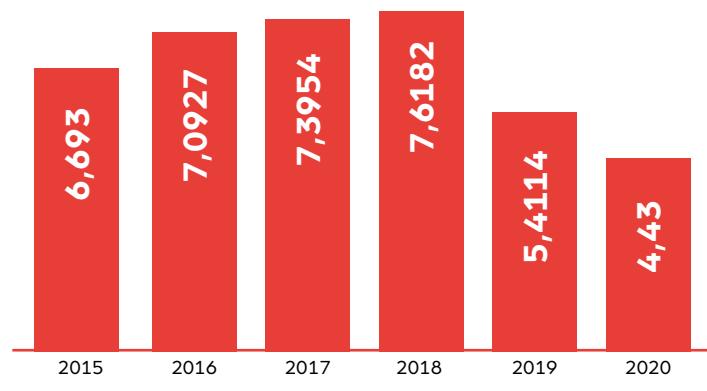
PROPORÇÃO (%) DE

MULHERES DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR NO PARÁ, 2019



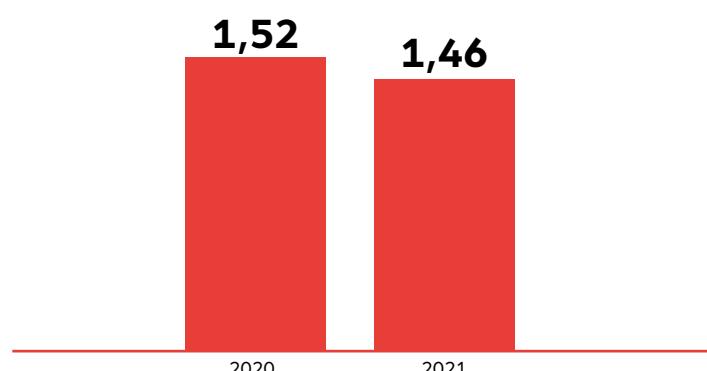
TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES NO PARÁ

2015-2020 (ÓBITOS POR CEM MIL MULHERES)



TAXA DE FEMINICÍDIO NO PARÁ

2020-2021



O QUE FIZEMOS

O Governo do Estado do Pará tem contribuído com programas estaduais alinhados ao alcance das metas propostas pelo **ODS 5**, como políticas de proteção, qualificação, igualdade, entre outras.

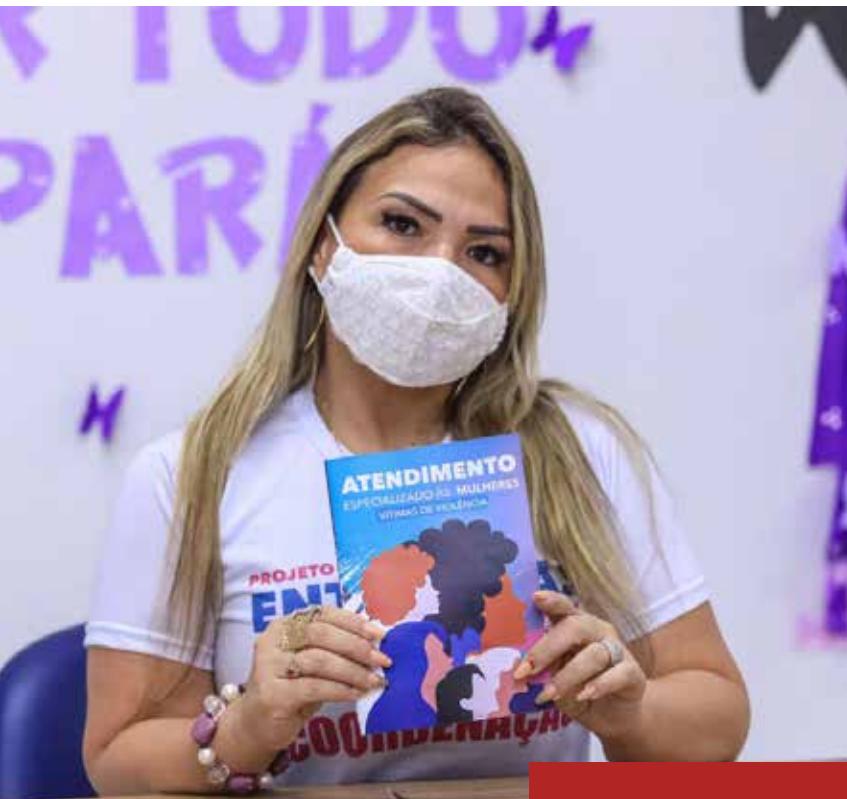
A **meta 5.2** trata de violência de gênero, violência sexual, inclusive exploração sexual, feminicídio e tráfico de pessoas. Neste sentido, o governo lançou, em 2022, o Programa Pró Mulher, que tem como objetivo promover ações de proteção, repressão qualificada e orientação para mulheres em situação de violência doméstica. Durante o exercício, foram atendidas 1.400 ocorrências de violência

doméstica em dez municípios das Regiões Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Tocantins e Xingu.

Destaca-se ainda, em 2022, a implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Icoaraci, Distrito da Capital Belém, atuando em parceria com a Fundação ParáPaz, objetivando garantir um atendimento multidisciplinar e centralizado no mesmo espaço físico. A intenção é assegurar serviços céleres e humanizado às mulheres vítimas de violência, contribuindo assim para o atendimento da **meta 5.2**.

**IMPLANTAÇÃO
DA DELEGACIA
ESPECIALIZADA
DE ATENDIMENTO
À MULHER
(DEAM), QUE
ATUA EM
PARCERIA COM
A FUNDAÇÃO
PARÁPAZ**





Em 2022, o Governo do Estado do Pará, por meio da Fundação Pará Paz, realizou atendimento integrado para cerca de 780 mulheres do **Projeto Entre Elas**. Este projeto contribui com a **meta 5.2** e objetiva facilitar o acesso a direitos, bem como contribuir na reconstrução da trajetória de vida das participantes, oportunizando o compartilhamento de histórias entre mulheres em situação de vulnerabilidade social e familiar. O projeto oportunizou, também, aulas de defesa pessoal, serviços de saúde, orientação sobre empreendedorismo e sobre o programa habitacional Sua Casa.

PROGRAMA "ENTRE ELAS" AMPLIA ATENDIMENTO E OFERECE VÁRIOS BENEFÍCIOS A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



A **meta 5.4** preconiza a igualdade entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho e promove a autonomia econômica das mulheres e a **meta 5.a** visa garantir direitos iguais entre homens e mulheres, maior distribuição de propriedades, créditos e recursos às mulheres. Contribuíram para o alcance destas metas as ações do Projeto Girândola, que tem como objetivo promover autonomia financeira e empoderamento das mulheres. No exercício em aná-

se, 480 mulheres foram beneficiadas com oficinas e cursos de qualificação, realizados com base no atendimento e nas demandas psicossociais, além dos devidos encaminhamentos para a rede de atendimento municipal e/ou estadual às mulheres em situação de violência. Foram ofertados cursos de gastronomia processamento de frutas; confecção/costureira; costura criativa; artesanato; artesanato em tecido (costura criativa) e estética.



**PROJETO
GIRÂNDOLA,
QUE TEM COMO
OBJETIVO
PROMOVER
AUTONOMIA
FINANCEIRA E
EMPODERAMENTO
DAS MULHERES**

A atuação do Governo Estadual, no sentido de fortalecer a política estadual de direitos da mulher de forma institucional e articulada, contribui com as **metas 5.5 e 5.C**, que tratam de igualdade de oportunidades na esfera pública e fortalecimento de políticas públicas e legislação. Os esforços de articulação, incluindo a

atuação e apoio junto ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher, resultou em parcerias tendo como principais agentes a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretarias de Assistência Social, Poder Legislativo, ONU Mulheres, dentre outros, que viabilizaram espaços de diálogo e construção de instrumentos de representatividade, fiscalização e de cumprimento das legislações pertinentes ao público feminino. Em 2022, foram criados ou reativados 18 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher e realizadas ações de sensibilização para implantação e reativação de mais 39, consolidando um caminho de fortalecimento dessa rede.

Destaca-se ainda a apresentação, em 2022, do 3º Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, consolidado a partir de discussões e escutas realizadas com as principais

representatividades de mulheres em todas as regiões, para definição desse planejamento para promoção, defesa e fortalecimento dos direitos humanos de todas as mulheres no território paraense.

A **meta 5B.2BR** tem o objetivo de promover a igualdade de gênero no acesso e produção de conhecimento científico. Desta forma, presta importante contribuição para o alcance da meta o edital StartUP Pará Mulher, que consiste no apoio financeiro e não reembolsável, favorecendo o aumento da representatividade feminina no universo da inovação, tecnologia e no empreendedorismo estadual. No ano de 2022, o Governo do Estado recebeu 69 submissões de projetos, com a adesão de propostas provenientes de 17 municípios paraenses. As principais áreas de atuação dos projetos submetidos foram: Economia Criativa; Tecnologia da Informação; Bioeconomia; Educação e Turismo.

STARTUP PARÁ MULHER PROMOVE CAPACITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS NEGÓCIOS







6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



**ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO
SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO
PARA TODAS E TODOS**



OBJETIVO 6

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE
E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA
ÁGUA E SANEAMENTO PARA
TODAS E TODOS

O **ODS 6** comprehende oito metas, sendo cinco finalísticas e três de implementação. Esse objetivo, especificamente, busca garantir a universalização do acesso à água e ao saneamento até 2030.

A Lei Brasileira Nº 14.026/2020 estabeleceu as normas sobre o saneamento básico e designou a Agência Nacional de Água (ANA), entre outras atribuições, a de emitir as normas de referência sobre padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, as metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico e a redução progressiva e controle da perda de água, dentre outras.



No Brasil, as responsabilidades pela gestão, preservação e provimento de água potável e saneamento básico correspondem aos governos federal, estadual e municipal, estabelecidas na Constituição Federal e em vários instrumentos legais

No que concerne aos recursos hídricos, a divisão de competências dá-se conforme a propriedade dos recursos, sendo da União aqueles que banhem mais de um estado-membro ou que estejam localizados em áreas transfronteiriças, cabendo os demais aos Estados.

Na execução dos programas do PPA, no ano de 2022, o Governo do Pará realizou ações que contribuem para as metas do ODS 6, embora ainda não tenha alcançado na integralidade, mas constam nos planos e programação da gestão estadual obras, iniciativas e ações para o seu alcance nos anos seguintes. A seguir estão descritas as metas que compõem o **ODS 6**, nacionalizadas, e as ações que contribuem para o alcance das mesmas.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 6.1

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

META 6.2

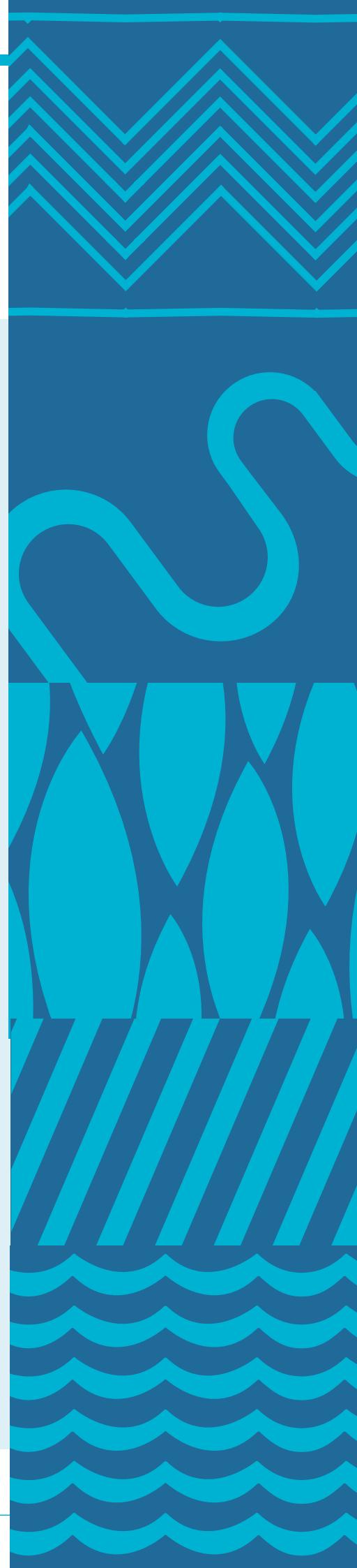
Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

META 6.3

Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.

META 6.4

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.



META 6.5

Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.

META 6.6

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.

META 6.A

Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinação, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reúso.

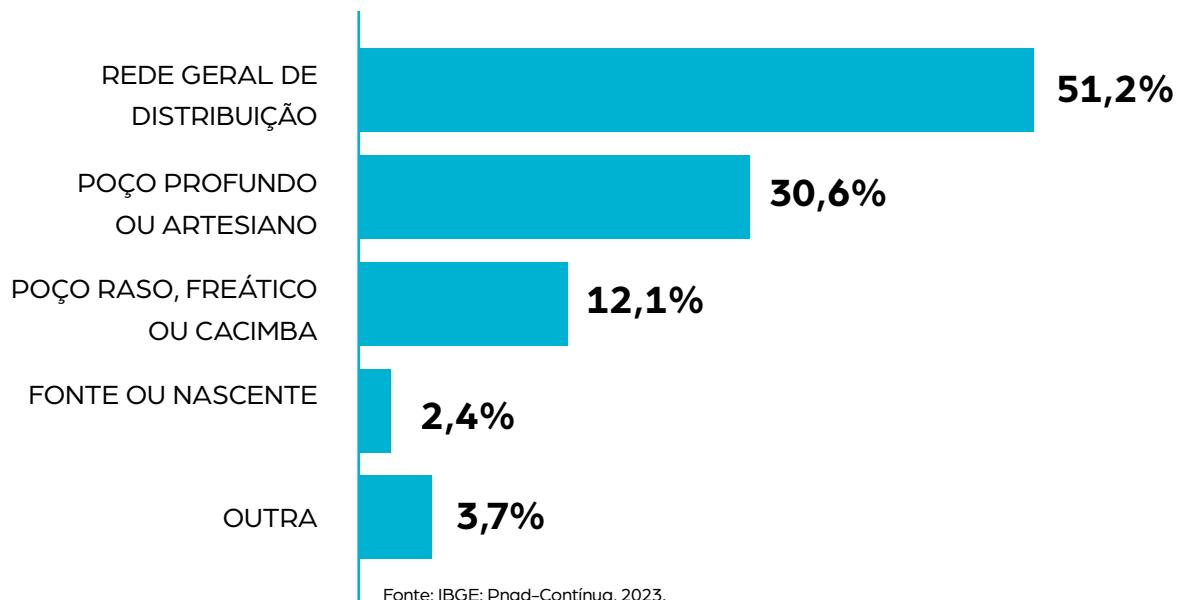
META 6.B

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.

ONDE ESTAMOS

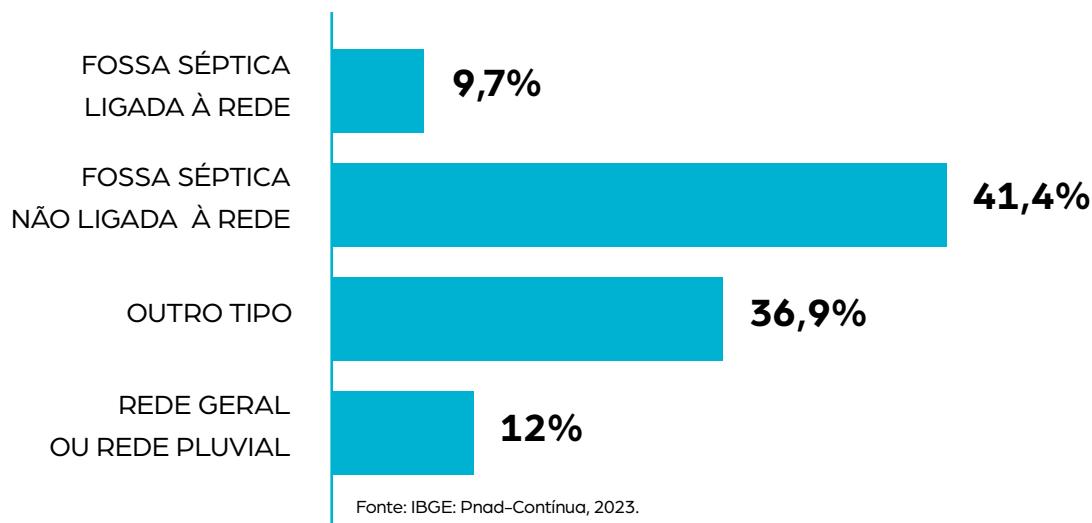
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2022



ESGOTAMENTO SANITÁRIO

2022



PARÁ-RMB¹

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O FORNECIMENTO DE ÁGUA

2018



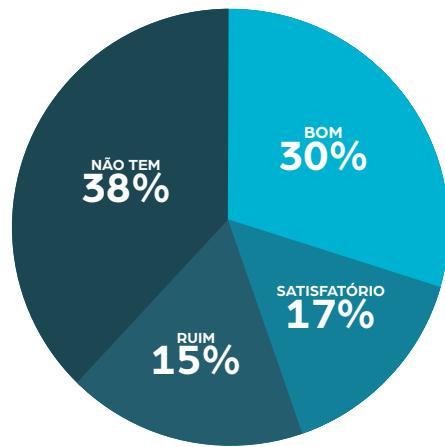
Fonte: IBGE-POF 2017-2018

¹Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém

PARÁ-RMB¹

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

2018



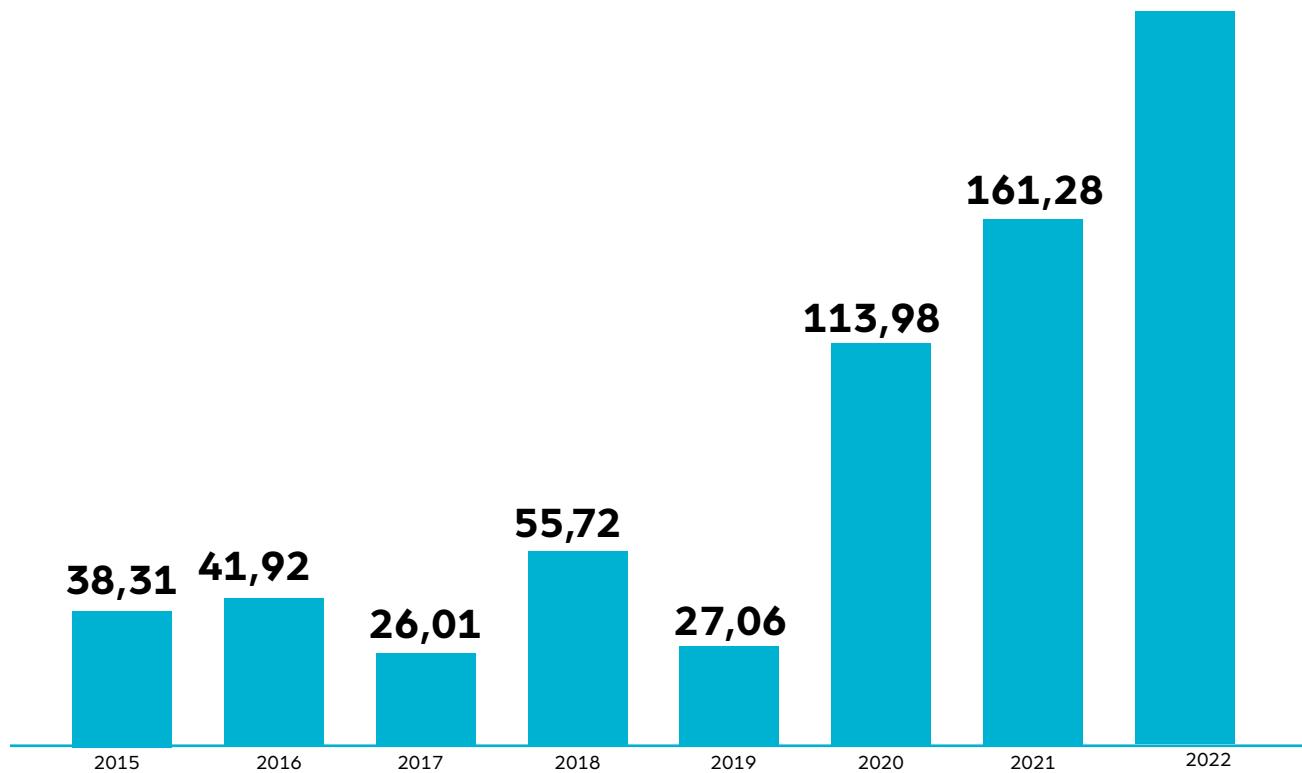
Fonte: IBGE-POF 2017-2018

¹Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém

GASTO ESTADUAL COM SANEAMENTO

EM MILHÕES / 2015-2022

213,65



Fonte: STN/Siconfi, 2022.

O QUE FIZEMOS

O Governo do Estado tem executando ações que vão ao encontro dos propósitos consubstanciados nas metas do **ODS 6**, no sentido de promover e disponibilizar aos usuários o acesso a serviço público de saneamento básico.

As atividades estão alinhadas às **metas 6.1** - até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos - e **6.2** - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido e relacionadas à **meta 6.1**, no ano de 2022, destaca-se a ampliação de novas ligações de abastecimento de água, beneficiando 4.700 domicílios, nos municípios de Monte Alegre, Santarém, Castanhal,

Santo Antônio do Tauá e São Sebastião de Boa Vista, Trairão e Rurópolis, garantindo acesso à água potável e esgotamento sanitário, beneficiando cerca de 23.270 pessoas, com investimentos de R\$200 milhões.

Nessa relação de obras de abastecimento de água, ressaltam-se, também, os investimentos em obras de implantação do sistema de abastecimento municipal, propiciando água tratada e de qualidade nas residências de mais de 14 mil moradores no município de Afuá, no Arquipélago do Marajó. Destaque ainda para a conclusão do Sistema de abastecimento de água – SAA, no município de Faro (Baixo Amazonas). E a conclusão de três setores de distribuição de água em Castanhal (Jaderlândia, Estrela e COHAB). São iniciativas estaduais na busca pela universalização do acesso e na melhoria da qualidade de vida da população.



ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CASTANHAL

• Projeto Caixa D' Água para todos

Na direção da **meta 6.1**, o projeto Caixa D'água Para Todos permitiu a instalação de 10.421 caixas d'água em 27 bairros do município de Belém, garantiu água de qualidade para a população, totalizando um investimento de R\$28 milhões.



PROJETO CAIXA D'ÁGUA PARA TODOS

• Programa Água Pará

Contribuindo com a **meta 6.1**, o Programa Água Pará, até 2022, apresentou cadastradas cerca de 250 mil famílias, com consumo médio mensal de até 20 m³ (20 mil litros de água), sendo o consumo excedente garantido pelo programa, com investimento de cerca de R\$170 milhões, no total.

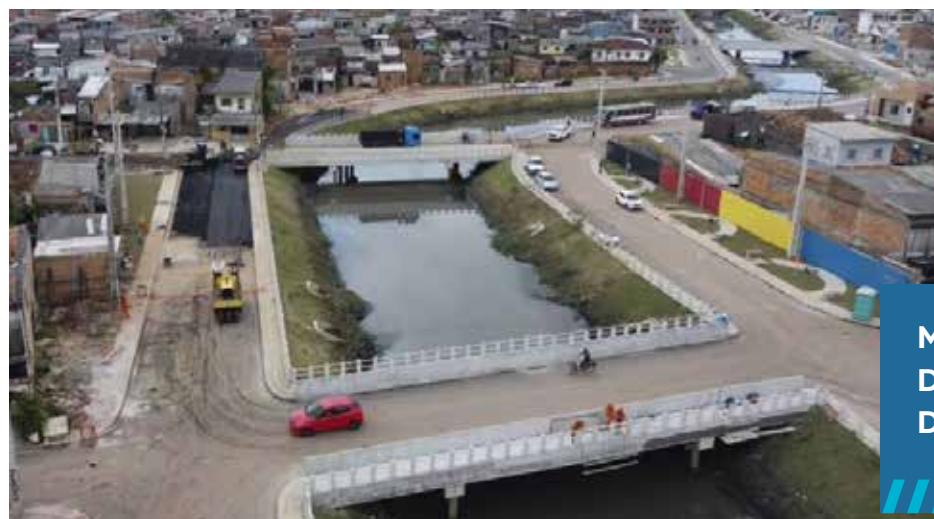
PROGRAMA ÁGUA PARÁ



• Macrodrrenagem do canal do Tucunduba

As obras do Macrodrrenagem do Canal do Tucunduba, em Belém, vão ao encontro das **metas 6.1, 6.2 e 6.3**, ao garantir projetos de saneamento integrado com investimento público de R\$257,6 milhões nas três etapas, no período de 2019–2022. No ano de 2022, foram beneficiadas mais de

300 mil pessoas na capital, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e Marco, em Belém, e os projetos executados incluíram a retificação de igarapé, sistema de abastecimento de água, sistema viário, serviços de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e aterramento de quintais, além do pagamento de 81 indenizações pecuniárias.



**MACRODRRENAGEM
DO CANAL
DO TUCUNDUBA**

• Esgotamento Sanitário

Alinhados à **meta 6.2**, os recursos de R\$27,82 milhões garantiram as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Alter do Chão, no município de Santarém, do setor UMA, em Belém.

Na área de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, os esforços para melhoria da qualidade da água nos corpos hídricos e assegurar o abastecimento de água doce estão alinhados às **metas 6.3 e 6.4**. Nesse aspecto, no ano de 2022 foi concluído o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Pará, o primeiro na Região Norte e o quinto

do Brasil, sobre a situação das águas no estado, além de dados sobre o monitoramento hidrológico e os desafios para os próximos anos. A rede de monitoramento de qualidade da água e medição de vazão de corpos hídricos – fundamental para a construção de referências e caracterização dos rios e outros corpos hídricos, além de ser fonte de consulta para execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) – executou um total de 294 análises, em 66 municípios das seguintes Unidades Hidrográficas: Acará, Araguaia, Baixo Xingu, Capim, Costa Atlântica, Fresco, Guamá, Gurupi, Itacaiúnas, Mojú e Tocantins.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO





Ainda na área ambiental com relação às **metas 6.5 e 6.6**, no que se refere a implementar a gestão integrada dos recursos hídricos e proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, vale destacar o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Implementado em 2021, estabelece as políticas públicas estaduais à gestão do setor. Em 2002, o Plano de Trabalho da Atualização do PERH foi publicado; realizadas Oficinas Setoriais com os Comitês de Ba-

cias Hidrográficas para percepção e discussão dos problemas. O resultado das Oficinas permitiu a elaboração do Mapa Estratégico do PERH, inclusive com a participação popular.

O Laboratório de Qualidade de Água da Amazônia (LQAA), da Universidade do Estado do Pará, contribuiu para a execução de projetos e pesquisas, além da geração de dados e informações relevantes às pesquisas científicas de análise dos recursos hídricos locais, com alinha-



mento às **metas 6.1 e 6.A**. Em 2022, foram realizadas 557 análises nessa Unidade.

Condizente à **meta 6.B**, no que se refere aos aspectos de apoiar o desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, o Governo Estadual tem atuado na orientação e apoio a municípios na construção dos instrumentos de planejamento e implementação da política de saneamento básico naquela esfera.

Com relação à **meta 6.B**, que visa apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento, destaca-se o Apoio às Ações do CONCIDADES" Conselho das Cidades (CONCIDADES), instrumento de participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas vinculadas às áreas de saneamento, mobilidade urbana e planejamento territorial.





7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



**ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL,
SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO
ACESSÍVEL À ENERGIA, PARA TODOS**





OBJETIVO 7

ASSEGURAR O ACESSO
CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL,
MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL
À ENERGIA, PARA TODOS

O acesso universal à energia limpa é o que propõe o **ODS 7**, seu princípio consiste em assegurar o acesso aos serviços de energia modernos, sustentáveis, confiáveis e a preços acessíveis. É composto de cinco metas, sendo três finalísticas e duas de implementação.

O Governo do Estado, no limite de suas competências constitucionais, tem realizado esforços e investimentos visando à produção de energia renováveis e garantir a expansão da oferta de energia para a população em todos os municípios e para os setores produtivos, por meio da ampliação da infraestrutura e aprimoramento da tecnologia voltados para as diversas fontes de energia, inclusive alternativas.

Com base nas metas ODS para o Brasil, serão apresentadas a seguir as ações estaduais alinhadas à Agenda 2030, no que se refere às metas do **ODS 7**.



METAS ODS BRASILEIRAS

META 7.1

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

META 7.2

Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

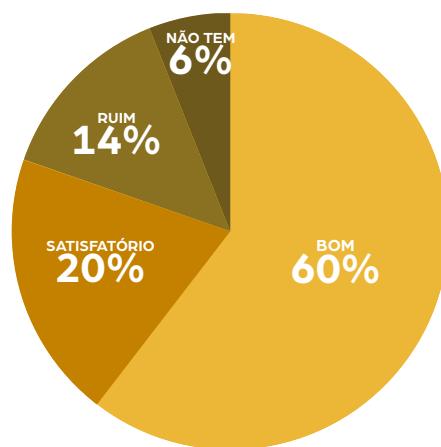
META 7.B

Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.

ONDE ESTAMOS

PARÁ – RMB¹

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO QUANTO AOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

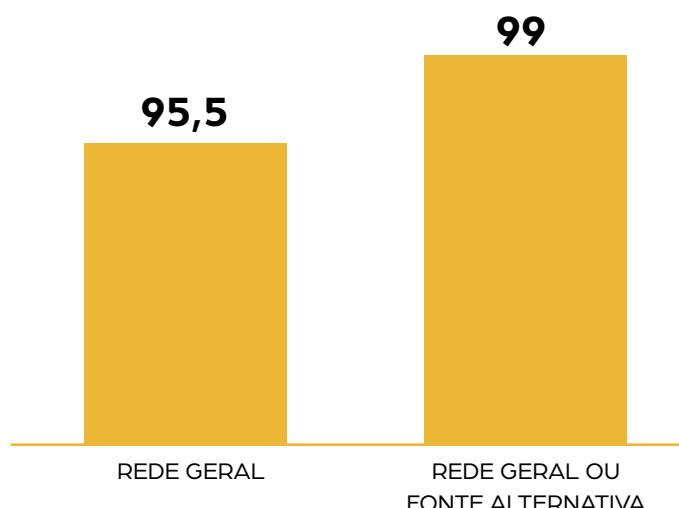


Fonte: IBGE-POF 2017–2018

¹Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém

DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA

2022



Fonte: IBGE: Pnad-Contínua, 2023.

O QUE FIZEMOS

Instituída e regulamentada por lei federal nº 9.427/1996 e pelo Decreto nº 2.335/1997, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a reguladora do setor elétrico no Brasil, que tem a atribuição de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica no território nacional.

O Governo do Pará tem investido na ampliação dos serviços de energia elétrica, considerando o Plano Dezenal de expansão de energia, o PDE 2030, e o Plano Nacional de Energia, o PNE 2050, com prioridades para as áreas mais deficientes dos serviços de energia elétrica.

No Pará, as obras de expansão e melhoria de Redes de Energia Elétrica de interesse social fazem parte do

Programa de Inclusão Socioeconômica (PIS), gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), e são executadas pela concessionária Equatorial Energia, por meio de um Termo de Compromisso, que garante o fluxo de investimentos para apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Estado com a implantação e expansão do sistema elétrico.

Em 2022, por meio do PIS, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, aportou investimentos nessas obras de infraestrutura de rede, que vão ao encontro do que estatui a meta 7.1 da Agenda 2030, quanto a assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.



A seguir, estão listadas as obras dos serviços de energia elétrica concluí-

das e os projetos que foram autorizados em 2022:

Obras concluídas:

- Município de Ipixuna do Pará: Expansão 11,86 km de rede de energia elétrica nas localidades de Boa Vista, Tarzan, Curujinha e Pa e Enalco, investimento no valor de R\$ 641.561,81.
- Município de Maracanã: Expansão 7,43 km de rede de energia elétrica nas localidades de Caju e Rio Grande, investimento R\$ 607.038,66.
- Município de Curionópolis: Expansão 1,77 km de rede de energia elétrica na localidade Frei Henri, investimento de R\$ 893.298,27.

Projetos em execução:

- RI Carajás: Projetos de Rede de Distribuição Rural (RDR), um investimento de R\$7,12 milhões, tendo o município de São Geraldo do Araguaia com sete projetos;
- RI Rio Capim, com 24 projetos e R\$5,67 milhões aplicados, destacando nove no município de Paragominas;
- Rio Caeté, com 22 projetos, empregando R\$4,09 milhões, tendo como destaque o município de Bragança com 15 projetos;
- RI Guamá com 18 projetos, nos quais foram empregados R\$5,52 milhões, ressaltando-se São Caetano de Odivelas com nove projetos.

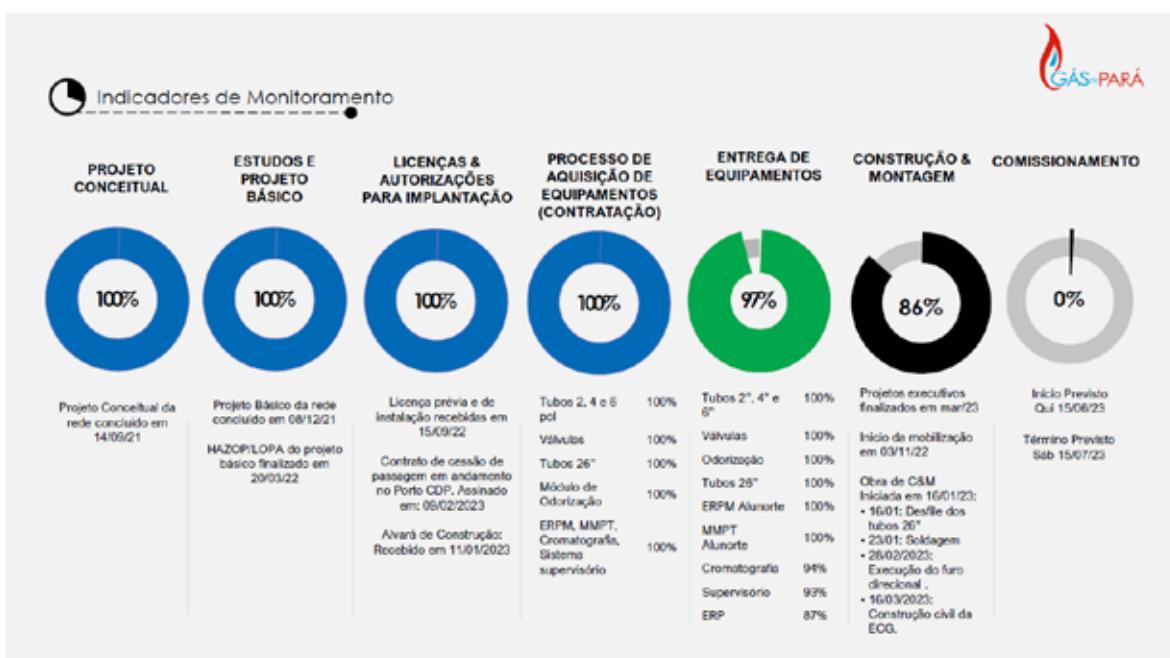
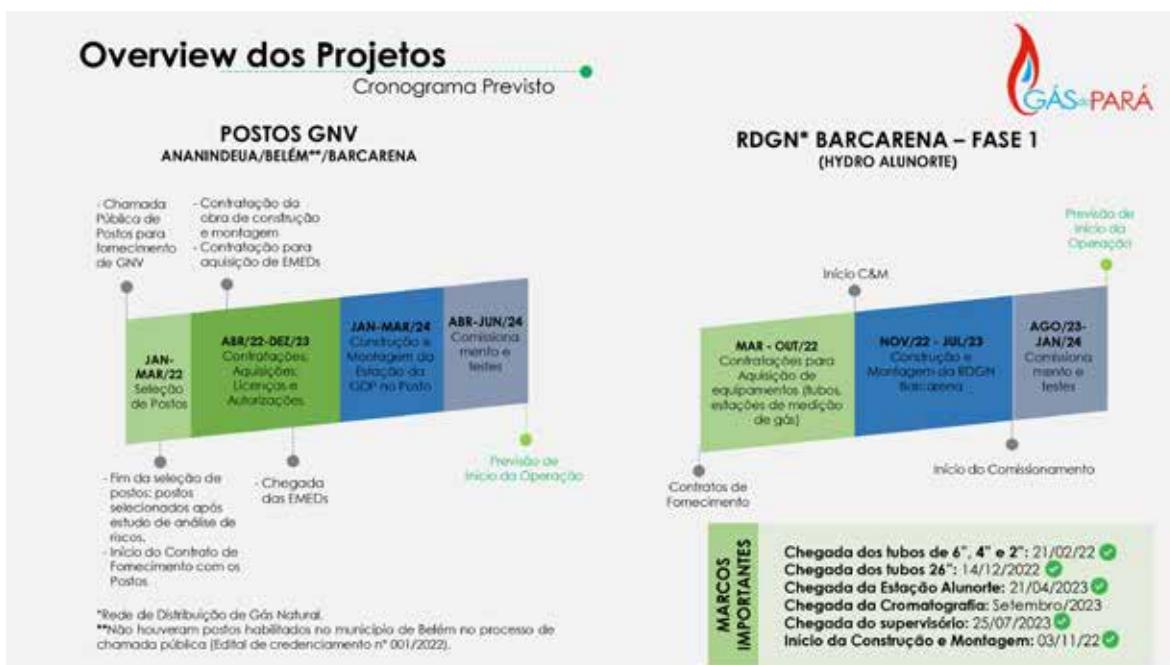


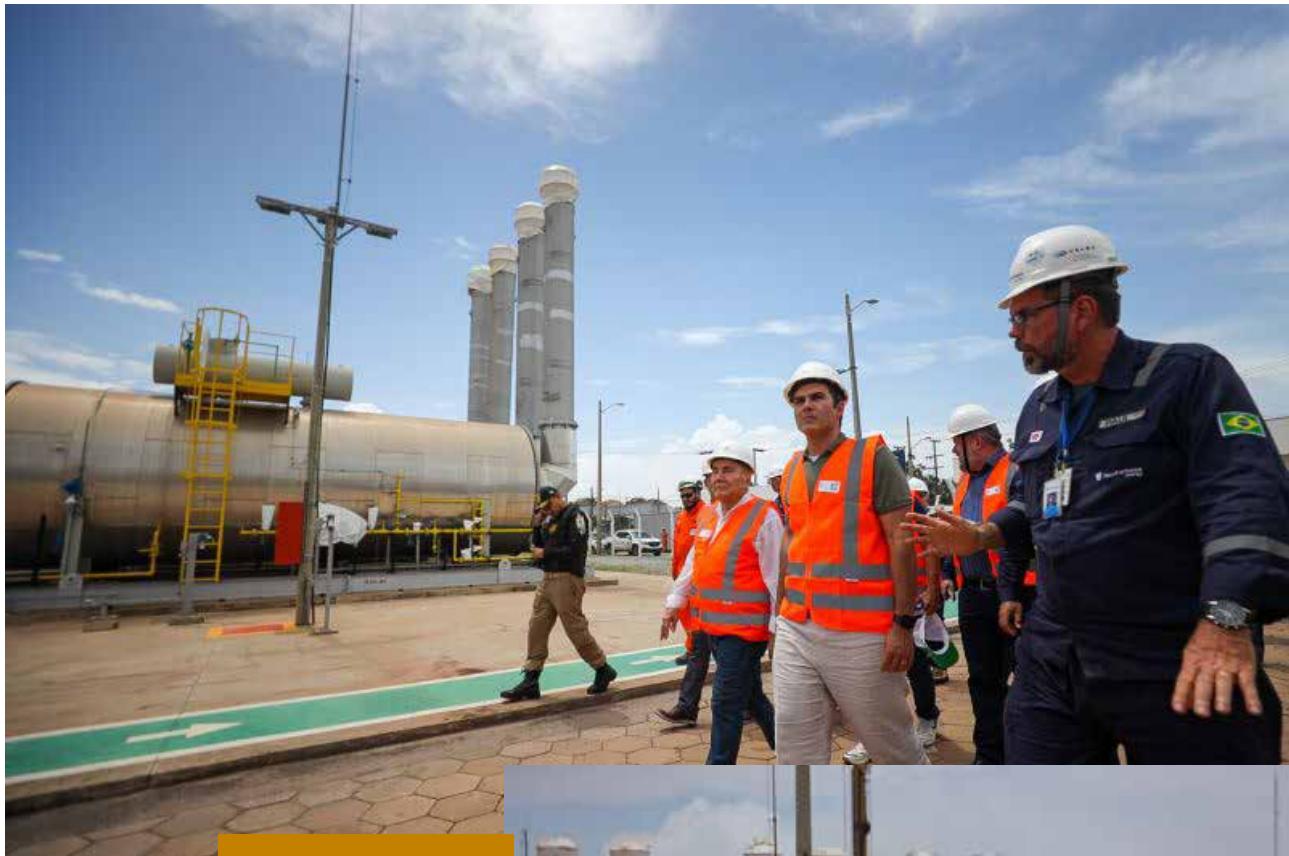
Essas obras propiciaram aumento da qualidade de vida do cidadão paraense e contribuem com o empreendedorismo através da viabilidade de armazenar, verticalizar a produção

existente na região através de uma energia constante e de qualidade, reforçando as contribuições para a **meta 7.1**.

Na perspectiva do estabelecido na **meta 7.2**, o governo desenvolve iniciativas com objetivo de implantar nova matriz energética como a inserção do gás natural no estado. No ano de 2022, a realização de estudos e

projetos para viabilização das redes de distribuição de gás natural foram focados nos municípios de Barcarena e Ananindeua, tendo sido credenciado o primeiro posto apto a distribuir GNV (Gás Natural Veicular).





**PROJETO
REDES DE
DISTRIBUIÇÃO
DE GNV EM
BARCARENA**



Alinhado com o que preconiza a **meta 7.B**, destacam-se estudos das potencialidades de geração de energia sustentável no estado. O Atlas Energético do Pará registrará caracterização climatológica; caracterização ambiental, impactos socioambientais e licenciamento ambiental, além de aspectos tecnológicos da energia eólica, solar e sistemas híbridos; potencial eólico, produtividade fotovoltaica, recursos eólicos e solar; análises das bacias hidrográficas entre outros diagnósticos. Como produto final do projeto será entregue uma Plataforma digital SIG/WEB interativa e dinâmica com os resultados do mapeamento do Atlas. Os projetos e

estudos servirão de fonte para pesquisa e atração de investimentos em energia limpa.

Ainda na direção da **meta 7.B**, foi assinado Termo de Cooperação Técnica que estabelece parceria institucional entre o poder público estadual e a iniciativa privada, visando à execução de ações voltadas ao fortalecimento e expansão da cadeia de valor da energia solar fotovoltaica no Estado do Pará, a partir de programas, políticas públicas e incentivos capazes de dinamizar o uso de sistemas fotovoltaicos e seus equipamentos e componentes.





ESTAÇÃO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULO ELÉTRICO NO PORTO FUTURO

Contribuindo para a **meta 7.B** foi estabelecido convênio entre o Governo do Estado e a concessionária de energia, a Equatorial PARÁ, para realização de pesquisa e desenvolvimento com a cessão de veículo elétrico e dez bicicletas elétricas, instalação de uma estação de carregamento de veículo elétrico no Porto Futuro, localizado em Belém, capital.

O Projeto foi finalizado no ano de 2022, com a doação ao Governo Estadual de um carro elétrico compac-

to, modelo Renault ZOE. O veículo leva em torno de três horas para uma carga completa e permite o percurso de até 250 km. Assim como a doação da Equatorial ao Estado do Pará dos seguintes itens:

- 10 bicicletas elétricas para compartilhamento da população em local turístico (porto futuro);
- 1 estação de carregamento pública para Veículos Elétricos (CARROS e BICICLETAS) no Porto Futuro.





**8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO**



**PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO,
INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E
PRODUTIVO, E TRABALHO DECENTE PARA TODOS E TODAS**

CARTERA DE TRABAJO
PREVIDÊNCIA SOCIAL



OBJETIVO 8

PROMOVER O CRESCIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO
E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E
PRODUTIVO, E TRABALHO DECENTE
PARA TODOS E TODAS

O **ODS 8** tem como foco principal o universo do trabalho e o desenvolvimento econômico. Propõe o progresso econômico com inclusão e justiça social, que seja uma economia mais sustentável, orientada para um futuro que possibilite ao trabalhador atender suas necessidades, que tenham seus direitos assegurados e segurança no longo prazo.

Defende a implementação de políticas públicas que promovam o crescimento econômico contínuo, com apoio às atividades econômicas, sobretudo ao micro e pequeno empreendedor, à inovação tecnológica, com aumento na capacidade de produção, acesso ao crédito e que viabilize a expansão de empregos decentes ou seja, dignos e com respeito e garantia de direitos a todos.

É composto de 12 metas, sendo nove finalísticas, duas de implementação e uma que não se aplica ao Brasil.

A seguir, são apresentadas as realizações e ações do Governo Estadual, no ano de 2022, que tiveram maiores impactos na direção das metas do **ODS 8**.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 8.1

Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.

META 8.2

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.

META 8.3

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

META 8.4

Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

META 8.5

Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

META 8.6

Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados nem estudando ou em formação profissional.

META 8.7

Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.

META 8.8

Reducir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

META 8.9

Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.

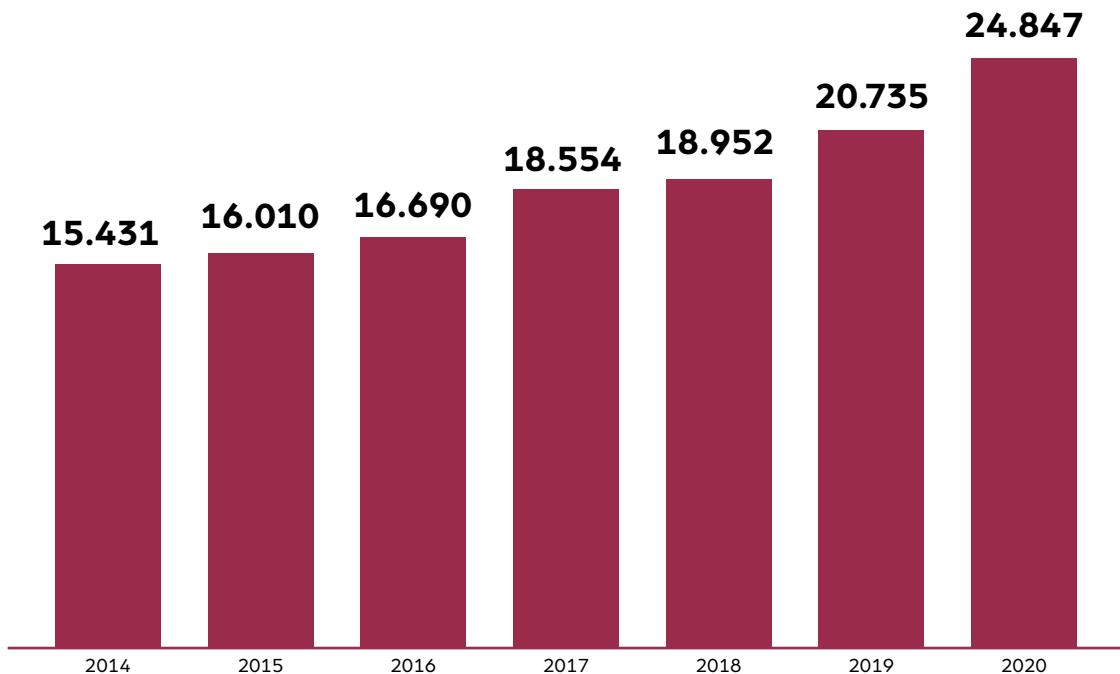
META 8.10

Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.



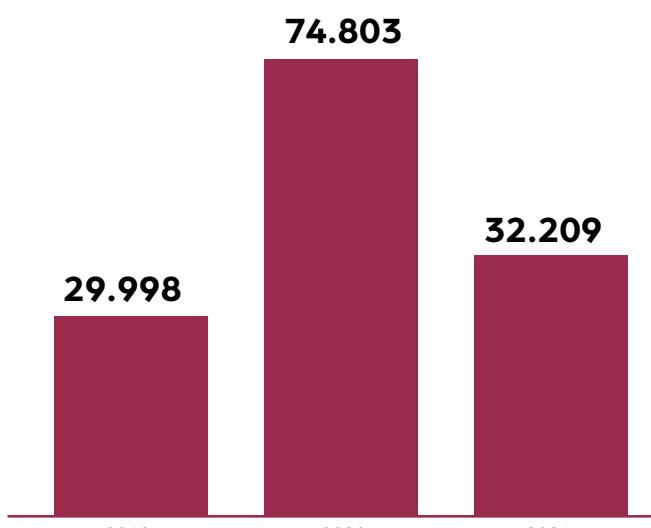
ONDE ESTAMOS

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA



Fonte: IBGE/FAPESPA, 2022.

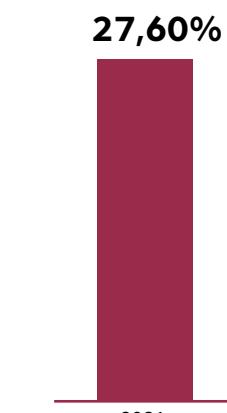
SALDO DE EMPREGO FORMAL



Fonte: ME/CAGED, 2022.

JOVENS NEM-NEM

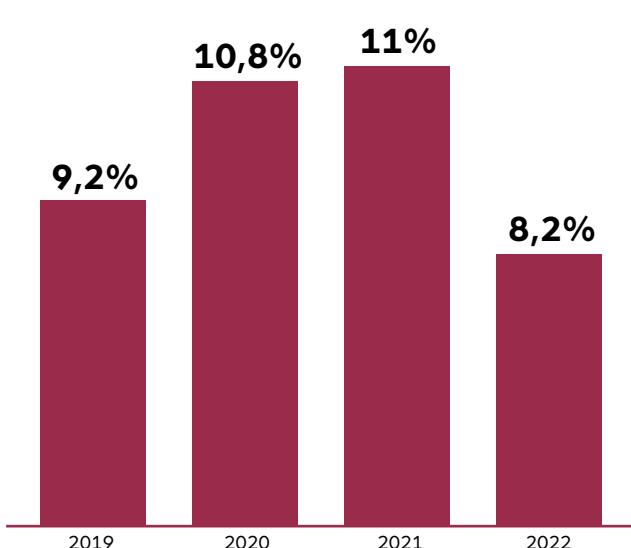
JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021.

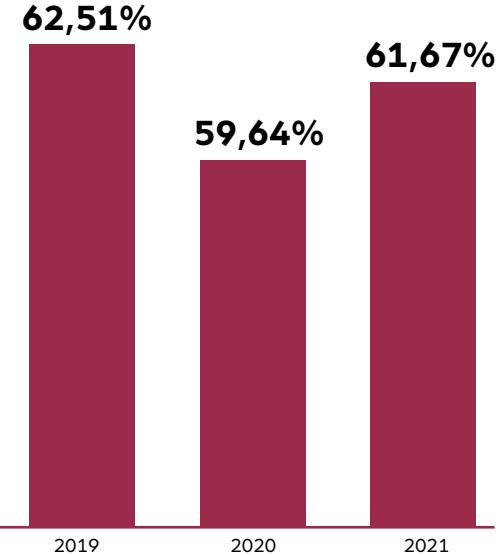
TAXA DE DESOCUPAÇÃO

REFERENTE AO ÚLTIMO TRIMESTRE
DOS RESPECTIVOS ANOS.



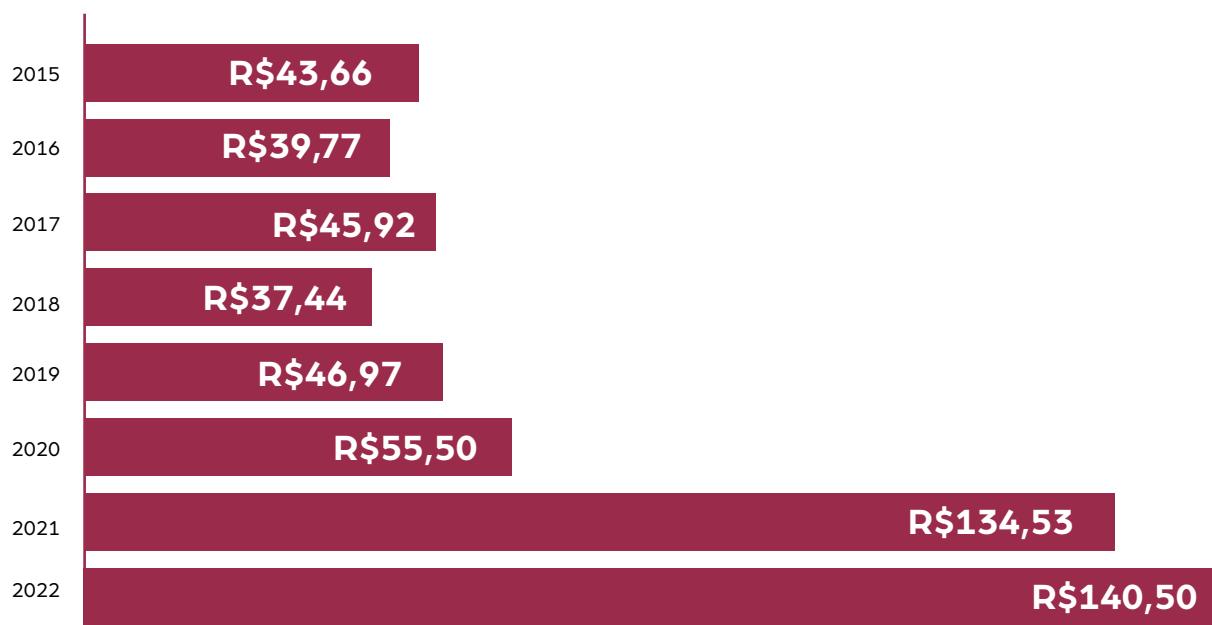
Fonte: IBGE/Pnad Contínua, 2022.

TAXA DE INFORMALIDADE



Fonte: IBGE/Pnad Contínua, 2022.

DISPÊNDIO EM CT&I (EM MILHÕES)



Fonte: STN/SICONF, 2022.

O QUE FIZEMOS

Os investimentos realizados pelo Governo Estadual, em 2022, no apoio às atividades produtivas e à infraestrutura e logística, contribuíram com a **meta 8.1**, impulsionando as atividades econômicas do estado e colaborando para o crescimento do Produto Interno Bruto do Pará, com impactos positivos sobre o PIB per capita, mesmo que, em alguns em alguns casos, indiretamente e de forma transversal.

Com foco na área de ciência tecnologia e inovação, no ano de 2022, o Governo Estadual investiu R\$140 milhões, que possibilitaram avanços no sentido da **meta 8.2**. Destaque para o programa Startup Pará, que busca promover o desenvolvimento de empresas inovadoras, com apoio, suporte à pesquisa, disponibilização de laboratórios multiusuários, de-

senvolvimento de soluções em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, entre outras. São apoios técnicos e financeiros, a empresas tanto em fase inicial como as já em estágio de aceleração.

No aspecto da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra, que também trata a **meta 8.2**, a gestão estadual, fomenta cadeias produtivas de minerais, gemas e metais preciosos com potencial de transformação e de alto valor agregado e apoia arranjos produtivos locais. No ano de 2022, com essa finalidade foram dispendidos cerca de R\$3,8 milhões nessas diversas ações de apoio para a verticalização da produção e APL.

Com relação à **meta 8.3**, no apoio a micro e pequenas empresas e efeitos sobre a ampliação do emprego, apresentam-se a seguir as principais execuções no ano de 2022:

- Implementação de políticas públicas para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio das quais foram atendidos 293 empreendimentos. Dentre as modalidades de apoio, destacam-se a realização dos eventos: Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas, Encontro dos Fóruns Estaduais da Região Norte, Semana MEI, Festival Tempero de Origem, Mini Festival de Chocolate, Flores e Joias, Chocolat Xingu 2022. Os eventos oportunizaram discussões de temáticas atuais, exposição de produtos, estímulo à produção, aperfeiçoamento profissional, fortalecimento e expansão de negócios, além de orientação para acesso a crédito, abertura de mercados, regularização, renegociação de débitos, marketing.

- Concessão de Créditos: Em 2022, foram investidos R\$221 milhões em

4.351 operações de crédito concedidas pelo Banco do Estado do Pará, para pessoas físicas e jurídicas, distribuídas nas modalidades: Capital de Giro Empreendedor, Folha de Pagamento, Banpará Comunidade e Empodera (público alvo mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade).

- Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros a 172 empresas de diversos setores e segmentos: alimentícia/indústrias em geral, alimentício/agroindústria, fabricação de adubos e fertilizantes, construção civil, móveis/indústria em geral, siderurgia/indústria em geral, artefatos de cimento/indústria em geral.

Relacionada à **meta 8.4**, concessão de crédito por meio do Banco do Estado do Pará, da linha de financiamento BanparáBio libera recursos para custeio ou investimento visando fomentar Sistemas Agroflorestais – SAFs e demais atividades agropecuárias pautadas em sistemas sustentáveis.

LINHA DE
FINANCIAMENTO
BANPARÁBIO
LIBERA
RECURSOS
PARA SISTEMAS
AGROFLORESTAIS



Na busca da redução do desemprego por meio do estímulo à economia, o governo tem ampliado a oferta de crédito aos setores produtivos; realizado obras de infraestrutura e investido na promoção e na qualificação profissional de trabalhadores e empreendedores, proporcionado, mesmo que de forma indireta, a abertura de novos postos de trabalhos e ocupações e a inserção e manutenção dos empregos formais e da renda do trabalho, e, por conseguinte, redução das desigualdades sociais e do desemprego, colaborando com a **meta 8.5**.

Essas iniciativas, bem como ações de intermediação de mão de obra, têm contribuído para ampliação dos empregos no estado e a redução na taxa de desocupação. No ano de 2022, foram abertos 31.948 postos de trabalho com carteira assinada,

com aumento no estoque de empregos formais, totalizando 852 mil empregos legais. E redução na taxa de desocupação de 11% no 4º trimestre de 2021 para 8,2% no mesmo trimestre de 2022.

Os resultados desse conjunto de esforços e iniciativas governamentais contribuíram, também, para a **meta 8.8**, relacionada ao registro trabalhista, por serem empregos formais.

O **ODS 8** evidencia preocupações com vários grupos sociais. Especificamente na **meta 8.6** ressalta a necessidade de inclusão dos jovens no mundo do trabalho, para isso recomenda redução na proporção de jovens que não estejam ocupados nem estudando ou em formação profissional. No Pará, quase um terço dos jovens estão nessa condição. Para o enfrentamento dessa problemática e



em contribuição ao que preconiza a referida meta, o Governo do Estado mantém um conjunto de estratégias e programas, destacados a seguir:

- Implementação da Educação em Tempo Integral e Ofertas no Ensino básico, médio e de Graduação superior: ações continuadas que ampliam oportunidades de formação profissional e melhores condições para o futuro profissional. No ano de 2022, cerca de 13 mil alunos da rede estadual, em 29 escolas de ensino médio cursaram em regime integral, em 13 municípios de sete regiões de integração.
- Pará Jovem: Investimento de R\$7,7 milhões com expedição e documentos e oferta de curso profissionais a 2.997 jovens de 14 a 29 anos em 15 municípios. Os cursos profissionali-

zantes foram realizados em mídias digitais, edição e gravação e cinema. E por meio do Projeto Capacita Mais Pará, a oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho teve temas como Ética e Etiqueta no mercado de trabalho, Convivência, Oralidade e Discurso, Raciocínio Lógico e Criatividade, Trabalho em Equipe Liderança, Empregos Conectado, Educação Financeira e Comportamento Profissional e Recursos Humanos. O projeto Balcão da Juventude atendeu os jovens com emissão de documentos, elaboração de currículo, antecedentes criminais e orientação jurídica.

**PROJETO
CAPACITA MAIS
PARÁ OFERTA
CURSOS
VOLTADOS PARA
O MERCADO DE
TRABALHO**



- Inauguração de Novas escolas profissionalizantes: ampliação de oportunidades para a formação profissional da juventude com a inauguração de mais quatro escolas nos municípios de Barcarena, Breves, Santana do Araguaia e Xinguara. Nessas escolas foram abertas vagas para mais 5.760 jovens.

- Adequação de Novos espaços para funcionamento de escolas tecnológicas do estado: foram adequados novos espaços para realização de 376 cursos ofertados, com 32 novos espaços para a oferta da educação profissional, em 11 regiões de integração, um investimento de R\$35,71 milhões.

**TERMO DE
COOPERAÇÃO
FOMENTA
POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA
REFUGIADOS
E IMIGRANTES**



Erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil é o que estabelece a **meta 8.7**. O Governo Estadual, em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), mantém estruturado o Espaço do Refugiado e Migrante, além da vigência do Termo de Cooperação com a finalidade de fomento de po-

líticas públicas estaduais para pessoas estrangeiras. Somam-se ainda o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM/PA) e o Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante (ERM), que recebem, orientam, intermedeiam e articulam instituições para expedição de documentos, promoção de direitos e apoiam os migrantes e refugiados.



**EM 2022, FORAM
PROMOVIDOS
16 EVENTOS
DE PROTEÇÃO
À INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Com ações articuladas junto aos gestores municipais, representantes do poder judiciário, instituições públicas e privadas, sociedade e trabalhadores de áreas afins que operam um sistema de garantia de direitos, com diversas iniciativas direcionadas para fortalecer as gestões municipais de assistência social na realização de ações estratégicas e operacionais, com o intuito de enfrentar e erradicar o trabalho infantil, a violência sexual e demais práticas.

Em 2022 foram promovidos 16 eventos com os órgãos de proteção aos direitos da infância e adolescên-

cia, com ênfase no enfrentamento da erradicação do trabalho infantil, tortura, tráfico e de violência sexual. Citam-se como exemplos o encontro regional que tratou do tema "Subsídios para Construção de Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência", segundo a Lei nº 13.431/2017; a palestra sobre "Erradicação do Trabalho Infantil"; e o encontro virtual que dialogou sobre a "Lei da Escuta Qualificada". Todos colaboraram para conscientização e providências relacionadas à problemática apresentada na **meta 8.7**.



**O CONSELHO ESTADUAL DE
TRABALHO, EMPREGO E RENDA
(CETERPA) OFERECE
QUALIFICAÇÃO E ATUA EM
DEFESA DO TRABALHO LEGAL**

Com essa mesma finalidade, o Governo do Estado concede apoio a rede de Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda realizada por meio do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (CETERPA). Esse conselho também atua em defesa do trabalho legal e das condições adequadas do exercício da atividade laboral, colaborando para aspectos importantes enunciados na **meta 8.8**, a qual recomenda a redução do descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições

de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Em 2022, como resultado dos esforços da gestão estadual em reduzir situações de descumprimento da legislação trabalhista e proteger os trabalhadores em situação de vulnerabilidade, favorecendo avanços quanto ao que preceitua a meta 8.8, foram contratadas 6.600 pessoas, sendo que 257 eram pessoas com deficiência (PcD).

Convergente como o anunciado na **meta 8.9**, quanto a implementar política para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais, a gestão estadual definiu um conjunto de estratégias e ações visando à promoção do turismo sustentável, cuja principais realizações no ano de 2022 foram:

- Investimento de R\$106 milhões na manutenção de equipamentos turísticos, em infraestruturas, como o Parque do Utinga, Hangar Centro de Convenções & Feiras da Amazônia, Estação das Docas, Mangal das Garças, Arena Multiuso Guilherme Paraense, Orla do Maçarico no município de Salinópolis.
- Investimentos de R\$159 milhões em apoio técnico para o desenvolvimento, estruturação e implantação de novos produtos turísticos
- Qualificação e treinamentos a 99 prestadores de serviços turísticos em 10 das 12 regiões de integração do estado (RI).
 - Promoção e divulgação de 118 produtos paraenses no mercado interno e externo, como o 7º Festival Internacional do Chocolate e Cacau e Flor Pará 2022, Encontro Nacional de Enoturismo da Amazônia etc.

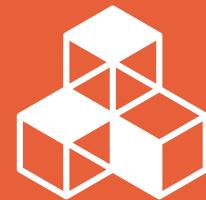
- Realização de 27 pesquisas para subsidiar decisões estratégicas das instituições e empresários do setor, a exemplo do Inventário da Oferta Turística, e 12 Boletins Econômico do Turismo.

O Governo do Pará assumiu compromisso nessa gestão de ampliar o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos, se coadunando com o anunciado na **meta 8.10**. No ano de 2022, foram inauguradas 11 novas agências do Banco do Estado do Pará, com investimentos de R\$4,9 milhões, nos municípios de Belterra, São João do Araguaia, São Francisco do Pará, Terra Alta, São Domingos do Capim, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Santarém Novo, Quatipuru, Peixe-Boi, Mãe do Rio e Urucará, além de 2 postos de serviços, em Benevides e Belém. Essas novas agências se somam às unidades existentes e garantem acesso aos serviços do Banpará a 97% da população que se concentram em 136 municípios dos 144 do estado, inclusive com liberação e acesso financeiro para pessoas de baixa renda e microempreendedores individuais (MEI), produzindo impactos positivos na **meta 8.10** e na **meta 8.3**.





9 INDÚSTRIA, INovação
E INFRAESTRUTURA



**CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES,
PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E
SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INovaÇÃO**





OBJETIVO 9

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

O **ODS 9** apresenta recomendações a serem observadas e/ou implementadas para o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Dotar o estado de infraestrutura que possibilite o desenvolvimento das atividades produtivas, com proteção ambiental, sobretudo a indústria, é condição para o crescimento da economia e o bem-estar da sociedade, assim como o apoio às micro e pequenas empresas.

As operações devem perpassar desde a construção e manutenção dos modais, rodoviários, hidroviários, aeroviários e ferroviários, até a implementação de tecnologia e inovação, que possibilitem ganhos de eficiência na produção, ao acesso às redes de telecomunicação. É composto de seis metas, sendo nove finalísticas, duas de implementação.

No ano de 2022, ações viabilizaram a ampliação de infraestrutura de transportes, aumento da capacidade produção industrial, apoio às micro e pequenas empresas; promoveram estímulo à produção local e aos polos industriais e asseguraram incremento na geração de emprego e renda nos setores econômicos, ampliando-se assim as vantagens competitivas do Estado do Pará. Esse conjunto de obras, projetos e iniciativas contribuiu de forma direta para avanços na direção das recomendações estabelecidas nas metas do **ODS 9**, com detalhamento a seguir.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 9.1

Aprimorar o sistema viário, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

META 9.2

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhoria nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.

META 9.3

Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.

META 9.4

Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

META 9.5

Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia.

META 9.C

Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

META 9.B

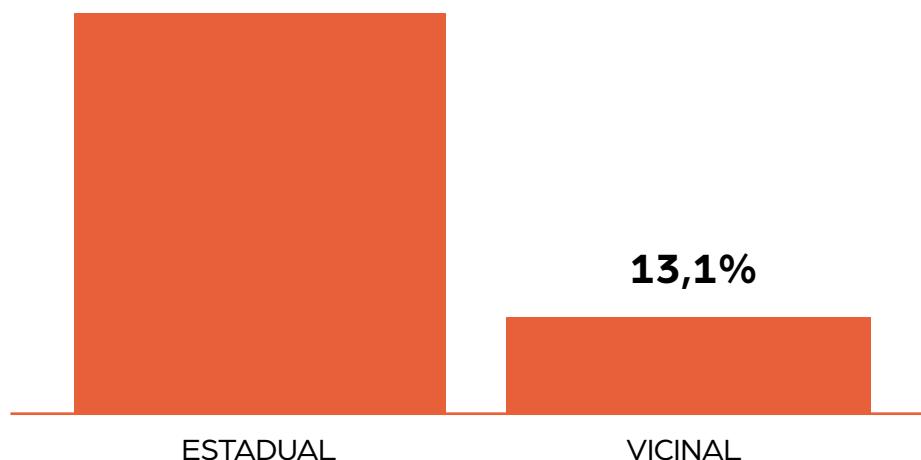
Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

ONDE ESTAMOS

PERCENTUAL DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA

2020

49,9%

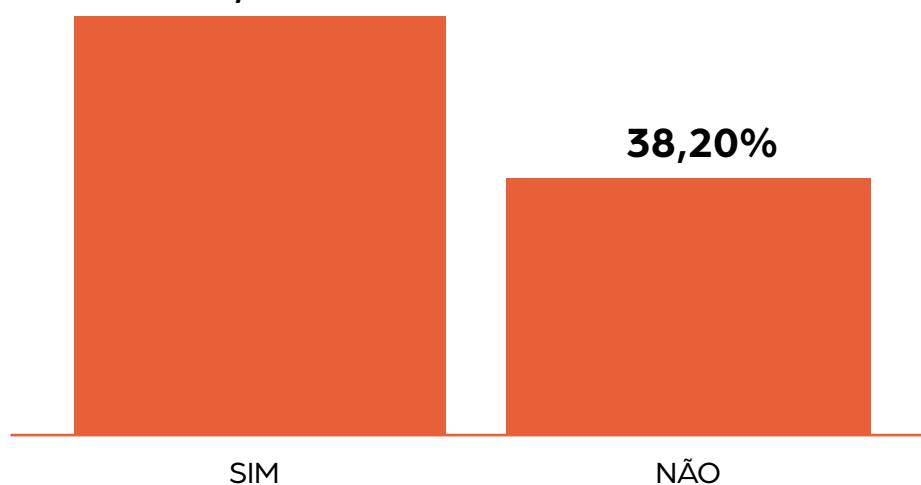


Fonte: Setrans 2021.

DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET

2021

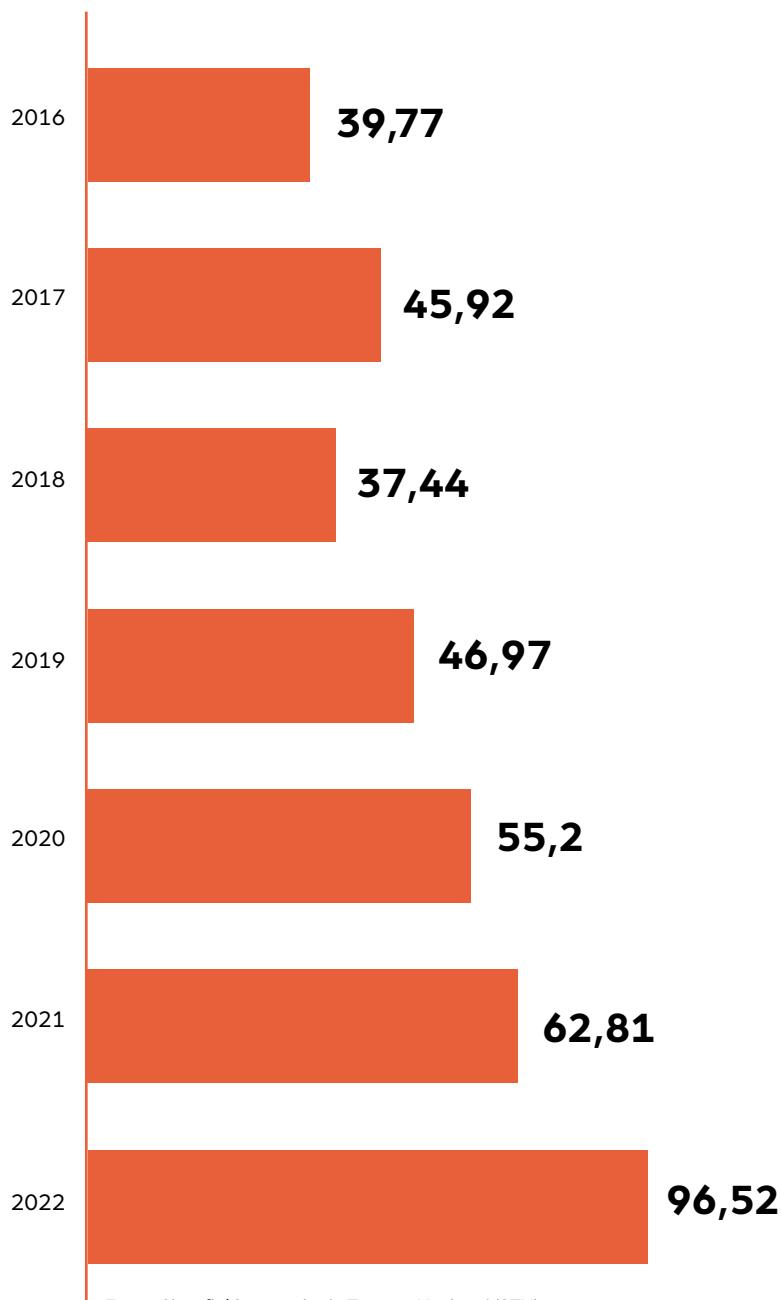
61,80%



Fonte: IBGE/Pnad-Continua, 2022.

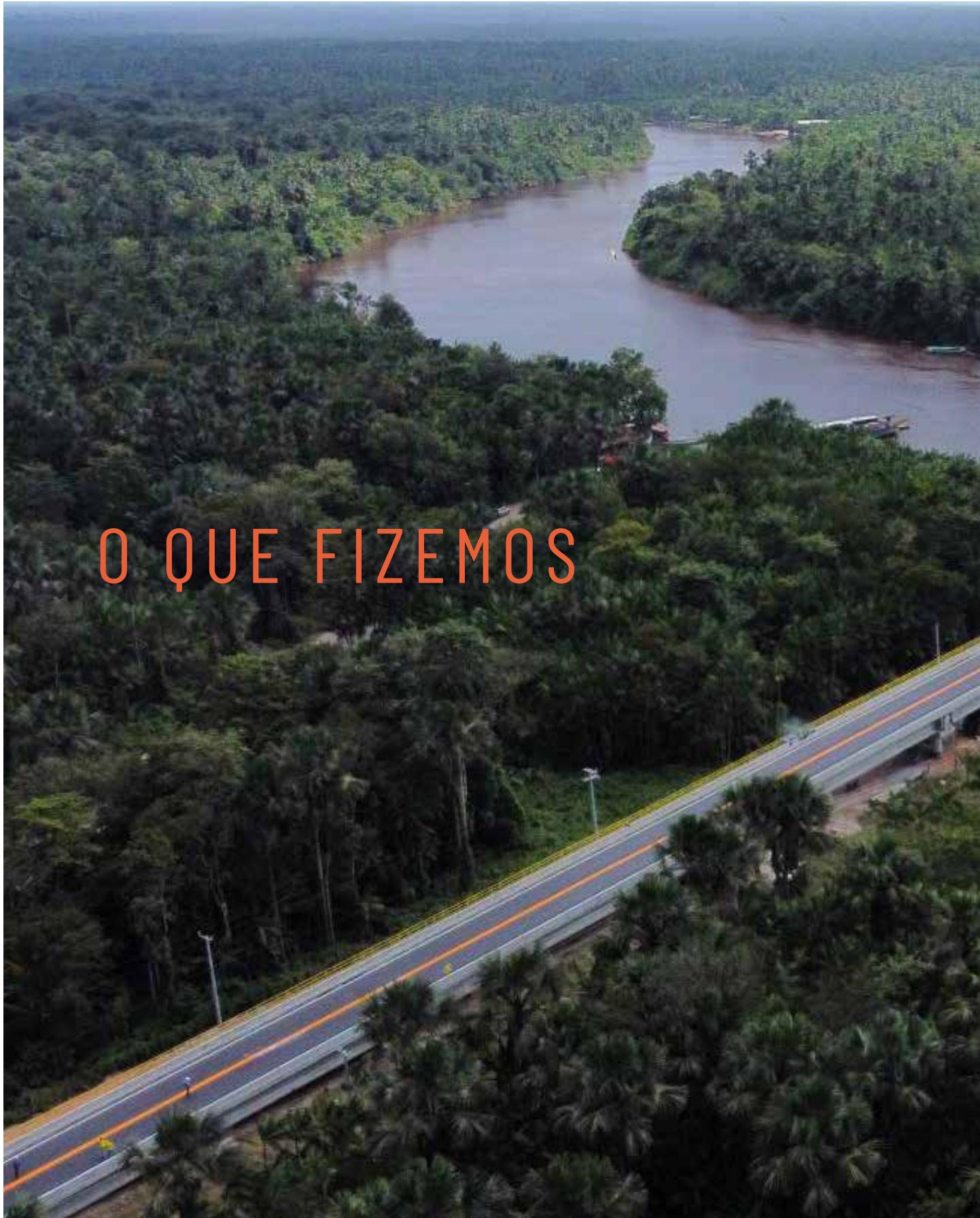
INVESTIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INovação

2016-2022 (EM R\$ MILHÓES)

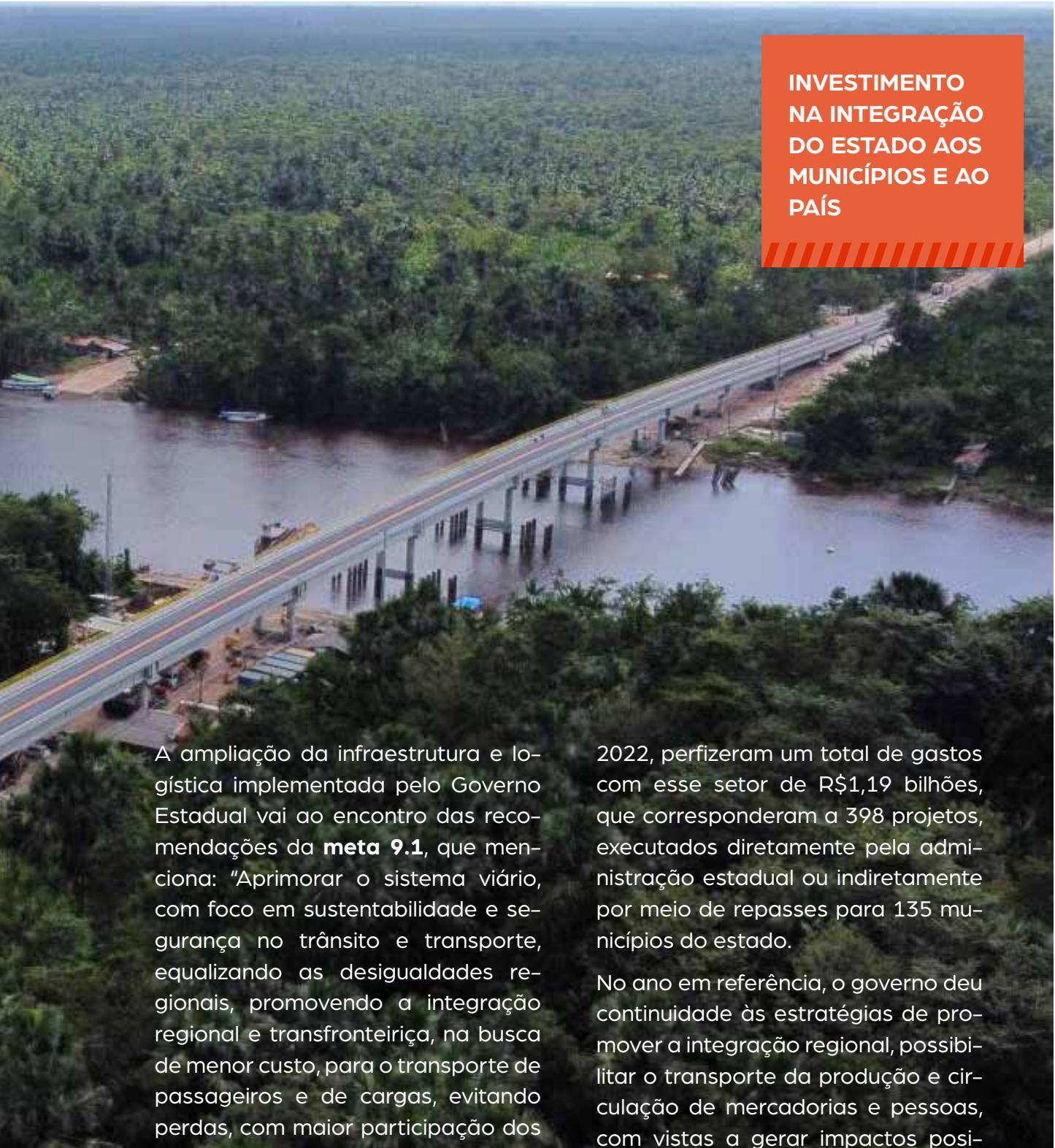


Fonte: Siconfi / Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O QUE FIZEMOS



INVESTIMENTO NA INTEGRAÇÃO DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS E AO PAÍS



A ampliação da infraestrutura e logística implementada pelo Governo Estadual vai ao encontro das recomendações da **meta 9.1**, que menciona: "Aprimorar o sistema viário, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos". No ano de

2022, perfizeram um total de gastos com esse setor de R\$1,19 bilhões, que corresponderam a 398 projetos, executados diretamente pela administração estadual ou indiretamente por meio de repasses para 135 municípios do estado.

No ano em referência, o governo deu continuidade às estratégias de promover a integração regional, possibilitar o transporte da produção e circulação de mercadorias e pessoas, com vistas a gerar impactos positivos sobre a economia, reduzir as desigualdades regionais e contribuir para o desenvolvimento econômico do estado do Pará.

Dentre as principais realizações do Governo Estadual alinhadas à **meta 9.1**, destacam-se:

Modal Rodoviário:

- Conservação de Rodovias, investimentos de R\$479 milhões. Foram pavimentados 3.900 quilômetros de rodovias estaduais. As obras alcançaram 77 municípios de 11 regiões de integração. Principais rodovias que passaram por manutenções e reparos foram: PA-254 trecho Curuá/Alenquer; PA-419 (município de Prainha); PA-421; PA-423; PA-425 (Monte Alegre); e PA-473 (Almeirim), PA-220 (Marapanim/Maranã/Curuçá); PA-140 (Inhangapi/Bujaru), PA-287 (Redenção, Cumaru e Conceição do Araguaia); PA-463 (Santana do Araguaia); PA-235 (Santa Maria das Barreiras); PA-477 (Xinguara), PA-151 (Igarapé-Miri); PA-252 (Acará); PA-155 (Perna Sul); e PA-150 (Entrada PA-256/Goianésia), PA-252 (Concórdia do Pará); PA-253 (Irituia e Capitão Poço); e PA-140 (Bujaru).
- Restauração de Rodovias, sendo 13 obras, ao custo de R\$178,18 milhões, em 14 municípios de seis Regiões de integração. As obras mais relevantes executadas: PA-287(municípios de

Conceição do Araguaia e Redenção) e PA-279, (em Água Azul do Norte, Tucumã e Ourilândia do Norte), PA-150, (trecho Ponte Igarapé Gavião) ao km 231 (Ponte Mojuzinho), em Jacundá, PA-318, trecho: Entroncamento PA-136 (Curuçá) / Praia de Marudá, em Marapanim; PA-140 entre Santa Izabel e Bujaru, e PA-136 até a Vila de Macapazinho,

- Construção de Rodovias: 36 obras empreendidas, no valor de R\$617,99 milhões, realizadas em 34 municípios, de dez Regiões de Integração (RI), destacando-se as seguintes: pavimentação das PA-124, em Nova Esperança do Piriá; PA-140, em Bujaru; e PA-256, em Ipixuna do Pará e Tomé-Açu, PA-254 e PA-437, em Óbidos; PA-423, em Monte Alegre; PA-439, em Oriximiná; e prolongamento da Av. Moacara e Rodovia Transruará, ambas em Santarém, PA-448, em Capanema; PA-462, em Augusto Corrêa; PA-234, e São João de Pirabas; e PA-322 e PA-380, em Bonito, RI Rio Caeté.
- Conclusão da Pavimentação Asfáltica da PA – 439, na Região Baixo amazonas, no Município de Oriximiná, extensão de 17Km. Investimento de R\$29,7 milhões e Beneficiando 75 mil pessoas;



PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA PA-407

- Entrega da pavimentação (primeira etapa) do prolongamento da Av. Moçara, com 3Km, no município de Santarém.
- Pavimentação Asfáltica da PA-275, com extensão de 61,7Km, envolvendo os municípios de Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Investimento de R\$81,8 milhões, beneficiando 270 mil pessoas.
- Pavimentação Asfáltica da PA 220-Transmaú- Lote 1, na Região Guamá, no município de Marapanim. Extensão de 22km. Investimento de R\$19,1 milhões, beneficiando 29 mil pessoas
- Pavimentação Asfáltica da PA-448, na Região Rio Caeté, no município de Capanema, 27km de extensão, investimento de R\$33,7 milhões, contribuindo para o deslocamento de 70 mil pessoas.
- Pavimentação Asfáltica da PA-407, na RI Tocantins, município de Igarapé Miri, com extensão de 17 Km, valor do investimento R\$22,4 milhões, beneficiando 63 mil pessoas.
- Construção de Pontes com 66 obras perfazendo um investimento de R\$161,16 milhões, atendendo a 62 municípios.

**CONSTRUÇÃO
DA PONTE
SOBRE O RIO
MERUÚ, NA
RODOVIA
PA -151, EM
IGARAPÉ-MIRI**



Principais obras realizadas:

- Reconstrução na ponte do Outeiro, em Belém, construção da ponte sobre o rio Meruú, na rodovia PA -151, em Igarapé-Miri, e ponte sobre o rio Alto Acará, no município de Acará, ponte sobre o rio Capim, na PA-256, em Paragominas, ponte sobre o rio Guamá, na PA-253, trecho PA-124 / BR-316, em Capitão Poço, e ponte sobre o rio Cuxiú, na PA-256, trecho PA-451 / PA-140, em Tomé-Açu, na RI Rio Capim
- Conclusão das obras de construção da Ponte de concreto armado sobre o Rio Merurú, com 560,88 m de exten-

são, no Km 49,9 da rodovia PA-151, trecho Igarapé-Miri/Entroncamento da Rodovia PA467. Investimento de R\$62,4 milhões, beneficiando 856 mil pessoas.

- Ampliação e requalificação das vias de interesse metropolitano, sendo 11 quilômetros de vias urbanas, com duplicação de pistas, implementação de iluminação com led e construção de ciclovias compreendendo os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. Obras que melhoraram o sistema e a segurança das vias da Pe. Bruno Sechi em Belém e da Avenida Ananindeua.

Modal Hidroviário:

- Construção do terminal hidroviário turístico da vila de algodoal, na RI Guamá, no município de Maracanã. Investimento no valor de R\$3,1 milhões, beneficiando 30 mil pessoas da localidade e mais os turistas.
- Concluídas as obras de reforma e adequação do trapiche da sede do município e da comunidade de Porta Grande, município de São João da Ponta. Investimento de R\$ 866 mil, beneficiando 6 mil pessoas.
- Reforma e adequação do terminal hidroviário de passageiros do município de Ponta de Pedras, RI Marajó, investimento de R\$ 1,9 milhões, beneficiando 67 mil pessoas.
- Reforma e adequação do terminal hidroviário de passageiros e cargas do município de Cachoeira do Arari, na RI Marajó. Investimentos de R\$ 2,6 milhões e ainda reforma e adequação do terminal hidroviário de pas-
- sageiros e cargas do município de Santa Cruz do Arari, na RI Marajó.
- Reforma do terminal Hidroviário de cargas e de passageiros do município de Curralinho, RI Marajó. Investimento de R\$ 2,2 milhões, contribuindo para a qualidade de vida de 34 mil habitantes da região.
- Reforma e adequação do terminal hidroviário de passageiros e cargas dos municípios de Alenquer e Monte alegre, na RI Baixo Amazonas. Investimentos de R\$ 5,5 milhões e R\$ 4,7 milhões, respectivamente, propiciaram deslocamento a uma população de 15 mil pessoas.
- Conclusão do Terminal hidroviário de passageiros e cargas do município "Joaquim Costa Pereira". Investimentos de R\$ 84 milhões, com capacidade para receber 5 mil usuários por dia, com 360 m² de área construída e para atender 750 mil usuários dos municípios da região.



**CONSTRUÇÃO
DO TERMINAL
HIDROVIÁRIO
TURÍSTICO
DA VILA DE
ALGODOAL**

Ainda alinhando-se à **meta 9.1**, ressaltam-se as obras de Macrodrrenagem da Bacia do Tucunduba, no município de Belém, que envolve um conjunto de obras programadas em várias etapas. Em 2022, foram investidos R\$130,65 milhões com diversos projetos; dentre eles, os relacionados ao sistema viário e melhoria na qualidade de vida da população da área abrangida.

Com o objetivo de induzir o desenvolvimento de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços para o Estado do Pará, preceituado na **meta 9.2**, que indica " Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora

nas condições de trabalho e na aprovação dos ganhos de produtividade advindo", o governo do Pará mantém um conjunto de programas, projetos e atividades em apoio ao setor de indústria, comércio e serviços.

Dentre estes destaca-se o repasse à empresa de Dendê do Pará S.A. (DENPASA), investimento estadual de Santa Bárbara do Pará (Região Guajará) no valor de R\$8.92 milhões. E, com o objetivo de fomentar o aumento do fluxo do comércio, a diversificação de setores econômicos, mercados e o incremento das relações internacionais, foram investidos R\$5.049 milhões em apoio ao setor de Indústria, Comércio e Serviços, a 290 empresas do setor de comércio nas RIs Guajará, Araguaia e Rio Caeté.





FEIRAS TIVERAM APOIO DO GOVERNO: INCENTIVO AO SETOR PRODUTIVO

Inserido nos esforços em colaboração com a **meta 9.2**, ressaltam-se a realização de visitas técnicas em diversos municípios, o deferimento de carta consulta aprovada beneficiando aproximadamente 100 cooperados, além da participação e realização de eventos envolvendo o setor produtivo. A exemplo da 2ª Feira de Negócios do Cooperativismo (FENCOOP), FIPA 2022 e Super Norte 2022. Os eventos são suportes para divulgação de serviços e oportunidades de negócios entre os setores econômicos.

Também condizente com a **meta 9.2**, o governo mantém anualmente projetos e atividades que visam a Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico.

Dentre eles, os investimentos para o desenvolvimento e participação em eventos, que em 2022 somaram R\$229,27 mil, como o apoio a par-

ticipação de produtores e agentes produtivos nos eventos Feira Expo & Congresso Brasileiro de Mineração – EXPOSIBRAM 2022, Participação no Brasil Investment Fórum (BIF 2022), Participação na XV Feira da Indústria do Pará e no VII Festival Internacional do Chocolate e Cacau – Chocolat Amazônia 2022 dentre outros.

Os eventos possibilitaram ampliar o ambiente de negócios, propiciando interlocução com empresas e investidores visando captar instalações de empreendimentos no estado. Nesse aspecto e em colaboração à **meta 9.2**, também contribuíram a realização do Seminário de Desenvolvimento Local e a elaboração de Diagnósticos Socioeconômicos, Manual de Políticas Públicas e Guia do Investidor Municipal dos municípios Abaetetuba, Benevides, Breves, Capanema, Capitão Poço, Itaituba, Paragominas, Rondon do Pará e Santarém.



CAPACITAÇÃO E INCENTIVO A STARTUPS

A **meta 9.3** menciona a necessidade de “Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados”.

Com relação a essa meta, em alguns aspectos, os projetos e iniciativas do Governo Estadual apresentam interfaces, transversalidade e complementariedade na colaboração para o alcance das **metas 9.2 e 9.3**, como “aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas”. O Governo Estadual contribuiu, no ano de 2022, com a concessão de incentivos fiscais a 172 empresas em 53

municípios. E como estratégia para a expansão empresarial e fomento à economia local, destaca-se a concessão de créditos pelo Banco do estado do Pará, com alcance de 7.028 atendimentos, nas linhas Banpará Comunidade (R\$85,13 milhões), Empodera (R\$8,81 milhões) e Banpará Pessoa Jurídica (R\$142,85 milhões).

Alinhados a aspectos propostos pelas **metas 9.2 e 9.3**, o Governo Estadual mantém o Crédito do Produtor, um fundo de incentivos financeiros, que financia empreendimento econômicos estratégicos diversificação do parque industrial, e transformação da base produtiva estadual (florestal, industrial e agroindustrial, mineral e turística) para o crescimento, diversificação e transformação da base produtiva no Estado, promovendo a geração de emprego e renda. Em 2022, foram deferidas para financiamento 4 cartas consultas.

Como outra contribuição visando aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, a que se refere parte da **meta 9.3**, investimentos foram realizados pela gestão paraense, no apoio micro e pequenas empresas. No ano de 2022, foram atendidos diretamente 293 empreendimentos com uma diversificação de atividades. Destacam-se a realização dos eventos: Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas, Encontro dos Fóruns Estaduais da Região Norte, Semana MEI, Festival Tempero de Origem, Mini Festival de Chocolate, Flores e Joias, Chocolat Xingu 2022. Com investimento de R\$4,9 milhões de reais, foram inauguradas mais 11 agências do Banco do Estado do Pará em 12 municípios. As agências são importantes estratégias de impactos ao desenvolvimento econômico e proporcionam serviços e fomento ao empreendedor, finalidades coerentes com a **meta 9.3**.

Em consonância às recomendações da **meta 9.4**, que especifica "Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados", o Governo Estadual aplicou recursos de, aproximadamente, R\$3,33 milhões, no ano de 2022, para incentivar a instalação e recuperação de áreas industriais. Destaca-se a conclusão do projeto básico dos Distritos Industriais de Ananindeua e Icoaraci, restauração dos sistemas viários dos Distritos Industriais já implantados no Estado do Pará (Ananindeua, Icoaraci, Barcarena e Marabá), por meio de obras de terraplenagem, pavimentação, pôrtico, iluminação, visitas e levantamentos técnicos, licenciamentos ambientais, entre outros.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO



Compreendendo a centralidade estratégica da política de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, o governo do Pará destinou cerca de R\$94 milhões a ações de fortalecimento, integração, consolidação e ampliação da política de CT&I no estado. Investimentos que possibilitam melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, fomento à inovação e o acesso ao conhecimento científico e tecnológico à população. Todos em conformidade com as **metas 9.5, 9.B e 9.C**.

Especificamente sobre a **meta 9.5**, que estabelece "Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia", destaca-se um conjunto de realizações da gestão estadual no ano de 2022:

- Concessão de 1.614 bolsas de pesquisa no fomento a estudos e pesquisas em diferentes modalidades e finalidades, tendo sido investidos R\$21,57 milhões. Foram bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pesquisador visitante, atração de Jovens Talentos (BJT), desenvolvimento tecnológico e industrial do Pará (DTI), bolsa de Estímulo à Inovação e Bolsa Preceptoria (BP), entre outras.
- Desenvolvimento de Empresas Inovadoras – Startup Pará, com investimentos no ano de 2022 de R\$14,9 milhões, nas atividades de apoio a empresas inovadoras, propiciando suporte à pesquisa, disponibilização de laboratórios multiusuários, desenvolvimento de soluções em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado, entre outras. Em apoio a 74 empresas, destaca-se a execução de vários editais com foco no apoio técnico e financeiro, como o "Bônus Tecnológico" e "Empresas Inovadoras". "Startup Mulheres" e "Inoterpaz", "Startup em Todo Pará", com alcance a 12 municípios; entre outros.



- Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos: A realização de 41 eventos possibilitou a difusão do conhecimento científico no estado do Pará. Dentre os eventos, citam-se II Simpósio Nacional de Geografia, Ambiente e Território (II SIMGAT); 2º Congresso Brasileiro de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia (2º CBBBA); VIII Seminário de Iniciação Científica; I Congresso da Rede Panamazônica para Formação e o Ensino de História; XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA; III Congresso Amazônico de Meio Ambiente e Energias Renováveis; ENSUS 2022; X Encontro de Sustentabilidade em Projeto e V Feira de Ciências do Rio Acutipereira.

- Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação: Com investimentos de aproximadamente R\$22,37 milhões, diversas iniciativas foram viabilizadas, a exemplo: Projeto de iniciação científica pelo “Forma Pará”, “Prospecção integrada do impacto de futuros cenários socioeconômicos e de mudanças climáticas sob a Zona Costeira Amazônica”, “Bioeconomia e Cidades Sustentáveis na Amazônia”, “I Seminário em Engenharia da Água e Solo da Amazônia – SEMEASA”, “Cultivo de garoupas verdadeiras em tanques suspensos” e o projeto “Efeito das mudanças climáticas sobre a conservação dos carnívoros da Amazônia”.

O fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação também contribuiu para a **meta 9.B**, visto que esta meta recomenda “Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities”

Ainda na linha da **meta 9.B** citada anteriormente, entre outros, destacam-se as seguintes realizações no ano de 2022:

- Inauguração da Incubadora na Região Marajó, projeto que beneficiou 1.343 pessoas em apoio ao empreendedorismo.
- Lançamento do Polo de Bioeconomia, na Região Marajó, iniciativa voltada para o desenvolvimento de soluções e experiências, melhoria da gestão e inovação das cadeias de bioeconomia e turismo na Amazônia.
- Inauguração das Escolas Tecnológicas nos municípios de Xinguara, Barcarena e Parauapebas, investimentos de aproximadamente R\$1,40 milhões.

A **meta 9.C** especifica a necessidade de “Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética”. As realizações da gestão estadual que mais colaboraram para o alcance dessa meta estão relacionadas a:

- Promoção ao Acesso Público a Internet: com investimentos de R\$17,82 milhões, o Governo Estadual desenvolveu um conjunto de iniciativas que visam o acesso da população aos serviços de internet. Em 2022, foi priorizada a implantação da conexão banda larga nas escolas estaduais, pela Rede Estadual de Comunicação de Dados do Estado do Pará em 583 unidades da RI Guajará;
- Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados: Em 2022, foram 107 unidades com conexão em 92 municípios, sendo 52 atendidos por fibra óptica, 38 por rádio enlace, e dois (via satélite), cobertura de 63,88% do total dos 144 municípios.



**SEMANA
CIENTÍFICA
ITINERANTE
VISITOU
ESCOLAS DA
REDE ESTADUAL**

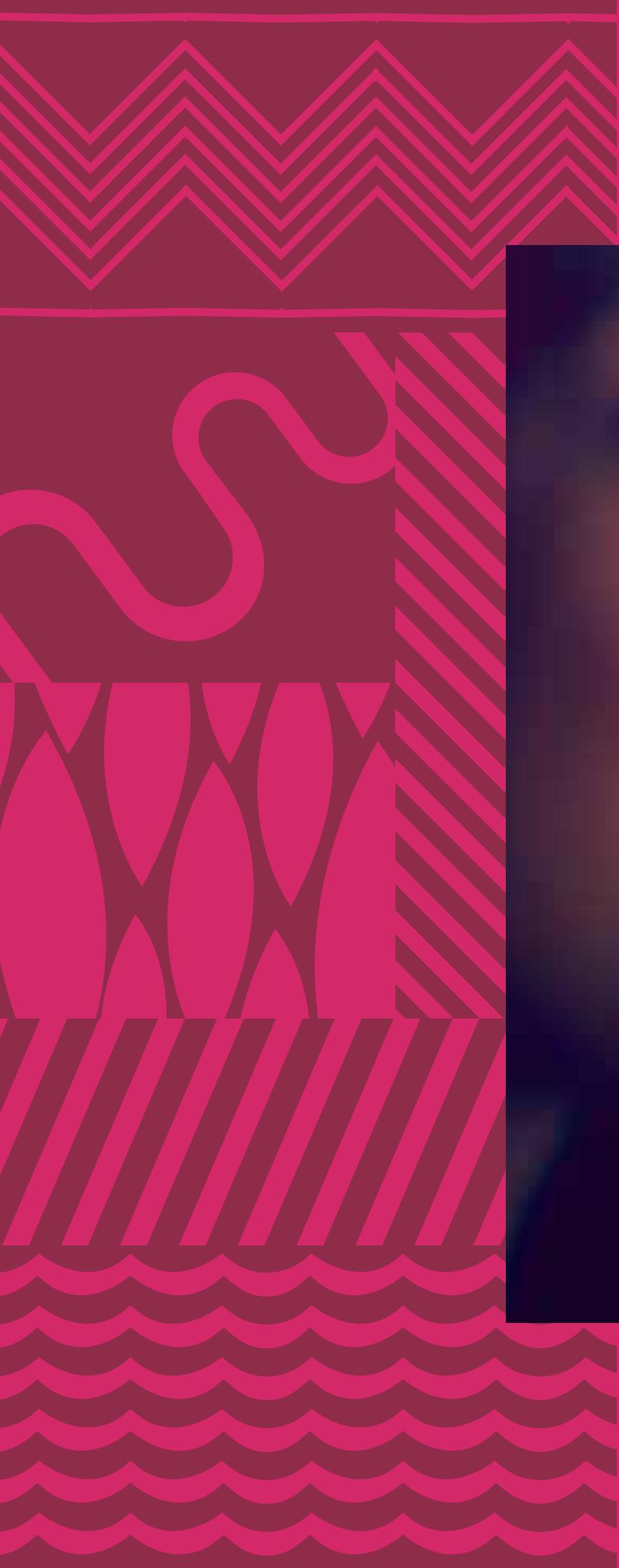
- Em 2022, as atividades de produção e Difusão da Informação alcançaram 95 municípios por intermédio de coberturas jornalísticas, além de prestação de serviços em plataformas oficiais do Governo.

Ainda com relação à **meta 9.C**, em 2022, foram investidos R\$17 milhões na manutenção de Parques e Polos Tecnológicos, a saber:

- Espaços "Amazon Maker": laboratórios para oficinas de ciência e tecnologias disponíveis em seis equipamentos Usina da Paz. Em 2022, 3.590

pessoas receberam certificações em cursos de Modelagem e impressão 3D, informática, programação e robótica

- Tour Virtual: recurso tecnológico disponível em 12 museus do estado. O projeto possibilita visitação virtual em 360°, nesses espaços culturais;
- Caravana de Ciência e Tecnologia: consiste na realização de Semana Científica Itinerante, com atendimento, em 2022, de 4.209 pessoas, em nove escolas da rede estadual.





10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



**REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO
DOS PAÍSES E ENTRE ELES**



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



OBJETIVO 10

REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

O **ODS 10**, ao apontar para a necessária redução das desigualdades, sejam internas, sejam externas, alinha-se integralmente aos maiores desafios enfrentados pela gestão pública no Brasil, no nível nacional, e em seus entes federados, face à realidade evidenciada nos indicadores que a refletem.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Pará, ciente dessa realidade, tem a compreensão de que o direcionamento das políticas públicas deve atingir, de forma direta e transversal, uma população de 8,8 milhões de habitantes (estimativa IBGE,2022), residentes em um território diverso, com 1.248.042 km² de extensão, representando 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia, dividido em 12 Regiões de Integração que congregam 144 municípios, cada um com sua especificidade histórica, geográfica, ambiental, social e econômica.

Para alcançar as complexas metas propostas pelo **ODS 10**, um conjunto de iniciativas e programas tem direcionado a ação do Governo Estadual, refletindo em vários outros **ODS**, mas com potencial de alcance mais direcionado a essas metas especificamente, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e sociais no território paraense.

As metas nacionais referentes aos **ODS 10**, conforme as quais observou-se contribuição no exercício de 2022, são apresentadas a seguir.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 10.2

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

META 10.3

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

META 10.4

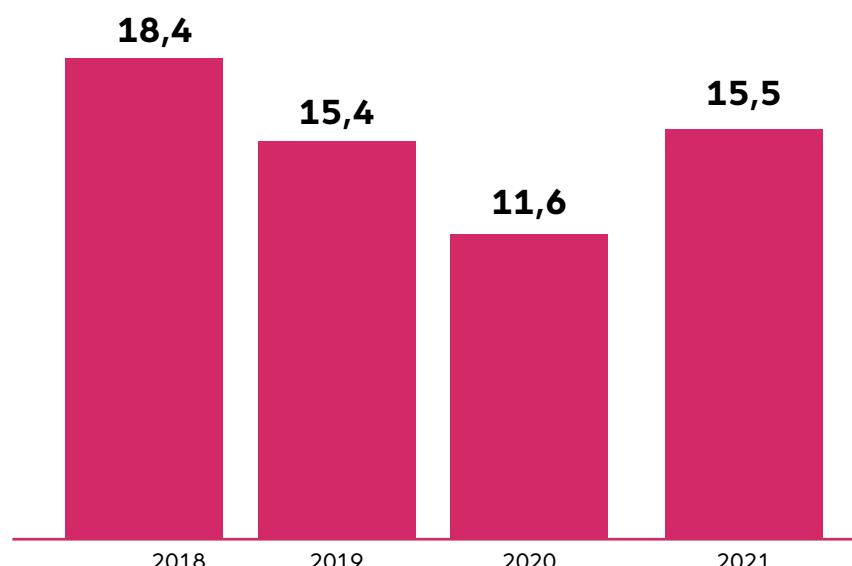
Reducir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.



ONDE ESTAMOS

RELAÇÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DOS 10% COM MAiores RENDIMENTOS E OS 40% COM MENORES RENDIMENTOS

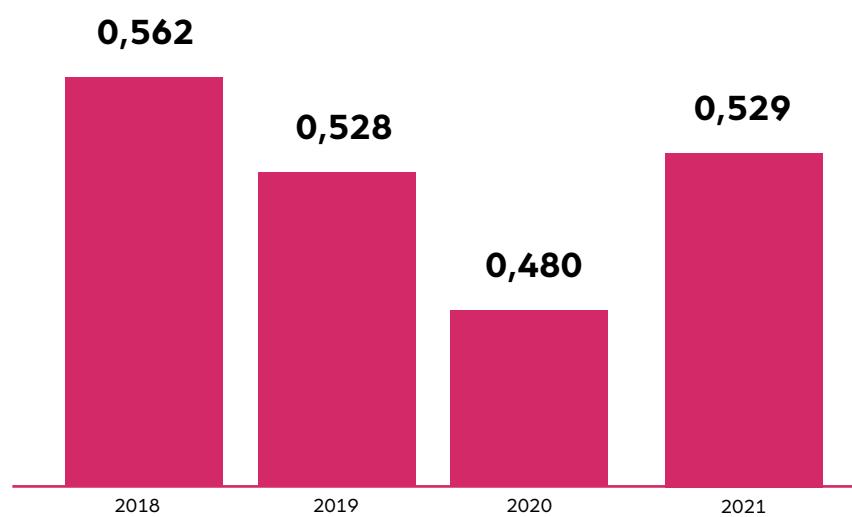
2018-2021



Fonte: IBGE-Síntese de Indicadores, 2021.

ÍNDICE DE GINI DO ESTADO DO PARÁ

2018-2021



Fonte: IBGE-Síntese de Indicadores, 2021.

O QUE FIZEMOS

Seguindo um planejamento que tem como premissa a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com respeito à sociobiodiversidade e às especificidades regionais, o Governo do Estado do Pará apresenta algumas contribuições para o alcance do **ODS 10**, em seu território, e que, por extensão, vem contribuindo com a redução das desigualdades de forma geral.

Para fomentar políticas de "inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra", conforme preconiza a **meta 10.2**, o Governo Estadual, em 2022, deu continuidade a importantes estratégias baseadas em ações transversais executadas por um conjunto de órgãos e instituições, tanto sob sua gestão como parceiras, afim de potencializar os resultados.

CARAVANA DA
CIDADANIA EM
NOVA IPIXUNA







**EM TERRA SANTA E
ORIXIMINÁ, FAMÍLIAS
RECEBEM CHEQUES DO
PROGRAMA SUA CASA**

Pode-se citar como exemplo dessa estratégia o Programa Territórios pela Paz, e a implantação de equipamentos denominados "Usinas da Paz", nos quais são realizadas atividades em espaços multifuncionais, com quadra poliesportiva, espaço multicultural, piscina semiolímpica, playground, salas de audiovisual e inclusão digital. Também há espaços para cursos livres e de dança, música, robótica, artes marciais, musicalização e biblioteca. Ressalta-se que as instalações são adaptadas para acesso de pessoas com deficiência (PcD). Os serviços oferecidos possibilitam a inclusão social a todos, contribuindo com a **meta 10.2**. Em 2022, foram entregues à sociedade sete Usi-Paz, nas Regiões Guajará (municípios de Belém, nos bairros Cabanagem, Benguí, Jurunas/Condor e Terra Firme, e Marituba, bairro Nova União); Carajás (municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás), beneficiando cerca de 1.422.010 pessoas.

A inclusão social também foi foco, em 2022, com a realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos, em 73 municípios, com 63.698 pessoas atendidas. Foram oferecidos, de forma articulada com os órgãos estaduais e prefeituras, documentos essenciais ao exercício das atividades civis e de cidadania, contribuindo assim com a **meta 10.2**.

Na mesma linha, o programa PARÁPAZ Itinerante contribuiu com a **meta 10.2**, uma vez que promove o acesso de diversos serviços públicos à sociedade, articulando com entidades públicas e privadas. Destaque para o Projeto Balcão de Direitos, com emissão de carteira de identidade, certidão de nascimento, CTPS digital, CPF, inscrição no Programa 1º ofício, orientação jurídica e direitos do trabalhador.

A Fábrica Esperança é uma iniciativa



FÁBRICA
ESPERANÇA
BUSCA
PROMOVER A
REINSERÇÃO
DOS EGRESSOS
NO SISTEMA
PENITENCIÁRIO

do Governo do Estado que busca promover a reinserção social de egressos e pré-egressos do Sistema Penitenciário e suas famílias, dando-lhes a oportunidade de um recomeço, oportunizando trabalho e geração de renda, em consonância com a **meta 10.2**. Em 2022 foram assistidas 219 pessoas com qualificação profissio-

nal, com cursos nas áreas de: elétrica predial e residencial; manutenção de celular; noção básica de construção de civil; cabeleireiro e barbeiro; manutenção de eletrodoméstico; artefato de concreto; panificação e cake design, e costura industrial.

O Governo do Estado apoiou, em

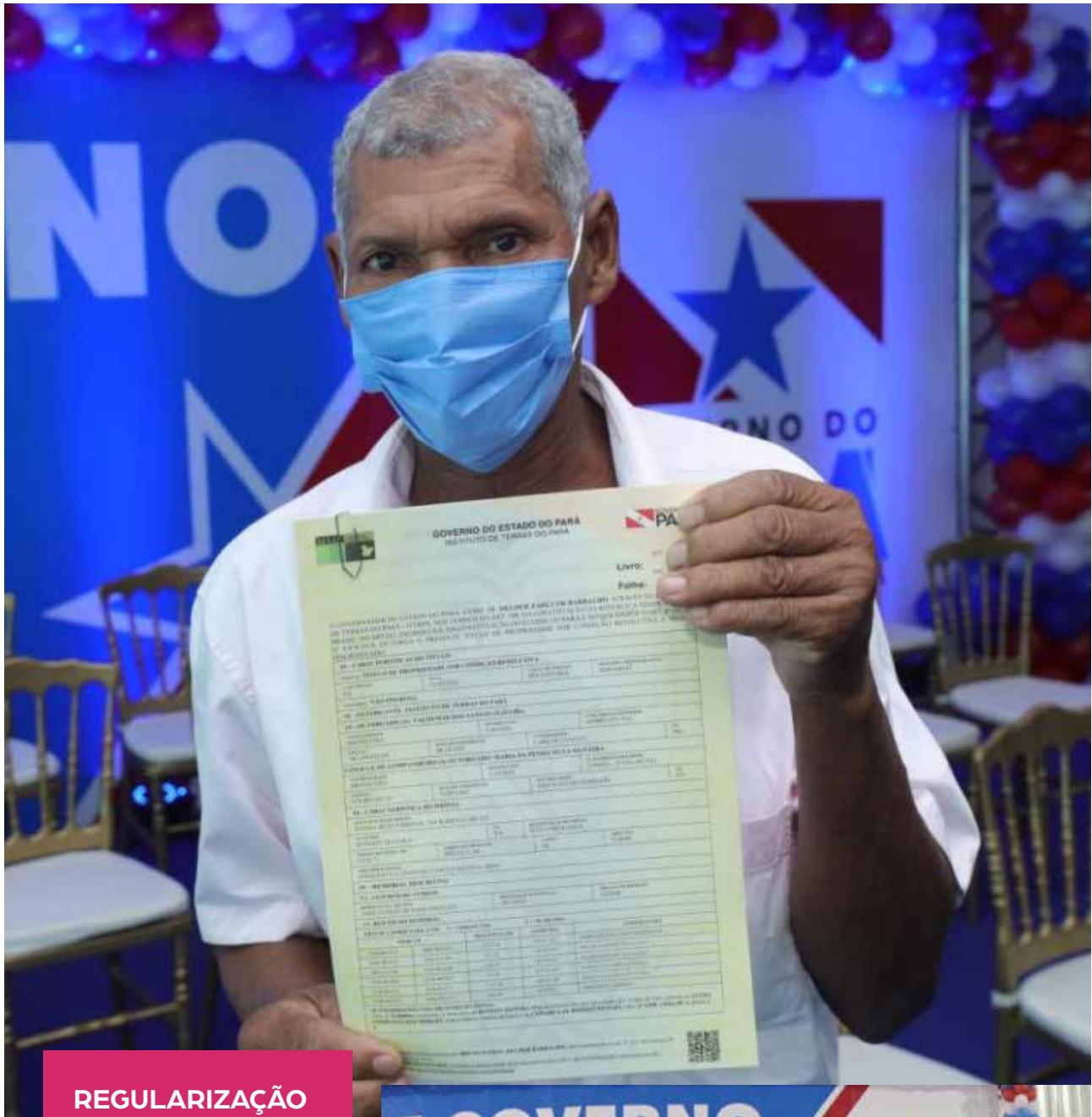
2022, diversos eventos voltados à promoção de direitos, incluindo jovens, mulheres, idosos, entre outros, que contribuem para as **metas 10.2 e 10.3**. Destacam-se os eventos voltados à população LGBTQIA+, tal como a realização de oficinas, com o tema População LGBTQIA+, conhecer para Acolher e Respeitar, em Santarém e Altamira; a participação na comemoração de 15 anos do Instituto Amigos da Diversidade, em Parauapebas; apoio à Parada do Orgulho LGBTQIA+, em Ananindeua, Belém, Benevides Santa Izabel, Marabá e Vigia; e a articulação com instituição de ensino para proferir palestras sobre a População LGBTQIA+, visando à redução da LGBTIfobia no ambiente escolar, em Belém ressalta-se ainda o Projeto TransCidadania, em alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, com emissão de carteiras de identidades para as pessoas trans e travestis; e a 3ª Marcha de mulheres lésbicas e bissexuais, que ocorreu em Marituba.

No que se refere diretamente a mecanismos de proteção social, em 2022, o Governo do Estado deu prosseguimento aos diversos programas de transferência de renda, que foram disponibilizados a famílias em situação de vulnerabilidade e inseridas no CadÚnico, tais como programas Recomeçar, Vale Gás, Benefício às Pessoas Acometidas com a Hanseníase, Benefício Eventual e o Água Pará, em consonância com as **metas 10.2 e 10.4**.

- Durante o ano foram atendidas

1.888 pessoas acometidas de hanseníase com valor de R\$ 23,5 milhões.

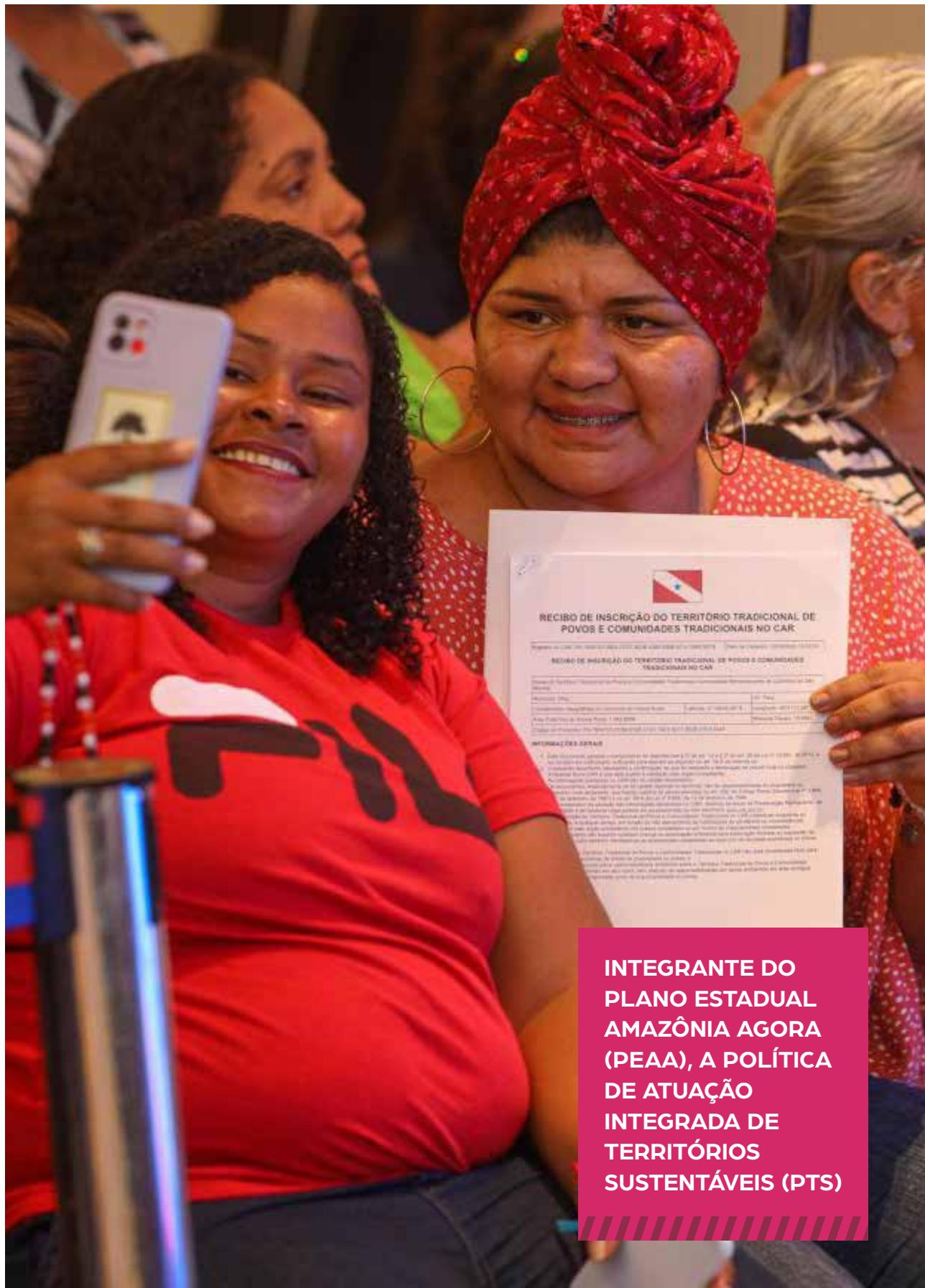
- Foram transferidos recursos da ordem de R\$103 mil, por meio do Benefício Eventual, para 50 famílias em situação provisória, vítimas de sinistro e emergências.
- No âmbito do Programa Vale Gás, foram transferidos R\$17,3 milhões a famílias inscritas no Cadastro Único, com renda per capita declarada igual a zero, para viabilizar a compra de botijões de gás de 13 quilos, beneficiando cerca de 82.889 famílias.
- O Programa Água Pará quitou as contas de aproximadamente 290 mil domicílios de famílias inscritas em programas sociais, que registraram um consumo médio mensal de até 20m³ de água, totalizando R\$223 milhões.
- O Programa Recomeçar, criado pelo Decreto Estadual nº 2.117, de 13 de janeiro de 2022, regulamenta a concessão de benefício eventual, auxílio financeiro no valor de um salário-mínimo, a famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente de calamidade pública e de desastres naturais. Atendeu, no exercício, 16.514 famílias, nas Regiões de Integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago de Tucuruí, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu, com o aporte de R\$20 milhões.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Mais de 170 famílias de Marituba e Santa Bárbara recebem títulos definitivos de terra





**INTEGRANTE DO
PLANO ESTADUAL
AMAZÔNIA AGORA
(PEAA), A POLÍTICA
DE ATUAÇÃO
INTEGRADA DE
TERRITÓRIOS
SUSTENTÁVEIS (PTS)**

Por meio do Programa "Sua Casa", o Governo do Estado atende pessoas em situação de vulnerabilidade, com a concessão de benefícios econômicos para a construção, ampliação, reforma ou melhoria de unidades habitacionais. O programa concede até 21 mil reais em cheques destinados, exclusivamente, à compra de material de construção e também garante ajuda para o pagamento dos profissionais responsáveis pela obra, considerado o principal avanço na história da política habitacional do Pará. O programa impulsiona a economia do estado por meio do aumento de vendas de materiais de construção e geração de renda para trabalhadores do setor. Em 2022, foram beneficiadas cerca de 12 mil famílias em todo o estado, o que contribui com as **metas 10.2 e 10.4**.

Em 2022, em alinhamento à **meta 10.3**, o Governo Estadual realizou iniciativas que promoveram a qualificação social e profissional, visando a inserção no mercado de trabalho formal ou empreendedorismo. Como estratégia para impulsionar a geração de emprego e renda, principalmente em virtude dos reflexos da pandemia no mercado de trabalho, foi implementado o Programa Qualifica Pará, em 137 municípios do estado, por meio do qual foram ofertados 45 cursos distribuídos em 992 turmas,

com cerca de 20 alunos cada. Atrelado a esta iniciativa foram ofertados por meio de Programa Microcrédito valores de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00 a microempreendedores que buscam a oportunidade de atuar no setor de empreendedorismo.

Em 2022, o Governo do Estado realizou iniciativas no sentido de promover a regularização fundiária urbana, como forma de regulamentar ocupações informais em áreas urbanas, desta forma garantindo dignidade, através do direito de propriedade às famílias de baixa renda. Ao todo foram regularizados 1.083 imóveis durante o exercício, o que contribui para o alcance da **meta 10.3** garantindo a igualdade de oportunidades e reduzindo as desigualdades de resultado entre diferentes grupos.

Integrante do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), a política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis (PTS), que tem como objetivo levar aos interessados regularização fundiária, acesso às linhas de crédito e seguro rural, garantia de acesso a mercados, assistência técnica rural entre outros serviços voltados ao desenvolvimento social e ambiental, evidencia-se como potencial entrega de resultados na direção das **metas 10.2, 10.3 e 10.4**, como será detalhado no Capítulo 15.





11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



CIDADES E COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS





OBJETIVO 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O **ODS 11**, objeto deste capítulo, trata das necessidades de transformar as cidades e assentamentos humanos em espaços urbanos sustentáveis, inclusivos, seguros e resilientes. É composto de 10 metas, sendo seis finalísticas e quatro de implementação.

Em relação a esse **ODS**, alinharam-se as seguintes políticas, planos e programas de governo: Programa de Desenvolvimento Urbano; Programa Sua Casa; Projeto Morar bem Ananindeua, Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais; Regularização Fundiária Urbana; Política Estadual de Saneamento Básico; Apoio aos Municípios na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano; Programa Asfalto por Todo o Pará; Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas, Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém – BRT, Projetos de mobilidade urbana; Implantação do Sistema integrado de transporte da Região Metropolitana, Projetos de Preservação e Revitalização de Espaços Culturais, Projeto Escolas da Paz e Polo de inclusão pela paz, Ações de Educação, Fiscalização e Sinalização no Trânsito e Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC)

Com base nas metas ODS para o Brasil, serão apresentadas a seguir, as metas, acompanhadas das ações que contribuem para soluções vinculadas à construção e o planejamento de cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 11.1

Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

META 11.3

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

META 11.2

Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

META 11.4

Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.

META 11.5

2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

META 11.7

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

META 11.6

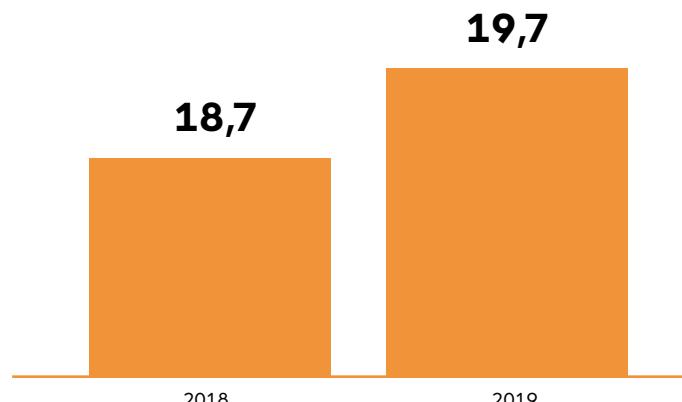
Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

META 11.A

Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.

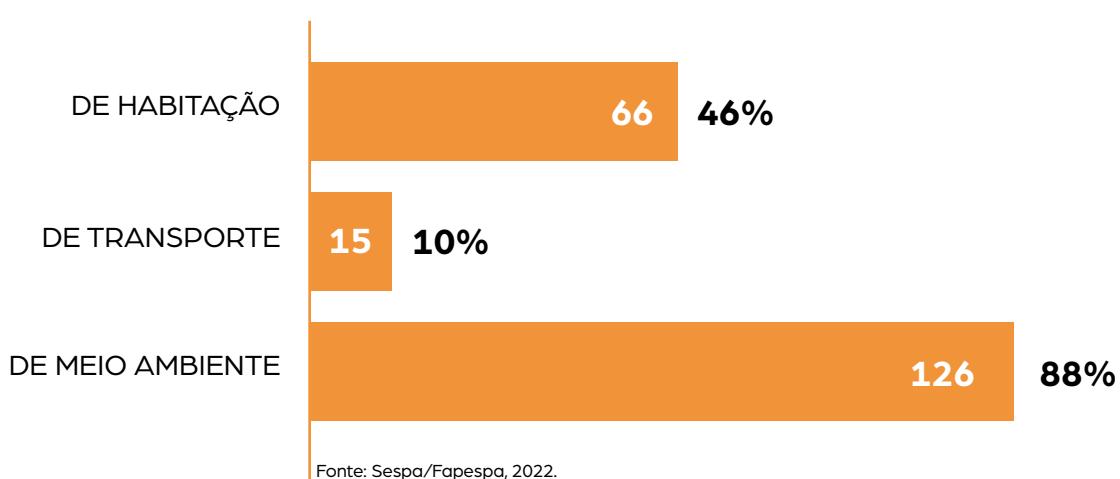
ONDE ESTAMOS

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ALUGADOS OU CEDIDOS

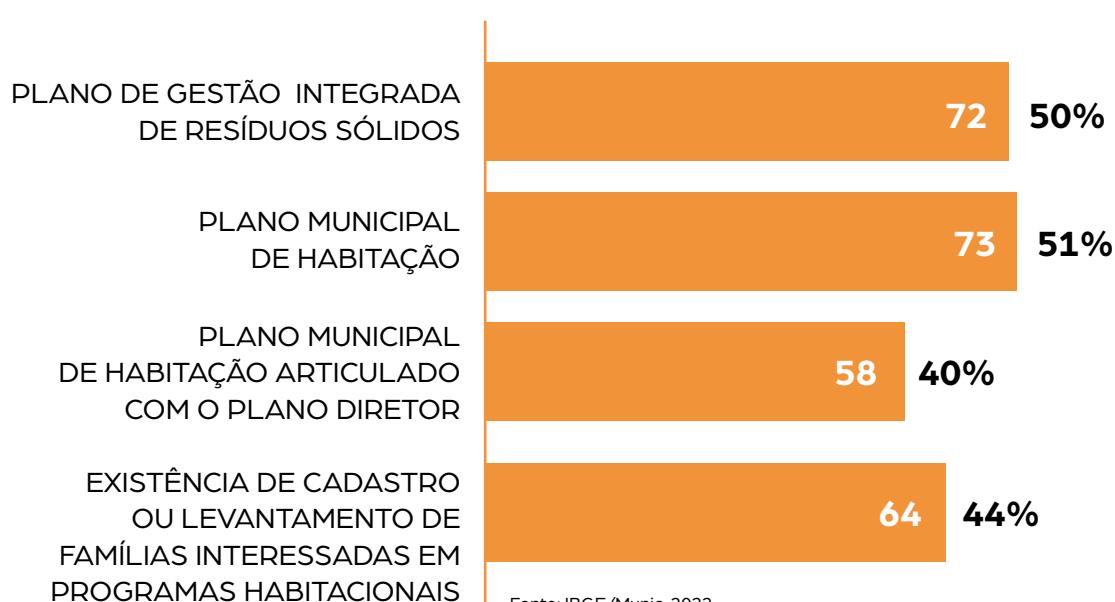


Fonte: IBGE/PNAD – Contínua, 2021.

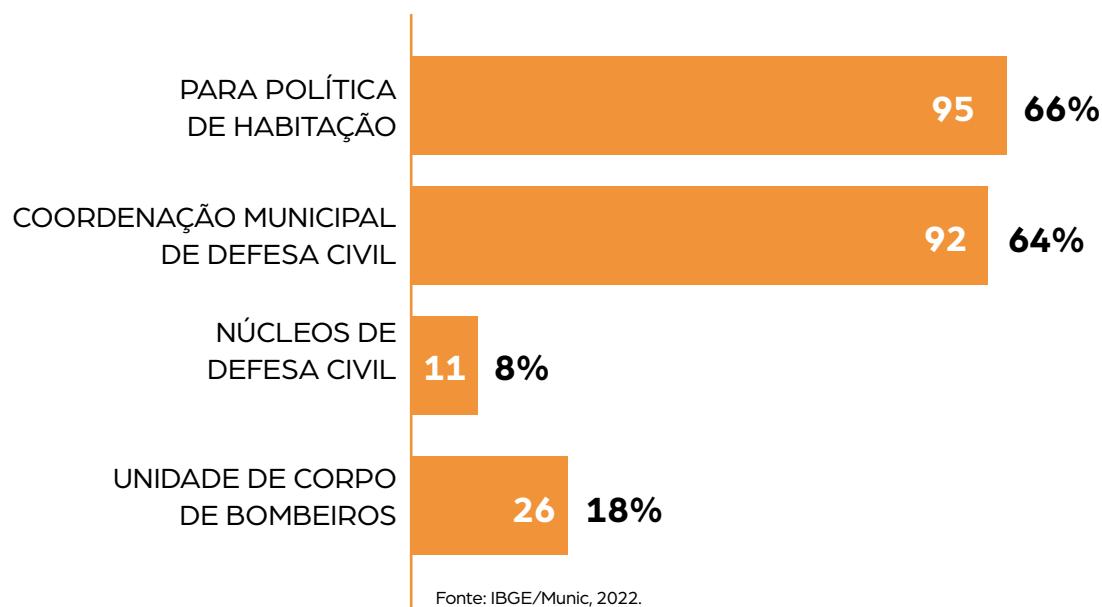
MUNICÍPIOS COM CONSELHOS MUNICIPAIS



MUNICÍPIOS COM PLANOS GESTORES



MUNICÍPIOS COM ORGÃOS GESTORES



O QUE FIZEMOS

As principais realizações de 2022 relacionadas à **meta 11.1** serão especificadas a seguir.

- Projeto Sua Casa: Programa social para famílias de baixa renda viabilizado pela concessão de benefícios econômicos para a construção, ampliação, reforma ou melhoria de unidades habitacionais; pagamento de serviços, além da concessão de benefícios fiscais a empresas fornecedoras de material de construção. Em 2022, com a liberação das duas etapas do plano, a ação injetou na economia cerca de R\$23,2 milhões, beneficiando mais de 12 mil famílias, nas 12 Regiões de Integração, em 94 municípios. O atendimento atingiu os municípios e quantitativos seguintes: Belém (2.081), Igaraapé-Açu (604), Santo Antônio do Tauá (385), Marabá (399), Abaetetuba (358), Acará (297) e busca garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível.

- Programa de Regularização Fundiária Urbana promove a regulamentação do estabelecimento de ocu-

pações informais em áreas urbanas, integrando os centros urbanos informais ao ordenamento do território urbano e salvaguardando a propriedade legal das famílias de baixa renda. Atendeu famílias nos municípios de Belém com 563 regularizações, seguido de Redenção, com 319, e Marabá, com 201. Contribui com o estabelecido nessa meta na medida em que a consolidação da propriedade legal da terra é de absoluta relevância.

- Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais, que viabiliza saneamento básico e inclusão social em centros urbanos informais, com o objetivo de dotá-los de serviços de infraestrutura, construção e implantação de equipamentos comunitários e melhorias de integração na cidade. Foram atendidos 502 domicílios em Belém e 202 em Castanhal. Em 2022 foram concluídas as obras da Comunidade Riacho Doce II e Comunidade Taboquinha, com habitação e serviços de infraestrutura.



PROJETO SUA
CASA PARA
FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA



Considerando o objeto da **meta 11.2** no que se refere a garantir a segurança viária nas cidades e o acesso por meio de sistemas de mobilidade urbana para todos, sobretudo com acessibilidade das pessoas vulneráveis e com mobilidade reduzida, aliada a essa meta, no ano de 2022, o Governo Estadual realizou obras de infraestrutura do sistema viário urbano, além de medidas de fiscalização dos serviços públicos, controle e regulação tarifária, sinalização do trânsito destacando-se as seguintes:

- Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas: com aplicação de investimento aproximadamente de R\$1 bilhão foram pavimentados 845 km, em 101 municípios, com revestimento asfáltico, construção de meio-fio, calçadas, serviços de terraplanagem e drenagem pluvial, por meio do Programa Asfalto por Todo o Pará.

- Ações de implantação do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém – BRT, somando R\$100 milhões, na Região Metropolitana de Belém. No município de Belém foi concluída a obra de reconstrução da avenida Padre Bruno Sechi (antiga rua Yamada), no valor de R\$36,3 milhões, beneficiando cerca de 500 mil pessoas, com 4,5 km de via urbanizada, duplicada e sinalizada, com ciclovias, calçamento, drenagem e iluminação de LED, agregando mais mobilidade para a população metropolitana.
- Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros Em espaços de passageiros rodoviários e hidroviários, alcançando 77 municípios.
- Controle e regulação dos serviços públicos de transporte intermunicipal de passageiros terrestre e hidroviário.



**PAVIMENTAÇÃO,
RECUPERAÇÃO
E DRENAGEM DE
VIAS URBANAS**

Em relação aos esforços do Governo Estadual, pertinentes à **meta 11.3**, como ao aumento da urbanização inclusiva e sustentável e aprimoramento das capacidades para o planejamento dos assentamentos humanos, o apoio técnico e institucional na elaboração e implementação de instrumentos de desenvolvimento urbano disponibilizados aos municípios contribui para esta meta e à **meta 11.A**, no aspecto relacionando a "apoiar a integração econômica,

social e ambiental em áreas metropolitanas por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento". Em 2022, o apoio estadual foi concretizado aos municípios de São Domingos do Araguaia, Eldorado de Carajás, Marabá, Juruti e Alenquer, Abaetetuba, Baião, Marapanim, Augusto Corrêa, Ulianópolis, Capitão Poço, Concórdia do Pará e São Félix do Xingu. E ao município de Quatipuru no âmbito da política de



RECURSOS DE
R\$40 MILHÕES
GARANTIRAM
APOIO A PROJETOS
CULTURAIS



PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA ESTÃO SENDO PRESERVADOS

saneamento.

Quanto às iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural, incluindo seu patrimônio material e imaterial, mencionado na **meta 11.4**, a gestão estadual mantém ações permanentes para garantir a salvaguarda do patrimônio, memória e valores culturais do povo paraense, além de promover educação patrimonial, implantação, revitalização e implementação de espaços culturais. No ano de 2022, foram aplicados aproxima-

damente R\$40 milhões em ações continuadas, projetos e apoio à política cultural.

Nessa dimensão, a gestão do acervo Museológico do Estado foi realizada em observância às normas e diretrizes técnicas parametrizadas por organismos internacionais como o Conselho Internacional dos Museus (ICOM). E, assim, concretizada a integração do acervo do Museu do Marajó, ao Sistema Integrado de Museus. Para a reabilitação do patrimônio histórico, artístico, documental e bibliográfico foram

37,94 mil patrimônios reabilitados e 1,24 milhões em peças de acervo preservadas.

No aspecto da Revitalização de Espaços Culturais, a principal colaboração com a **meta 11.4** foi a conclusão da obra de requalificação e remodelação de espaços públicos do Palacete Faciola e o Museu do Marajó, como exemplos de revitalizações e oferta de produtos culturais locais à sociedade.

Também inserido como contribuição para essa meta, o fomento à leitura e informação efetivado por meio de várias iniciativas, que no ano de 2022 atendeu 353 mil pessoas, com

destaque para a Feira do Livro e das Multivozes da Amazônia e as Festas Literárias.

Nessa perspectiva de proteger o patrimônio material imaterial, mencionado na **meta 11.4**, também destacam-se os investimentos realizados na manutenção de espaços e equipamentos turísticos, com investimento total de R\$106,66 milhões de reais, quais sejam: Estação das Docas, Mangal das Garças, Arena Multiuso Guilherme Paraense (Mangueirinho), Hangar- Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, Parque Estadual do Utinga e Carajás



Centro de Convenções Leonildo Borges Rocha, além de um equipamento turístico na Orla do Maçarico, em Salinópolis.

As questões apontadas na **meta 11.5** coadunam ao planejamento e intervenções adotadas pela gestão estadual, conforme os registros a seguir.

Em 2022 foram direcionados recursos no valor de R\$26.8 milhões para ações e atividades relacionada às Operações de Combate a Incêndios, Busca e salvamento e atendimento Pré-hospitalar com 48.375 pessoas atendidas; Prevenção a riscos e desastres e Resposta a situações de emergência e/ou estado de calamidade pública, tendo sido apoiados 55 municípios e ainda, 56.013 imóveis vistoriados e licenciados.

O Governo do Estado mantém um Sistema Integrado de Informações sobre desastres com informação de vários municípios paraenses que proporcionam acelerar as medidas de emergência para reduzir consequências mais danosa nos casos de desastres e acidentes. Parte dessas ativi-

dades de prevenção também estão correlacionadas à **meta 11.4**, sobre salvaguarda do patrimônio material e imaterial.

Sobre a **meta 11.6**, que trata sobre a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos, os instrumentos técnico-científicos apoiados/viabilizados pelo Governo Estadual no ano de 2022 aproximam-se da finalidade da meta. São atividades permanentes e inerentes à Gestão de Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais. Ressalta-se o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Pará, que contém banco de dados, conjunto de indicadores e monitoramento hidrológico. Registra-se a continuidade da execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos, com a rede de monitoramento de qualidade da água e medição de vazão de corpos hídricos. Destaca-se a construção do Plano de Bioeconomia (PlanBio), lançado na COP 27, instrumento necessário à implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC.

GOVERNO INVESTIU NO REFORÇO DAS EQUIPES DE BUSCA E SALVAMENTO



A **meta 11.7** recomenda “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade”. Alinhada a essa dimensão, o Governo Estadual adotou intervenções por meio de projetos/atividades transversais a diversas políticas públicas.

- Usinas da Paz, estratégia que oferece espaços comunitários com atividades, equipamentos de esporte e lazer e cursos para crianças, jovens,

idosos, sobretudo pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os espaços multiculturais dotados de acessibilidade para pessoas com deficiência contêm complexo com quadra poliesportiva, piscina semiolímpica, playground, salas de audiovisual e inclusão digital. Oferecem cursos livres e de dança, música, robótica, artes marciais e biblioteca. Em 2022 foram entregues sete usinas da Paz, cinco no município de Belém e nos municípios de Marituba, Parauapebas e Canaã dos Carajás. Com investimentos de R\$20,6 milhões foram realizados 1,4 milhão atendimentos, em 2022.



- Implementação do Projeto Escolas da Paz, também direcionada para o público mais vulnerável, oferece espaços abertos, com atividades esportivas, educativas e recreativas a crianças, adolescentes e adultos. Dentre as atividades, a distribuição de livros para disseminação do hábito da leitura e orientações ao público infanto-juvenil sobre prevenção de abuso e exploração sexual. No ano, 4.365 alunos participantes foram envolvidos nas ações do projeto.
- Polo de Inclusão ParáPaz atendeu em 2022, cerca de sete mil crianças/adolescentes em equipamentos pú-

blicos onde se realizam múltiplas atividades, para crianças, adolescentes e suas famílias nos Polos de inclusão social, em Belém, Ananindeua e Marituba. Pautadas no âmbito pedagógico de cunho preventivo, Projeto Mulheres em Ação, Projeto "Esportes pela Paz", esportes para crianças e adolescentes e na área da educação, aulas de reforço escolar especialmente, de português, redação, matemática, informática. Com foco na cidadania, registram-se atendimentos de emissão de Registro Geral pela Polícia Civil, e atendimento psicossocial.







**12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS**



**ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E
DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS**





OBJETIVO 12

ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O ODS 12, que será discutido neste capítulo, objetiva promover sistemas de produção e de consumo que minimizem impactos ambientais negativos, ao mesmo tempo em que geram melhoria na qualidade de vida das pessoas. Este ODS alinha-se às seguintes políticas, planos e programas de governo: Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Plano Estadual Amazônia Agora.

As metas nacionais referentes aos ODS 12, conforme as quais observou-se contribuição no exercício de 2022, são apresentadas a seguir.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 12.1

Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.

META 12.2

Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

META 12.5

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reúso de resíduos.

META 12.6

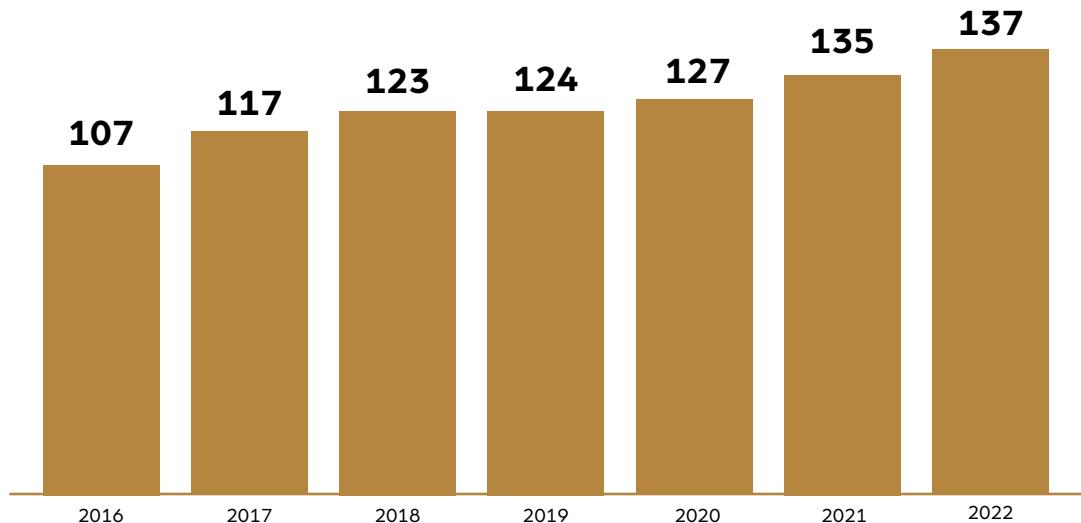
Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.

META 12.8

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

ONDE ESTAMOS

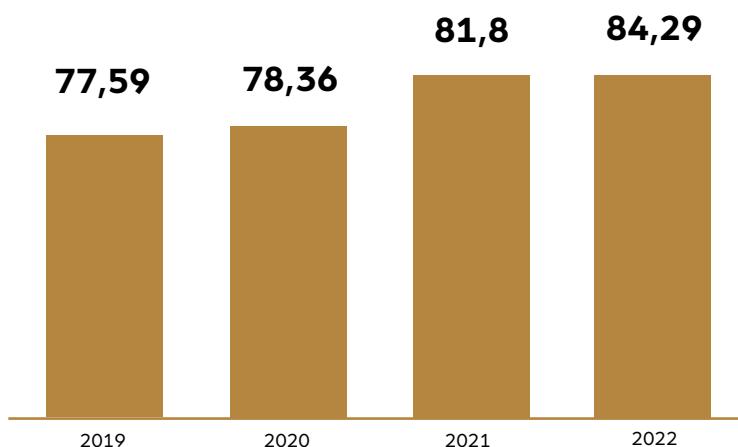
MUNICÍPIOS APTOS A EXERCER A GESTÃO AMBIENTAL



Fonte: SEMAS/PA.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

% ÁREA CADASTRADA



Fonte: SEMAS/PA.

O QUE FIZEMOS

O Governo do Pará realizou, em 2022, diversas ações que em maior ou menor grau contribuíram para o alcance das metas do **ODS 12**, como por exemplo: ações de articulação com outros países, capacitação e assistência técnica, bem como cursos com a abordagem da produção sustentável e reaproveitamento de resíduos e geração de renda.

A **meta 12.1** visa promover a transição para padrões mais sustentáveis de produção e consumo, com articulação entre países e estado, a fim de preservar os recursos naturais, reduzir o impacto ambiental e promover um futuro mais sustentável para todos. Neste sentido, o Programa Rural Sustentável (PRS) para a Amazônia,

lançado durante a COP 27, contará com aporte de US\$9,7 milhões feito pelo governo do Reino Unido e destinado a produtores rurais de 44 municípios dos estados amazônicos do Pará e Rondônia, que receberão capacitação e assistência técnica para produzir de forma sustentável. No mesmo evento foi firmado um termo de doação, no valor de R\$20 milhões, entre o Governo do Pará, a Fundação Moore, instituição doadora, e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), entidade gestora do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), suporte financeiro do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Em 14 meses de operação o FAO já captou o montante de R\$31 milhões.

**GOVERNO
APRESENTA O
PROGRAMA RURAL
SUSTENTÁVEL (PRS)
PARA A AMAZÔNIA
DURANTE A COP 27**



PLANBIO FUNDAMENTA A POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PEMC)



Destaque também para o PlanBio. Fundamentado na Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), faz parte também de um dos componentes do eixo desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono do PEAA, que prevê soluções para uma transição econômica baseada na natureza a fim de transformar a economia existente em uma de baixo carbono e com valorização do conhecimento tradicional voltado à conservação da floresta em pé. Como uma das estratégias traçadas para financiar o Plano, foi assinado entre o Governo do Estado e a Vale um protocolo de intenções para ações de restauração e fortalecimento da bioeconomia no Pará, esta iniciativa contribui para o alcance da **meta 12.1**.

A **meta 12.2** visa assegurar que os recursos naturais sejam geridos de forma sustentável, levando em consideração a proteção do meio ambiente, a redução do desperdício e

a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, desta forma contribuindo para a criação de um futuro mais justo e ambientalmente consciente. Neste sentido, citam-se como forma de contribuição ao alcance da meta os avanços obtidos com o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), que tem como objetivo oferecer alternativas para a transição econômica da forma de produção das áreas pressionadas pelo desmatamento e/ou com áreas passíveis de restauração florestal para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, a partir de serviços ofertados pelo estado e seus parceiros, tanto para regularização ambiental, zoofitosanitária e fundiária, quanto para o fomento produtivo sustentável. Em 2022 o Governo do Estado promoveu a expansão do projeto para outras regiões, proporcionando capacitação para técnicos que atuam no programa, tendo sido realizados 21 cursos, com 619 parti-

APOIO A
PRODUTORES
ORGÂNICOS
ESTIMULA
CONSCIÊNCIA
AMBIENTAL

Email: associacao@hotmai.com

cipantes.

Relativamente à questão da educação ambiental, o Governo do Estado promoveu a realização de diversos cursos voltados à comunidade em geral, como o Curso de Agentes Ambientais, Reaproveitamento de Resíduos e Geração de Renda, além de oficinas de Ecobijuterias. Em 2022, 688 pessoas em diversos municípios do estado foram beneficiadas com atividades educativas e com orientações didáticas para a melhoria socioambiental das populações. As capacitações foram realizadas por meio de parceria com as Usinas da

Paz e tiveram como objetivo conscientizar sobre a importância de desenvolver atitudes sustentáveis no dia a dia e de propor meios alternativos de geração de renda e autonomia para as mulheres beneficiadas pelo projeto. A iniciativa contribui para o alcance da **meta 12.5**, que tem como objetivo abordar o desafio crescente da geração de resíduos e promover práticas que reduzam o impacto ambiental causado por eles, e da **meta 12.8**, que destaca a importância de fornecer informações relevantes e conscientização para as pessoas em relação ao desenvolvi-



CURSO DE AGENTES AMBIENTAIS, REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS E GERAÇÃO DE RENDA





mento sustentável.

Em 2022, o Governo do Estado, por meio do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), órgão que presta assistência de média e alta complexidade às Pessoas com Deficiência, recebeu, pela segunda vez, o Selo Verde Chico Mendes, do Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental (INPRA), na categoria Atuação Socioambiental Responsável, título este de reconhecimento nacional, concedido pelo Programa de Certificação pelo Compromisso com a Responsabilidade Socioambiental (PROCERT), por adotar boas práticas ambientais na sua cultura organizacional. A iniciativa contribuiu para a **meta 12.6**, que busca incentivar as empresas a adotarem práticas sustentáveis e a incorporarem informações de sustentabilidade. Isso contribui para uma maior transparência, responsabilidade e consciência em relação ao impacto ambiental e social das atividades empresariais, impulsionando a transição para um modelo de negócios mais sustentável e consciente.

**CENTRO
INTEGRADO
DE INCLUSÃO E
REABILITAÇÃO
(CIIR) RECEBEU,
PELA SEGUNDA
VEZ, O SELO
VERDE CHICO
MENDES**





13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



**TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA
COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA
E SEUS IMPACTOS**





OBJETIVO 13

TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA
COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA
E SEUS IMPACTOS

O **ODS 13**, item deste capítulo, busca fortalecer a capacidade de adaptação a riscos e impactos relacionados à mudança climática e possíveis desastres naturais, a partir da integração das estratégias e planejamento brasileiro à Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC). É composto de 16 metas, sendo sete finalísticas e nove de implementação.

Neste capítulo, são apresentadas as principais realizações de Governo Estadual, em 2022, que contribuíram para o alcance das metas do **ODS 13**.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 13.2

Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

META 13.3

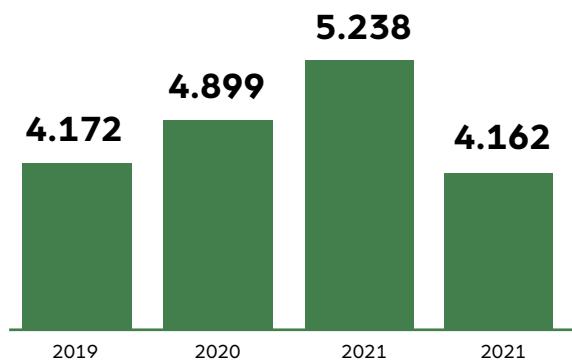
Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.

META 13.B

Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

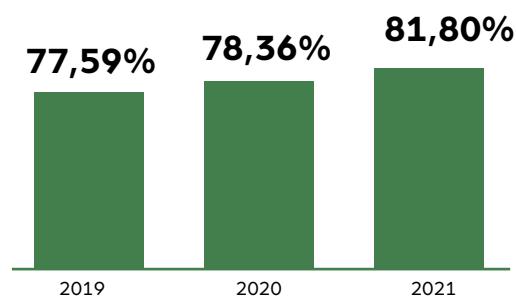
ONDE ESTAMOS

ÁREA DESMATADA ACUMULADA (EM KM²)



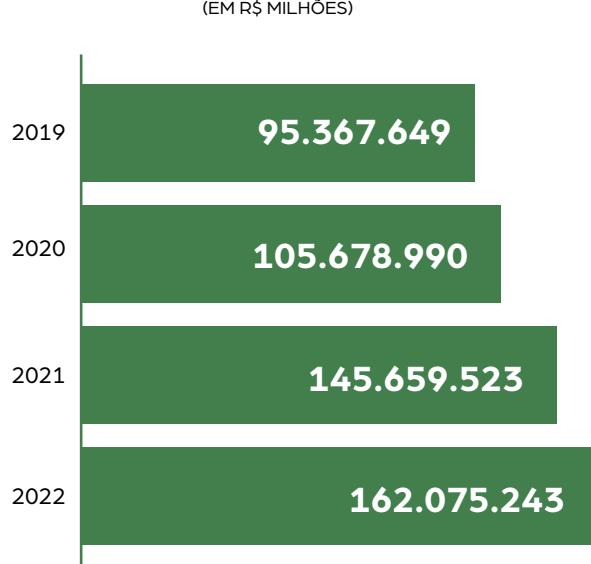
Fonte: PRODES/INPE.

PERCENTUAL DE CAR NAS ÁREAS CADASTRAVEIS



Fonte: INPE-Prodes/Semas, 2022.

GASTOS COM A GESTÃO AMBIENTAL (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: STN/SICONFI.

DOCUMENTOS EMITIDOS DE TERRA 2021

TÍTULOS DEFINITIVOS INDIVIDUAIS	1.200
DOCUMENTOS DE REGULAÇÃO URBANA	869
TERMOS DE RESGATE DE AFORAMENTO	4
TÍTULOS DEFINITIVOS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	3
TERMOS DE PERMUTA	17
CONCESSÕES DE DIREITO REAL DE USO	194
CERTIDÕES DE TERRAS	147
TÍTULOS DE LÉGUA PATRIMONIAL	3
TOTAL	2.430

Fonte: ITERPA, 2022.

O QUE FIZEMOS

O **Objetivo 13 – Ação Contra Mudança Climática** é detalhado por metas que, em essência, buscam responder ao necessário e urgente enfrentamento das consequências da mudança climática global, estabelecidas, em âmbito nacional, por ações que envolvem resiliência e prevenção, inclusão da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC) nas políticas e planos nacionais, educação e conscientização dos riscos climáticos e apoio internacional para fortalecer as capacidades locais e prepará-las para desenvolver medidas de prevenção e adaptação frente aos desafios que este contexto revela.

Este capítulo apresenta as principais entregas do Governo do Pará durante o ano de 2022, como contribuição, em dimensão subnacional, para o alcance do **ODS 13**.

Neste sentido, na busca por integração com a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, em contribuição à **meta 13.2** e considerando a política que orienta as ações estaduais contra a mudança global do clima,

a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC), estabelecida pela Lei nº 9.048 de abril de 2020, e que possui como plataforma de ação o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o qual organiza múltiplas estratégias para estabelecer, a longo prazo no estado do Pará, o desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias produtivas e na melhoria das condições socioambientais no campo.

Em integração à PEMC, foi instituído, em 2022, o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) pelo Decreto nº 2.746, sendo também uma das estratégias que compõem o eixo Desenvolvimento Socioeconômico de Baixas Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do PEAA, estruturado em três eixos temáticos, a saber: a) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; b) Patrimônio Cultural, Genético e Conhecimento Tradicional Associado; c) Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis e em mais de 80 ações.

de Bioeconomia do Pará - PlanBio



**LANÇAMENTO
DO PLANBIO
DURANTE
EVENTO DA
COP 27**

Ancorados à PEMC e ao PEEA, em 2022 foram estabelecidas:

- A Estratégia Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN), via Decreto nº 2.750, que objetiva articular, integrar e promover projetos e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, contribuindo com a redução das emissões líquidas por meio do sequestro de GEE. O Decreto ainda prevê a criação de um Grupo de Trabalho para atuar na elaboração do Plano Estadual de

Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (GT-PRVN).

- O Decreto nº 941, que dispõe sobre Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), altera o Decreto nº 941/2020 e revoga o Decreto Estadual nº 344/2019, tem como objetivo promover a estratégia de transição à economia de baixas emissões de GEE de regiões pressionadas pelo desmatamento e/ou com áreas passíveis de restauração florestal no Estado do Pará, para mitigação dos efeitos das mudanças

climáticas. Até então, o atual PTS era uma Política de atuação integrada, declarada como instrumento executor do PEAA.

- O Decreto nº 2.745, dispondo sobre o Programa Regulariza Pará, visa promover a regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais, estimular a recomposição das áreas rurais degradadas e incentivar a manutenção da vegetação nativa. É importante destacar que o Programa de Regularização Fundiária e Ambiental do Estado Pará foi previsto como componente do PEAA pelo Decreto Estadual 941/2020, sintetizado em seu Anexo IV "Matriz operacional do componente "Ordenamento fundiário, territorial e ambiental".

- A Lei nº 9.781, que altera a Lei que instituiu a PEMC/PA. Entre as modificações, inclui-se um capítulo que discorre sobre os instrumentos estratégicos previstos na Política, sendo Programas Estaduais de Pagamentos por Serviços Ambientais, Boas Práticas Produtivas, Recuperação da Vegetação Nativa, Plano Estadual de Bioeconomia e o Sistema Estadual de Salvaguardas do Pará.

Em contribuição à **meta 13.3**, com o intuito de "Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, miti-

gação, adaptação, impactos, e alerta precoce.", foram desenvolvidas ações que envolvem sensibilização, seminários, webnários e capacitação teórica e prática. Entre elas:

- Realização pelo Programa Territórios Sustentáveis, em cinco dos nove territórios delimitados, ações de sensibilização e capacitação sobre práticas de manejo sustentável para produtores rurais, formação sobre o Programa, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e uso de tecnologias de gestão ambiental (Agrotag) envolvendo técnicos e extensionistas rurais. Na programação da 25ª edição Nacional do Fórum do Cacau, realizada em Belém, foi debatido o tema "Viabilizando a transição para uma economia de baixo carbono: o papel de arranjos público-privado para a produção sustentável".

- Realização de ações de educação ambiental, que alcançaram 23 municípios e aproximadamente 700 pessoas, tendo como público alvo, os técnicos municipais atuantes na política municipal de meio ambiente, com o objetivo de qualificar a descentralização da gestão ambiental e formar multiplicadores, além de escolas e instituições com ações regulares de capacitação, promovidas no âmbito do Programa Territórios Pela Paz (TerPaz) e Agenda Ambiental.

As atividades abordaram legislação ambiental, discussões sobre problemáticas ambientais em contexto local e mundial, mudanças climáticas, biodiversidade e Agenda 2030. Também houve realização de oficinas de Aproveitamento de Resíduos para fabricação de sabão caseiro, adubo orgânico e biojoias, como atividade prática do processo de qualificação.

- Eventos Temáticos destinados ao público representante das Secretarias e Instituições do estado do Pará e outros, Ministério Público, Universidades e Instituições de Pesquisa, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e iniciativa privada, a fim de nivelar, discutir e propor sugestões sobre as seguintes

temáticas: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+); Bioeconomia Sustentável na Transamazônica e Xingu; REDD+ e Monitoramento de Indicadores de Salvaguardas Socioambientais, Elaboração do Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio); e Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA. A realização da Roda de Conversa em alusão à Semana do Meio Ambiente abordou o tema: "Bioeconomia no Pará: um caminho para um estado carbono neutro", diálogo aberto à sociedade, que contou com a exposição de perspectiva de diferentes setores.



**1º SEMINÁRIO DE
PAGAMENTOS
POR SERVIÇOS
AMBIENTAIS (PSA)
E REDD+ DO
ESTADO DO PARÁ**

Reconhecendo o desafio de buscar a neutralidade climática no setor mudança de uso do solo e florestas até 2035, o Pará tem buscado ampliar parcerias e apoio técnico e financeiro para viabilizar a operacionalização de sua estratégia climática. Assim, colaborando para o alcance da **meta 13.B**, o estado do Pará firmou importantes acordos, entre eles:

- Memorando de Entendimento (MoU) celebrado com a Agência de Cooperação Técnica alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), que visa apoiar tecnicamente projetos no âmbito do desenvolvimento sustentável, em temas relacionados ao clima, florestas e biodiversidade na Amazônia, com destaque à ações de prevenção e ao combate ao desmatamento, promoção da regularização ambiental e fundiária, estímulo a iniciativas relacionadas a bioeconomia, além de capacitações relevantes à política ambiental e de desenvolvimento local, e ainda, apoio a eventos de interesse da cooperação.

- Acordo de Cooperação com a Fundación Avina para promoção de ações colaborativas de intercâmbio de conhecimento e networking, como fomento de mudanças sistêmicas em prol da dignidade humana e do cuidado do planeta no âmbito do Estado do Pará.

- Carta de Intenções assinada entre Estado do Pará e Fundação Moore, como apoiador do projeto, e as instituições Poseidon e NINT Natural Intelligence representando assessoria técnica e financeira. O propósito da parceria prevê a captação de recursos financeiros através do lançamento de Títulos Vinculados à Sustentabilidade no valor de US\$ 60 milhões, a serem utilizados pelo Estado do Pará para implementação de políticas públicas estaduais de caráter prioritário nos próximos 15 anos.

- Acordo de Cooperação firmado com o Centro de Cooperação Internacional Recherche Agronomique Pour Le Développement (CIRAD) para, em conjunto com o Estado do

SEMINÁRIO REDD+ E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS





ASSINATURA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE VALE E GOVERNO DO PARÁ

Pará, para atuar na concepção e implementação da Política de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis. A colaboração será desenvolvida por meio de construção do conhecimento, ações territoriais e cooperação institucional.

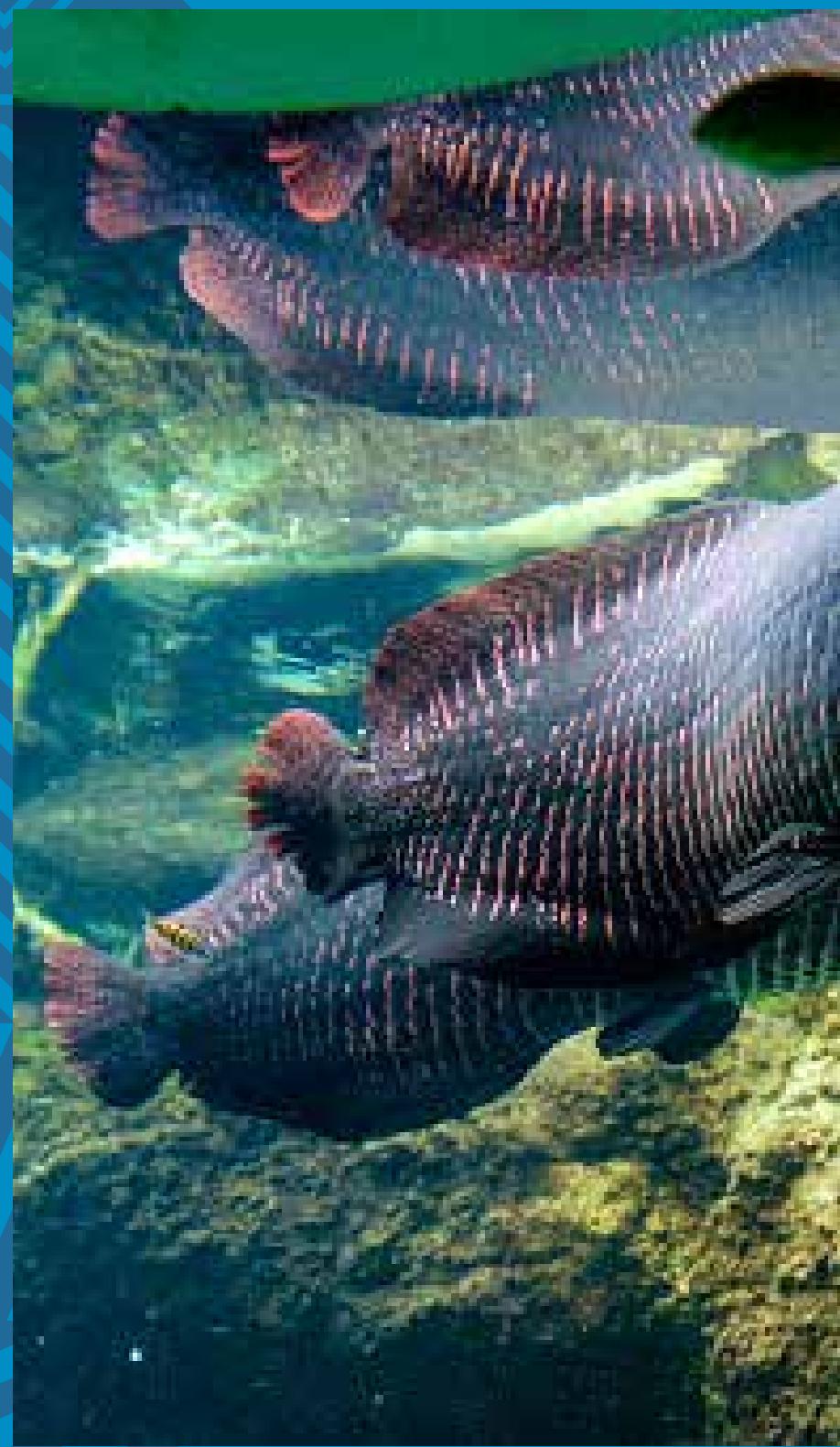
Ainda em contribuição à **meta 13.B**, na oportunidade da Conferência das Nações Unidas (COP 27), no Egito, foram firmados os seguintes compromissos:

- Memorando de Entendimento entre o Pará, representado pelo Consórcio de Estado da Amazônia Legal, e representantes chineses firmado na COP 27 com o intuito de fortalecer a produção sustentável de alimentos na Região Amazônica.
- Acordo de Cooperação com a Associação Rare do Brasil visando promover a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a conservação da biodiversidade nas Reservas Extrativistas (Resexs) marinhas e em toda a zona costeira do Pará, com base em ações conjuntas e na gestão participativa.

- Cooperação Técnica não reembolsável acordada com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no contexto do Projeto "Governo do Pará Estruturação do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais no âmbito do Plano Amazônia Agora", garantindo doação de recursos na ordem de R\$2,5 milhões. Nesta cooperação, o interesse mútuo é desenvolver um modelo de financiamento inovador para alcançar os objetivos de redução de emissões por Desmatamento Evitado do PEAA.

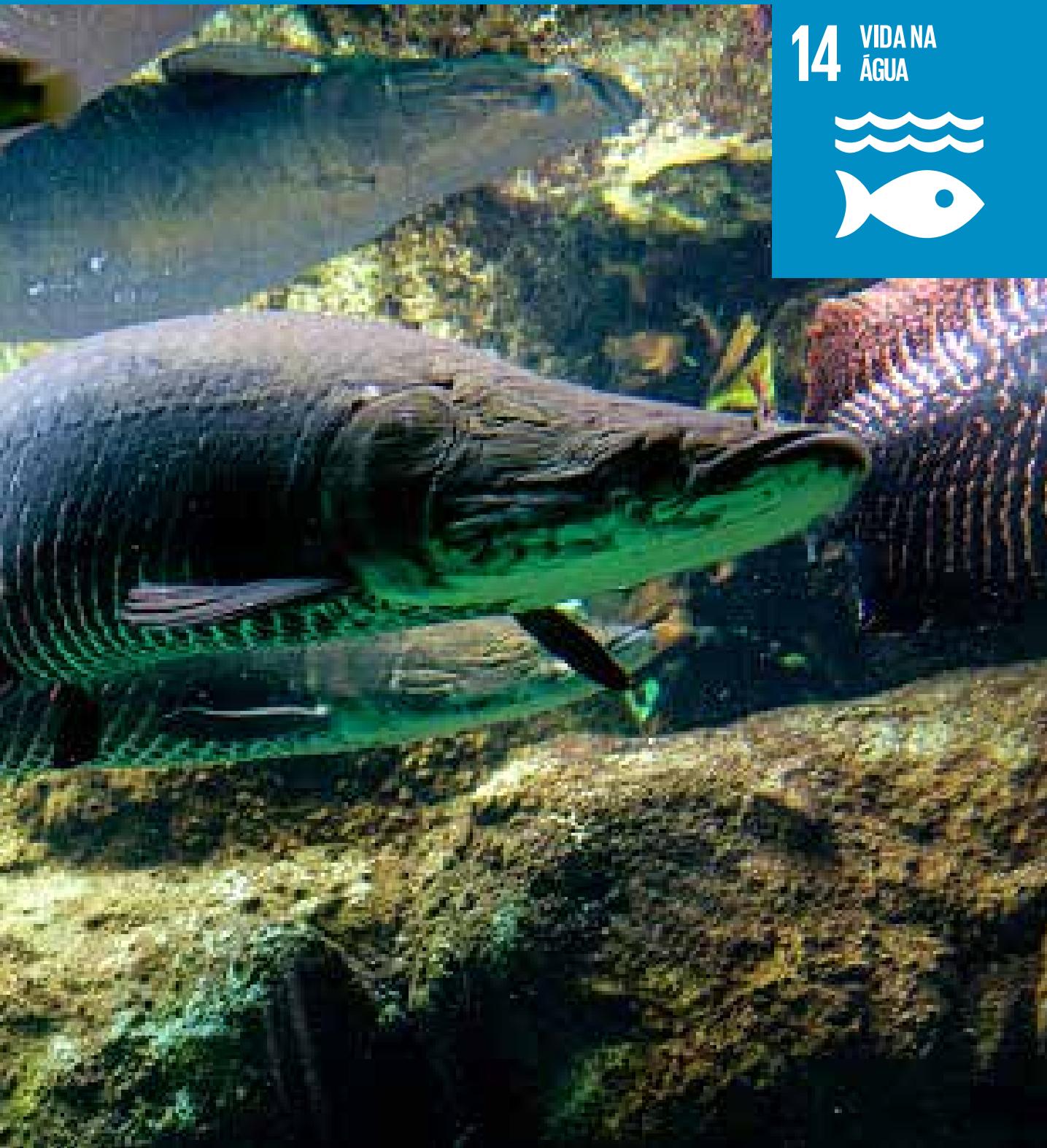
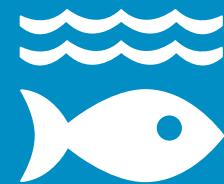
- Protocolo de Intenções assinado com a empresa Vale com o objetivo de apoiar ações de restauração e fortalecimento da Bioeconomia no Estado do Pará.

É válido observar que todas as atividades realizadas, ao fim, concorrem para o objetivo definido pelo Plano estadual Amazônia Agora (PEAA), ou seja, reduzir as emissões de carbono, até o atingimento do nível 0, em 2036.





14 VIDA NA
ÁGUA



**CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS,
DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**





OBJETIVO 14

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL
DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS
RECURSOS MARINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O **ODS 14** procura gerir de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a sua conservação. É composto por 10 metas, sendo sete finalísticas e três de implementação. Oferece benefícios econômicos aos Estados-Regiões que possuem a gestão sustentável dos recursos marinhos, incluindo a pesca, aquicultura e turismo, como o estado do Pará.

A seguir são apresentadas as metas nacionais, às quais contribuíram as realizações do Governo Estadual, em 2022.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 14.4

Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobre pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

META 14.6

Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobre pesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuem para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.

META 14.A

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

META 14.B

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

ONDE ESTAMOS

Considerando que os indicadores estaduais disponíveis, no momento, não refletem o impacto direto das ações em relação ao **ODS14**, registra-se o desenvolvimento o Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro, com base na Política Es-

tadual correlata, que possibilitará a criação e o acompanhamento de indicadores adequados das ações e iniciativas estaduais e, portanto, válidos para aferir o alinhamento com a referida **meta ODS**.

OFERTA DE
PESCADOS
DA REGIÃO
NO MERCADO
PARAENSE



O QUE FIZEMOS

Visando contribuir para a **meta 14.4**, que visa regular a coleta, acabar com a sobre pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, em 2022, foi entregue o primeiro Plano de Manejo do Mosaico Lago de Tucuruí, que orienta o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da diversidade biológica das três Unidades de Conservação (UC) que compõem o Mosaico: APA Lago de Tucuruí e as RDS Alcobaça e Pucuruí-Ararão. Esse instrumento abrange sete municípios do Estado do Pará (Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga e Novo Repartimento).

Em contribuição à **meta 14.6**, que avalia certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobre pesca em 2022, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) o Acordo de Pesca que regulamenta a atividade pesqueira na área de influência dos territórios da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós, no Oeste do Pará. O acordo beneficia 100 comunidades pesqueiras na área de influência do Rio Tapajós, sendo 75 na Unidade de Conservação (UC) Resex Tapajós-Arapiuns e 25 na UC Flona Tapajós.





O ACORDO DE
PESCA BENEFICIA
OS PESCADORES
NOS TERRITÓRIOS
DA FLONA
TAPAJÓS E
RESEX TAPAJÓS-
ARAPIUNS

Ainda em contribuição com a **meta 14.6**, a portaria Nº 325/2020, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), proíbe a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, em dez estados, incluindo o Estado do Pará, durante o período de andada/soatá. Em 2022, o Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), atuou em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) visando preservar o período de reprodução.







Em contribuição à **meta 14.A**, que visa aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, melhoramento da saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha, o Governo do Estado, durante a COP 27, firmou um acordo de Cooperação com a Rare do Brasil, organização da sociedade civil, para implementação do programa “Pesca para Sempre”, que desenvolverá ações nas Reservas Extrativistas (Resexs) marinhas e em toda a zona costeira do Pará. Este programa atua em parceria com comunidades de pescadores, associações pesqueiras, órgãos governamentais e acadêmicas e outras organizações com objetivo de fortalecer políticas de financiamento e de gestão comunitária para atividades de pesca sustentável.

Em continuidade às ações estaduais que contribuem à **meta 14.A**, no último trimestre de 2022, houve lançamento do primeiro Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Pará. O documento condensa informações sobre a situação dos recursos hídricos do Estado do Pará, reunindo um conjunto de estatísticas e indicadores sobre os usos, quantidade, qualidade, monitoramento e a gestão das águas do Estado. O referido estudo científico é rica fonte de consulta para tomada de decisões estaduais.

Ainda em conformidade com a **meta 14.A**, em 2022, destaca-se a realização de webinários com abordagens aos seguintes temas: Licenciamento de Atividades/Empreendimentos na Zona Costeira Paraense; Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro do estado do Pará; Fiscalização na Zona Costeira e ICMS Verde. Organizado pela Universidade de São Paulo (USP) e a Prefeitura de Santos, o projeto contemplou mais de 230 pessoas em 37 municípios, o estado do Pará participou na temática “Diálogos da Cultura Oceânica: a mudança que precisamos para o oceano que queremos”, com a exposição dos Projetos de Capacitação e Difusão de Conhecimento sobre a Zona Costeira Paraense que buscam difundir conhecimento e capacitar os distintos atores que atuam no território, visando promover um ordenamento ambiental ecologicamente equilibrado.

Em 2022, em consonância à **meta 14.B** foram elaborados e assinados com agentes financeiros dois mil projetos de crédito rural, com 28% de participação segmento de pesca artesanal (Emater, 2022). O mecanismo de fomento tem por objetivo estimular o aumento e a diversificação da produção, proporcionando o crescimento dos níveis de emprego e renda, o que garante o bem-estar social e a qualidade de vida no meio rural.





15 VIDA
TERRESTRE



**PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS
ECOSSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS
FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A
DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE**





OBJETIVO 15

PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

O **ODS 15** trata da preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas, da biodiversidade existente e da reversão dos danos causados, a partir da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incluindo as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), Reservas Legais (RLs) e Terras Indígenas, dentre outras. Sendo assim, faz-se necessário preservar a biodiversidade e as espécies ameaçadas, controlando a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna e da flora, cabendo aos estados o papel de articulador para incentivar mudanças de comportamentos nas comunidades. É composto de 16 metas, sendo sete finalísticas e nove de implementação.

Em relação a esse **ODS**, alinharam-se a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC), que baseia o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e seus desdobramentos estruturados em diversos programas estaduais que efetivam a contribuição estadual para o ODS 15.

A seguir são apresentadas as metas nacionais do **ODS 15**, para as quais o Governo do Estado apresentou contribuições.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 15.1.1

Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

META 15.2

Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliarem 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.

META 15.5.3

Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.

META 15.6.2

Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

META 15.7

Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.

META 15.9

Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

META 15.A

Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.

META 15.B.1

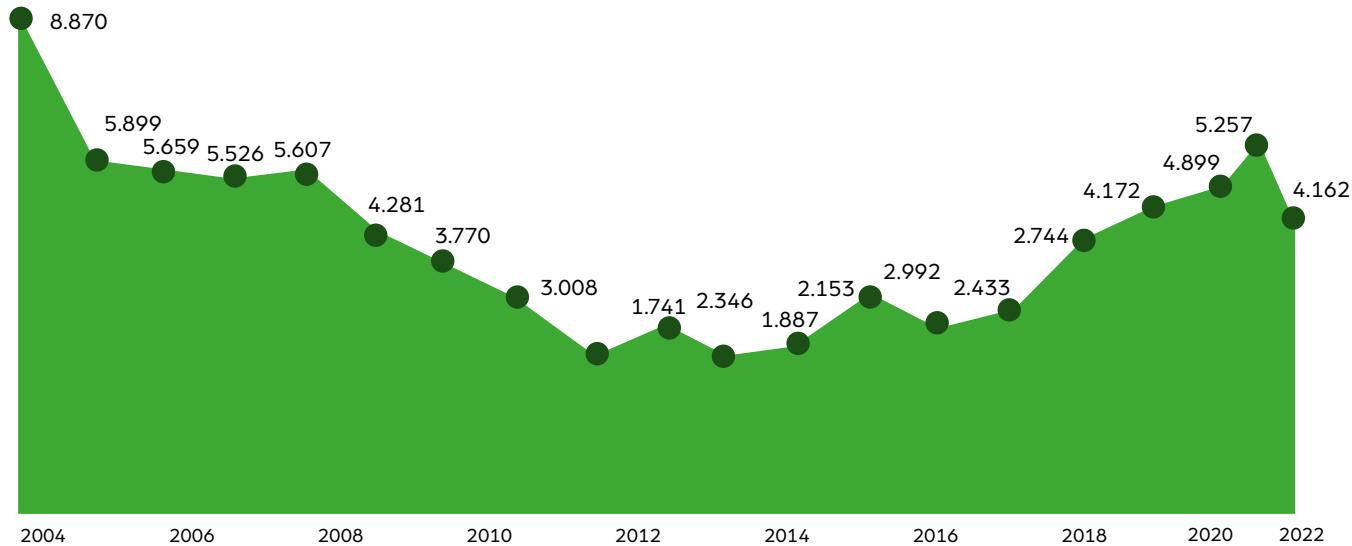
Assistência oficial para o desenvolvimento e despesas públicas em conservação e uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas.

META 15.C

Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.

ONDE ESTAMOS

TAXA DE DESMATAMENTO
(EM KM²)



Fonte: PRODES/INPE.

ÁREAS DE PROTEÇÃO ESTADUAL

MUNICÍPIOS COM CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE

(EM KM²)

160.839

É A SOMA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E ÁREAS DE PROTEÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL.

2020

Fonte: Fapespa, 2022.

126

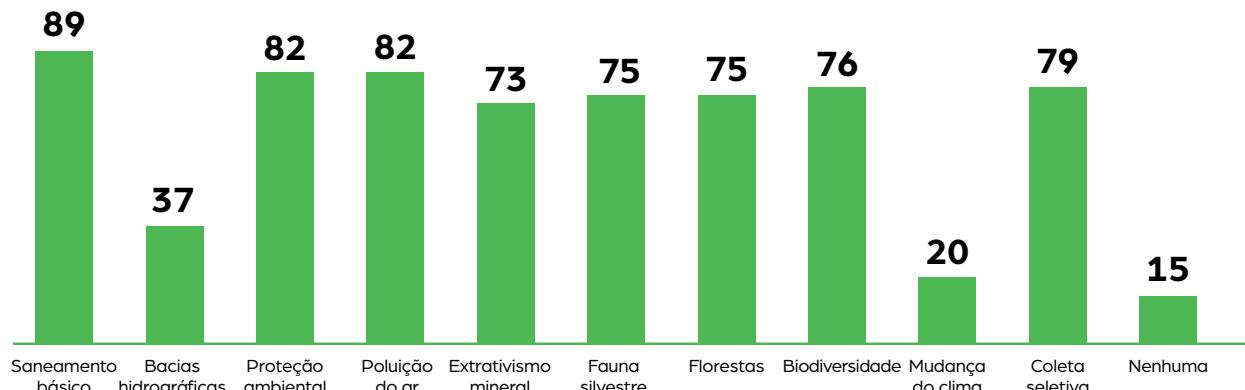
88% dos municípios paraenses possuem conselhos de meio ambiente de caráter consultivo, deliberativo, normatizador ou fiscalizador.

2020

Fonte: IBGE – Munic/ 2020,2022.

MUNICÍPIOS COM INSTRUMENTOS OU LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

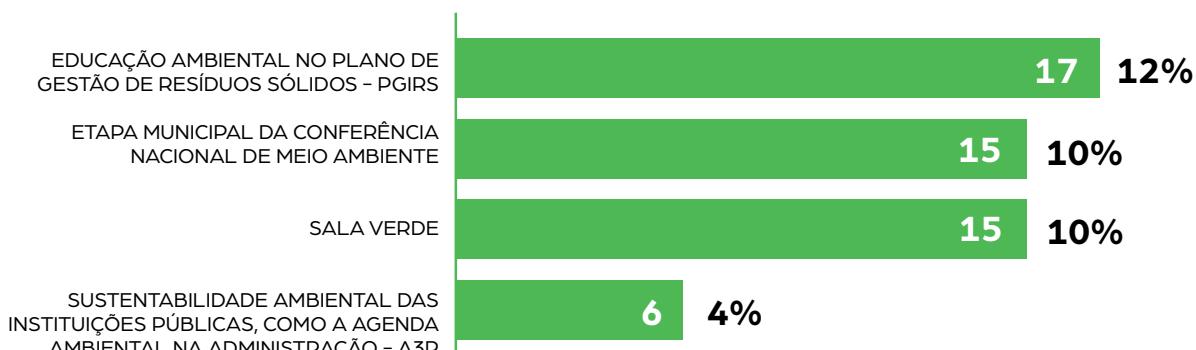
2020



Fonte: IBGE – Munic/ 2020,2022.

MUNICÍPIOS COM PROGRAMAS IMPLANTADOS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL

2020

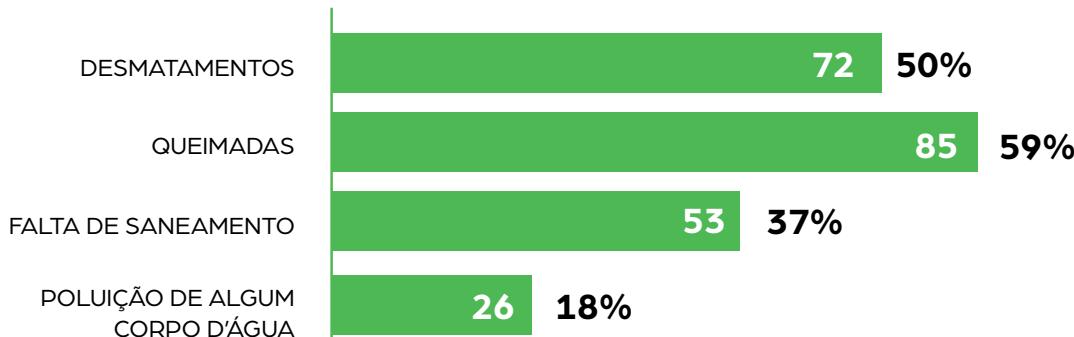


Fonte: IBGE – Munic/ 2020,2022.

Nota 1: Destinação inadequada do esgoto doméstico.

MUNICÍPIOS COM OCORRÊNCIA DE ALGUM IMPACTO AMBIENTAL

2020



Fonte: IBGE – Munic/ 2020,2022.

Nota 1: Destinação inadequada do esgoto doméstico.

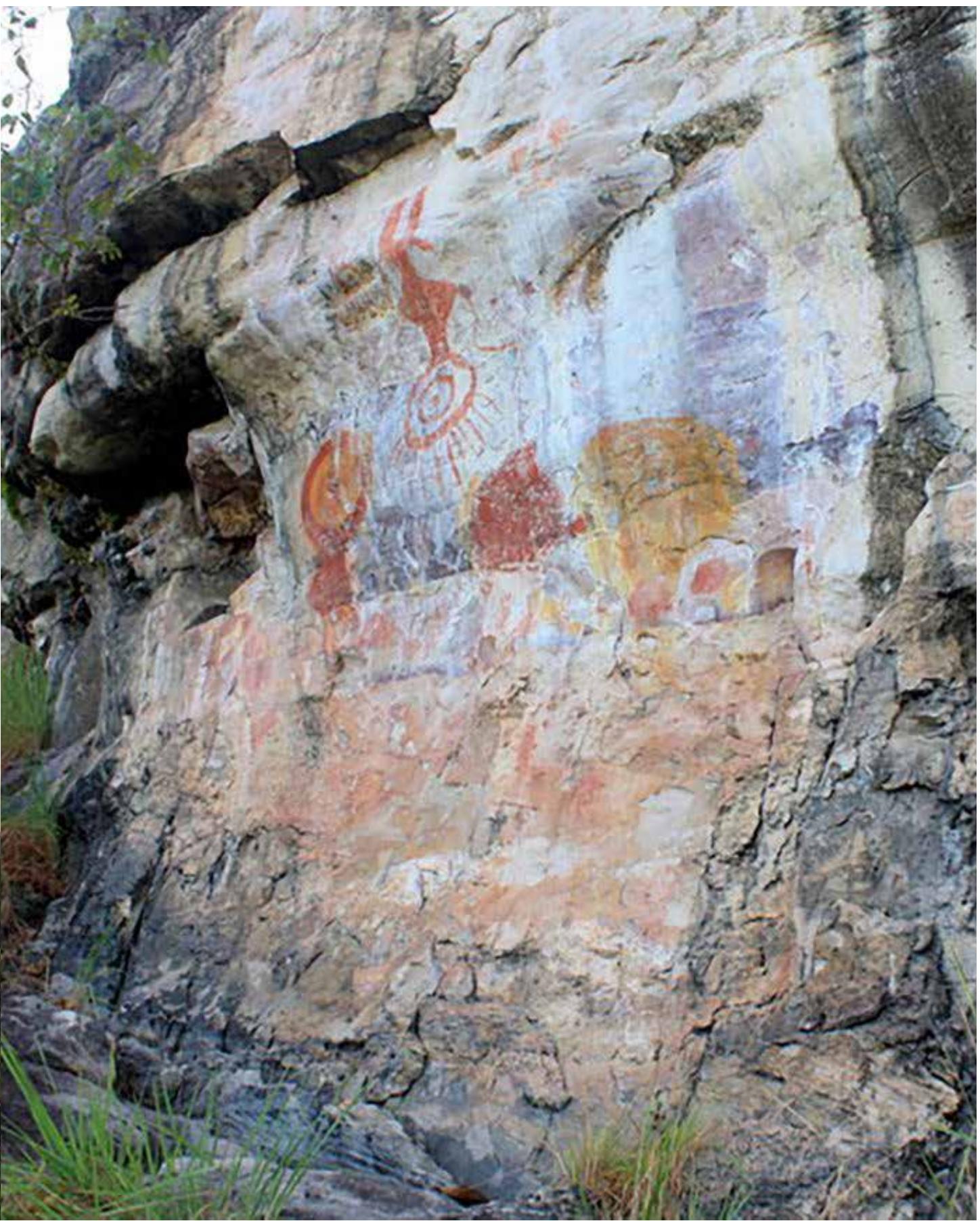
O QUE FIZEMOS

O Estado contribuiu com a **meta 15.1.1**, no que tange às Unidades de Conservação (UC), além dos esforços para gestão e manutenção das Unidades já existentes, disponibilizou recursos para estudos e pesquisas direcionados ao diagnóstico de áreas passíveis de proteção, a exemplo do que subsidiou a criação da UC da Natureza na Ilha Chaú e a recategorização da Ilha do Caneila, ambas no município de Bragança (região Caetés). Ressalta-se que a UC Refúgio de Vida Silvestre – REVIS, que abrange os municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará, teve sua área de

proteção expandida de 6.367,27 ha para 6.595,34ha, após realização de consulta pública, representando uma ampliação de 228,07ha preservados. Adicionalmente, em 2022, o Pará foi, mais uma vez, destaque positivo na mídia internacional e nacional, quando da escolha do Parque Estadual Monte Alegre (Pema), o único brasileiro da lista, como patrimônio cultural do planeta pela World Monuments Fund (WMF), por abrigar o sítio arqueológico mais antigo da Amazônia sul-americana, com pinturas rupestres de aproximadamente 12 mil anos, além de espécies ameaçadas de extinção.

PARQUE
ESTADUAL
MONTE
ALEGRE
(PEMA)



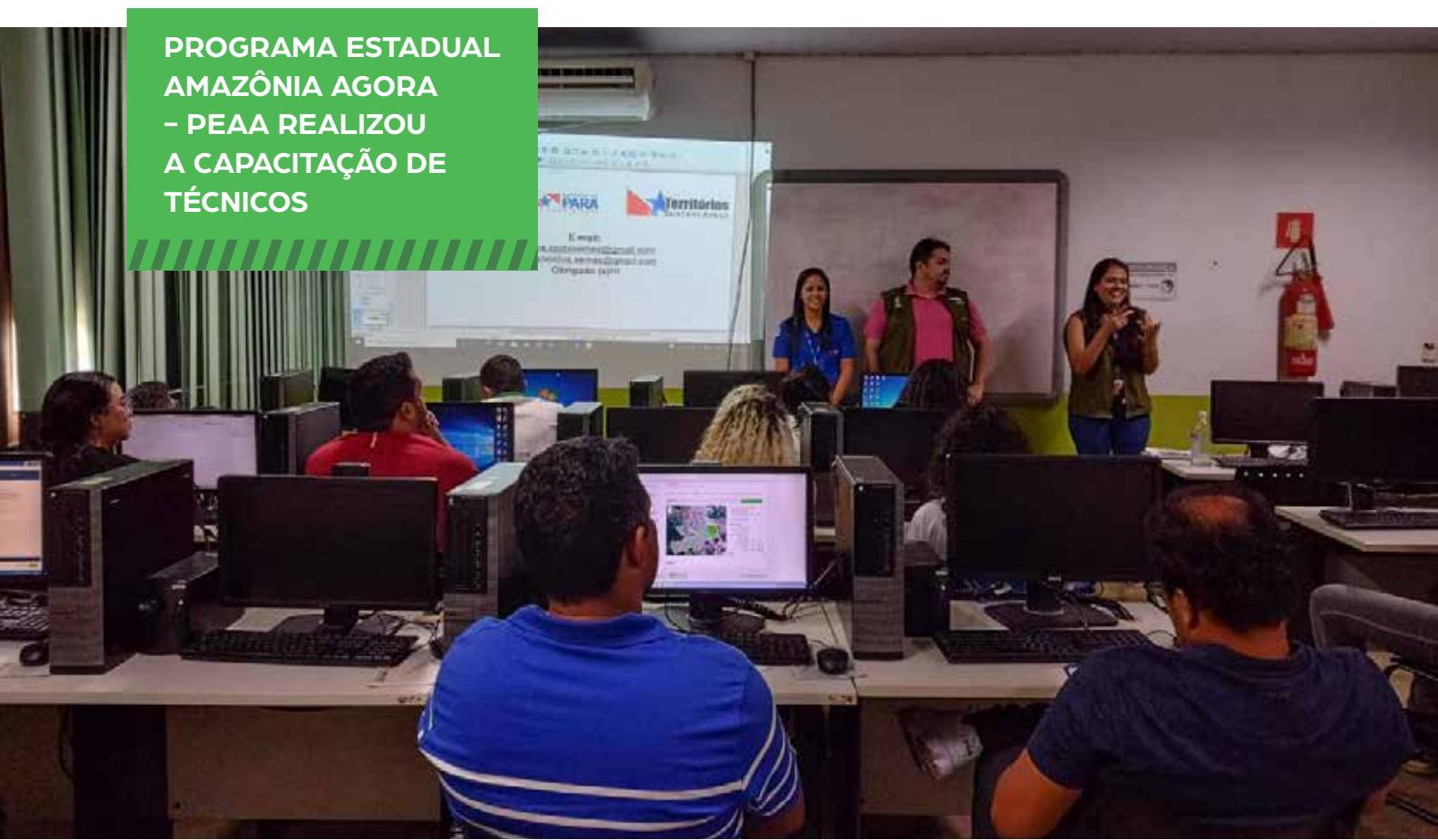


Ainda em relação à **meta 15.1.1**, também é executado, de forma contínua, o Programa Regulariza Pará, instrumento de regularização fundiária do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que registrou 62.769 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) analisados em 2022. Com isso, o estado possui mais de 80% de sua área cadastrável já inscrita no Sistema de Cadastros Ambientais Rurais do Pará (SICAR), o que garante a base para execução do Programa de Regularização Ambiental (PRA). O PRA conta, atualmente, com cerca de 700 projetos de recuperação de áreas degradadas em execução.

O Governo Estadual deu continuidade às ações de recomposição florestal,

por meio dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), que combina o plantio de espécies florestais e frutíferas diferentes em um mesmo terreno, a fim de cumprir as etapas necessárias para redução do passivo ambiental das propriedades, promovendo a reconstituição do solo. Até novembro de 2022, foi promovido plantio em uma área de 2.081ha, beneficiando 890 produtores rurais familiares, com distribuição de mais de 2 milhões de sementes de açaí, cacau, cupuaçu, pupunha, muruci, paricá, an-diroba, cumaru, maranhoto e outras, assim como produziu cerca de 1,28 milhão de mudas agroflorestais, contribuindo também para o incremento da renda familiar das comunidades beneficiadas. Outra contribuição rela-

PROGRAMA ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA – PEAA REALIZOU A CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS



cionada aos SAFs insere-se no Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia, que possibilitou a implantação de cinco viveiros de mudas florestais e frutíferas, com capacidade de produção de até 3.500 mudas, na APA Triunfo do Xingu, em São Félix do Xingu, com resultados alinhados às **metas 15.1.1 e 15.2**.

Contribuem à **meta 15.2 ODS** as ações do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), um dos componentes estruturais no eixo desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono do Programa Estadual Amazônia Agora - PEAA, instituído pelo Decreto Estadual nº 344/2019 e alterado pelo Decreto nº 2.744, de 9 de novembro de 2022. O PTS teve como propósito, em

2022, avançar seu Plano de Ação no território modelo, TS PA 179, além de expandir o projeto para mais territórios: TS Baixo Araguaia, TS Tocantins, TS Carajás e TS BR 158. Entre as iniciativas importantes, registra-se a capacitação dos técnicos para atuação no programa, sendo realizados 21 cursos, com 619 participantes. Também vale mencionar o lançamento da Plataforma Territórios Sustentáveis, desenvolvida em conjunto com a The Nature Conservancy (TNC), cujo escopo é o agrupamento das bases de dados e resultados das iniciativas no estado, além de servir como meio de regularização ambiental, produção e assistência técnica.



Ainda no âmbito do Programa TS, em 2022, foram firmados convênios com 38 prefeituras municipais de sete das doze Regiões de Integração do Estado, num montante total de cerca de R\$24,4 milhões, com vistas à aquisição de insumos e serviços para fomento de assistência técnica aos agricultores atendidos pelo programa. Essas iniciativas alinharam-se à **meta 15.6.2** (os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade) e **meta 15.B.1** (Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.), adotadas em 2022.

Adicionalmente, em contribuição às referidas metas, foi executado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que objetiva contribuir para a redução da pobreza rural, mediante o acesso à terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo. Com isso, em 2022, foram realizados 629 atendimentos diretos nas atividades técnicas do PNCF, além de palestras sobre a importância dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, assim como a entrega de georreferenciamento da propriedade, uma das etapas necessária à aquisição do CAR, a cinco agricultores do município de São Domingos do Araguaia.



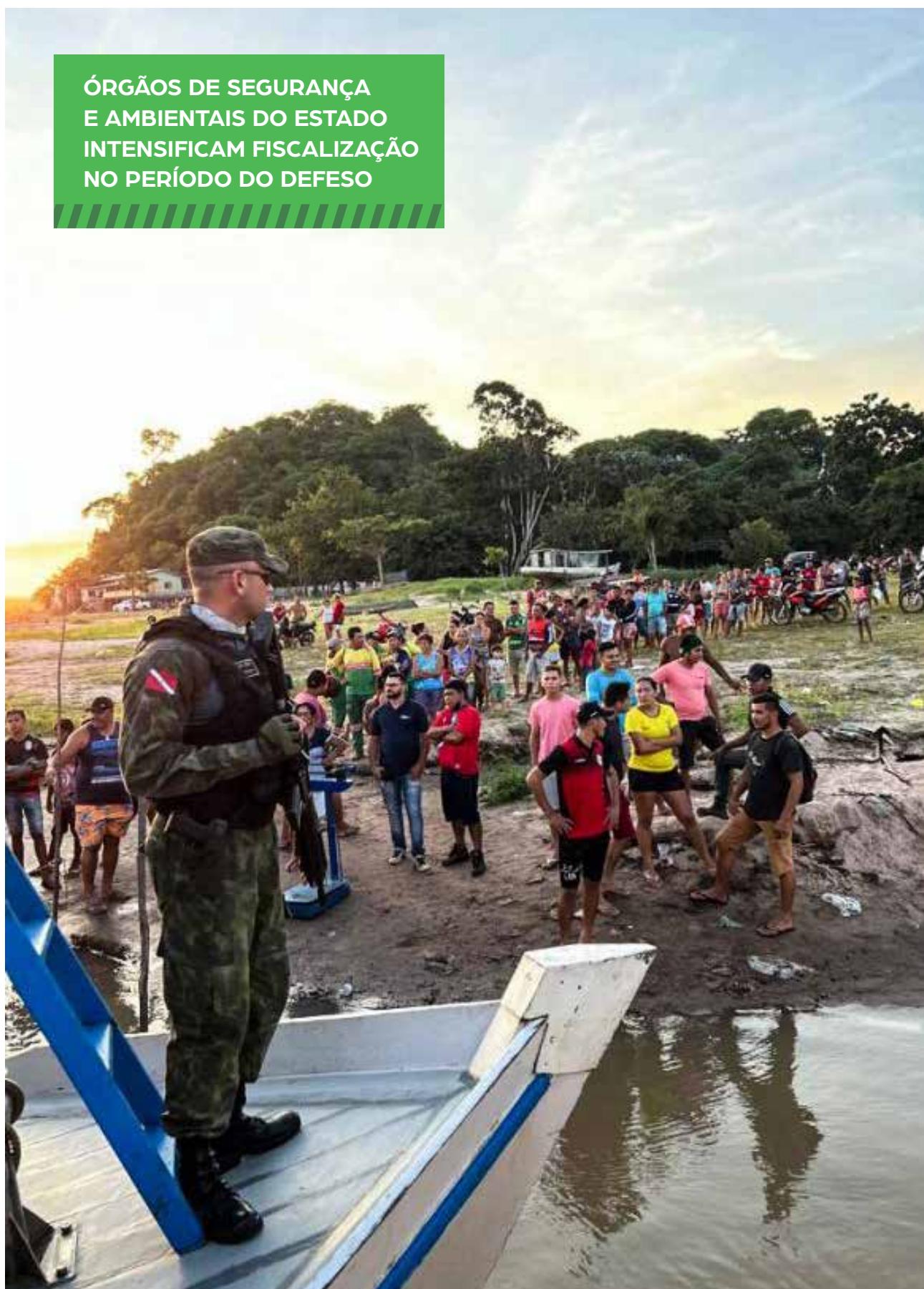


ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA EQUIPE DA EMATER

Outras duas importantes iniciativas tomadas em direção à **meta 15.6.2**: a execução do “Projeto Melhoramento Tecnológico do Sistema de Produção da Cultura da Mandioca”, que se baseia na implantação de áreas de produção, nas quais são inseridos material propagativo com potencial genético produtivo desenvolvido pela EMBRAPA, a partir da utilização de práticas agroecológicas refletidos na prática, por meio do fomento de unidades de estacas de manivas sementes, articulada com prefeituras e organizações da agricultura familiar, com a introdução de material genético promovendo a multiplicação das cultivares BRS Mari e BRS Poti para a expansão das áreas de cultivos; o “Projeto Quintais Produtivos Urbanos, Periurbanos e Rurais”, que estimula a produção de

alimentos para o consumo e melhoria de renda familiar em áreas rurais e urbanas, por meio da implantação e do fortalecimento de quintais produtivos da agricultura familiar urbana, periurbana e rural, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda. Em 2022, foram distribuídos 650Kg de sementes de hortaliças de diversas espécies; 300 toneladas de adubo orgânico; 28,5 toneladas de torta de mamona; ferramentas agrícolas e 1.000 caixas colmeia (abelha sem ferrão), beneficiando cerca de 3.357 agricultores e agricultoras familiares de 72 municípios do Estado, possibilitando uma produção aproximada de 20 toneladas de hortaliças e de 4 toneladas de mel /ano.

**ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
E AMBIENTAIS DO ESTADO
INTENSIFICAM FISCALIZAÇÃO
NO PERÍODO DO DEFESO**



Por mais um ano consecutivo, o Pará garantiu sua participação na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP 27, realizada, em 2022, na cidade de Sharm El-Sheikh, no Egito. A presença no evento possibilitou parcerias para efetivação de políticas ambientais, como: a Carta de Compromisso assinada por vários estados, incluindo o Pará, que propõe uma nova economia, efetivamente regenerativa e inclusiva; e o lançamento, por parte do Consórcio da Amazônia Legal, do Programa Regional de Prevenção e Controle do Desmatamento, tendo como principais bases a regularização fundiária, e o uso de ferramentas de tecnologia e integração (Exemplo do Selo Verde, Car 2.0).

Assim, tem-se outra vertente das ações relacionadas à conservação da natureza e que concorre para o alcance da **meta 15.2**, qual seja, o combate ao desmatamento promovido pelo Governo do Estado. Desde 2020, foram realizadas 28 operações Amazônia Viva, sendo 11 em 2022, em ação conjunta de diversos órgãos das áreas do meio ambiente e da segurança pública, instituída pela Força Estadual de Combate ao Desmatamento.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) atestam uma redução de 21%, no período estimado de 1º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022, no estado do Pará. Para o alcance dos resultados citados são utilizadas ferramentas de monitoramento e fiscalização, capazes de subsidiar decisões estratégicas. Assim, foram apreendidos 12.117,94 m³ de madeira em tora, 2.095,1255 m³ de madeira serrada, 6.672 Unidades de Madeira em estaca extraída de forma ilegal, 464 motosserras, 169 Tratores/Carregadeiras/Escavadeiras e 70 tratores, sendo estes, destruídos pelos agentes de fiscalização.

Ademais, foram realizadas 18 operações de defeso de pescado e ca-ranguejo, a fim de reprimir a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização em período proibido, contribuindo, dessa forma, com o alcance das metas 15.7 (Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas,...) e 15.c. (Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, dentre outros).

Em 2022, ainda em contribuição com as **metas 15.7 e 15.C**, o Governo do Pará e a Universidade de Waegeningen (Holanda) promoveram treinamento em Belém sobre o Sistema SIMAR, para monitoramento de áreas degradadas. Além disso, deu-se continuidade à execução do programa SERVIR-Amazônia, em parceria com a Nasa e Usaïd, que colabora com informações fornecidas por satélite de observação da Terra e de tecnolo-

gias geoespaciais. Com a finalidade de fortalecer as ações desenvolvidas a partir da PEMC e do PEAA, um acordo de cooperação, entre o Governo do Estado e a Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá (Fundação Guamá), foi assinado para apoiar projetos institucionais e o monitoramento do Plano de Descarbonização. Com o acordo, o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá



hospedará o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Amazônia Agora (NPAA).

No que se refere à legislação ambiental, o Governo do Estado publicou, além dos decretos já citados, o Decreto 2.750 de 10 de novembro de 2022, sobre as diretrizes e procedimentos para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN) e para criação

do Grupo de Trabalho que conduzirá a elaboração do Documento, que terá como objetivo articular, integrar e promover projetos e ações induutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, contribuindo para a redução das emissões líquidas por meio do sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE), relacionando-se, assim, com a **meta 15.2**.



Em resposta à **meta 15.A** (Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.), durante a realização da COP 27, foi firmado mais um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que doou R\$2,5 milhões para apoiar a estruturação de uma plataforma de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no estado do Pará. Além disso, foi celebrado um termo de doação, no valor de R\$20 milhões, entre o Governo do Pará, a Fundação Moore, instituição doadora, e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), entidade gestora do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), suporte financeiro do PEAA, com gestão público-privada. Com esse aporte, o FAO

alcançou R\$31 milhões captados em apenas 14 meses de operação. Vale ressaltar que, além do FAO, os projetos de meio ambiente contam com o suporte do Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB) e com a Linha de Crédito Rural Banpará-Bio, aprovados e lançados em 2021. Neste bojo, vale citar as tratativas para a efetivação do Fundo de Compensação Ambiental (FCA) que garantiu a destinação de mais de R\$50 milhões em favor das Unidades de Conservação do Pará.

Adicionalmente, no âmbito da citada Conferência, foi lançado o Programa Rural Sustentável (PRS) para a Amazônia, que representa um aporte de US\$9,7 milhões pelo governo do Reino Unido, destinado a produtores rurais de 44 municípios dos estados amazônicos do Pará e Rondônia, que receberão capacitação e assistência técnica para produzir de forma sustentável, o que também contribui com a **meta 15.A**.

PROJETOS DE MEIO AMBIENTE CONTAM COM A LINHA DE CRÉDITO RURAL BANPARÁ-BIO





**O PROGRAMA
REGULARIZA PARÁ
REALIZOU O MAIOR
CADASTRAMENTO
DE QUILOMBOLAS
DO BRASIL**

Como mais uma contribuição à **meta 15.A**, em novembro de 2022, o Ministério da Economia aprovou integralmente o Projeto "Descarboniza Pará", para injeção de capital internacional no estado do Pará, da ordem de US\$300 milhões, equivalente a cerca de R\$1,5 bilhão, que será investido na modernização e na implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento, incluindo a agenda climática e as ações de bioeconomia, ambas com foco na aceleração do processo de transformação para uma economia de baixo carbono com sustentabilidade fiscal.

Por meio do Programa Regulariza Pará, em atenção à **meta 15.6.2**, foi entregue o maior cadastro ambiental rural quilombola do Brasil, para a Comunidade Cachoeira Porteira, com 225.175,94 hectares, no município de Oriximiná. Sendo assim, até outubro de 2022, foram emitidos 27 CAR em territórios de povos e comunidades tradicionais, elevando o total de área cadastrada para cerca de 640.000 ha e aumentando as possibilidades de acesso a crédito rural e à segurança social, além de participação em programas de fornecimento de alimentos para merenda escolar, dentre outros.

Em reconhecimento à importância do incentivo à pesquisa para o planejamento e desenvolvimento das ações da política ambiental, relacionada à **meta 15.5.3**, em 2022, o Pará passou a aplicar nova metodologia na elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação, em conformidade com as diretrizes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), consistindo na adoção de uma estratégia menos onerosa e mais participativa. Sob esta conjuntura, foi realizada a entrega do primeiro Plano de Manejo do Mosaico Lago de Tucuruí, que orienta o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da diversidade biológica das três UC que compõem o Mosaico: APA Lago de Tucuruí e as RDS Alcobaça e Pucuruí-Ararão, que abrangem os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga e Novo Repartimento.

Em contribuição à referida meta, a execução do Projeto “Flora do Utin-ga”, em parceria com o Museu Emílio Goeldi, possibilitou mais um registro inédito, no Parque Estadual do Utin-ga “Camillo Vianna”, em Belém: trata-se do fungo *Ascocoryne trichophora* (Helotiaceae), nova espécie encontrada em um tronco em decompo-sição na floresta de terra firme pró-ximo à Trilha do Macaco. Também foram registradas três novas espé-cies: fungo Mãe-da-Lua (*Cookei-na tricholoma* - Sarcoscyphaceae); fungo *Pterula* (*Pterulaceae*) e o fun-



go chamado ninho de pássaro (*Cya-thus sp.* – Agaricaceae). Ademais, um novo registro para a família das orquídeas do Parque, pertencente ao gênero *Octomeria sp.*



**PARQUE
ESTADUAL
DO UTINGA
“CAMILLO
VIANNA”,
EM BELÉM**



No intuito de promover o uso sustentável dos recursos florestais e a socialização do conhecimento técnico, científico, cultural e de saberes, o estado do Pará realizou, em novembro de 2022, seu primeiro evento carbono neutro do Floresta Pará, oportunizando, para além dos debates e exposição, produtos da sociobiodiversidade, buscando sensibilizar e aproximar a sociedade da estratégia de conservação e desenvolvimento para uma economia de baixo carbono.

A partir da Estratégia Estadual de Bioeconomia, o estado lançou, na COP 27, de forma pioneira dentre os estados brasileiros, o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), formalizado pelo Decreto nº 2.746, de 9 de novembro de 2022, o qual instituiu o Plano e criou o seu Comitê Executivo, formado por seis órgãos estaduais, cujas deliberações deverão ser previamente aprovadas pelo Comitê

Gestor do Sistema Estadual de Mudanças Climáticas – COGESClima. O PlanBio foi concebido por meio de reuniões bilaterais com as secretarias do estado, de oficinas etnorregionais, assim como de diversas rodadas regionais de discussões intersetoriais, das quais participaram os diversos atores das 41 instituições que compunham o Grupo de Trabalho, incluindo Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), órgãos estaduais, integrantes da cadeia produtiva, e instituições de pesquisa e ensino, contribuindo assim, para as **metas 15.6.2 e 15.9** (até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.).



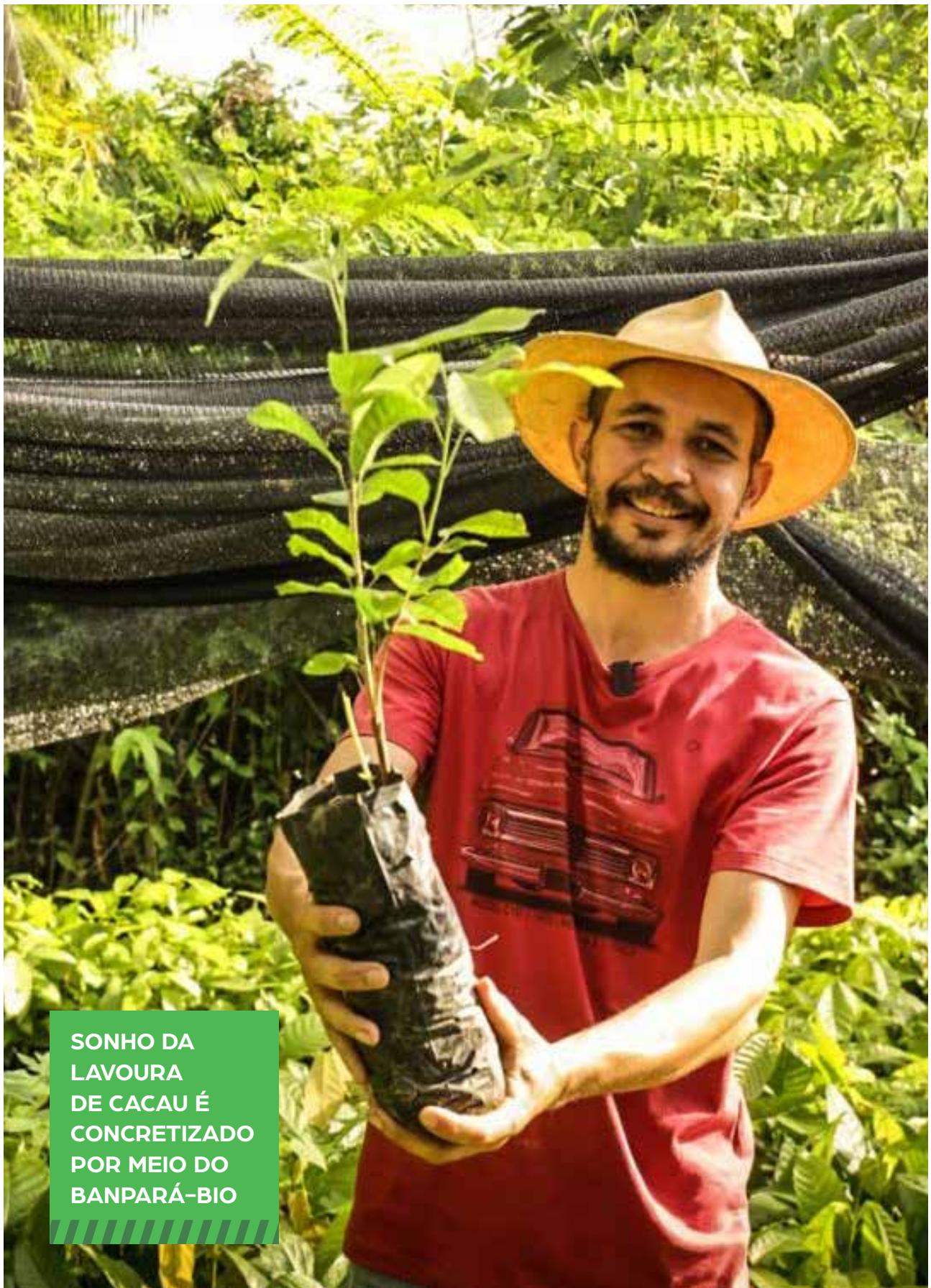
Considerando a tendência estatal de crescente descentralização da gestão ambiental, o Pará conta atualmente com 137 municípios habilitados para fiscalizar e conceder licenciamento ambiental de âmbito local. Com a finalidade de agilização dos processos e fluxos adequados são realizadas constantes atividades de capacitação em gestão ambiental municipal, voltadas aos técnicos das secretarias municipais de meio ambiente, abordando temas relacionados com Licenciamento, Educação, Legislação e Fiscalização Ambiental, além de Cadastro Ambiental Rural (CAR), contribuindo para o alcance da **meta 15.B.1**. Adicionalmente, foram realizados treinamentos nos municípios credenciados no Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal (SISLAM), para orientações gerais sobre uso e configuração do sistema, o qual garante maior agilidade aos processos, gerenciamento

de informações, além de fortalecer as capacidades locais.

Nesse contexto de parceria entre Governo do Estado e municípios, destaca-se o Programa Municípios Verdes (PMV), que após oito anos de execução entregou resultados relevantes, entre eles: 62 municípios credenciados e 39 aptos a usar o SISLAM; 62 kits de equipamentos de informática entregues às secretarias municipais; 1.739 gestores e técnicos municipais de meio ambiente capacitados; 289.927 imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR); e estruturação de 37 sedes municipais da EMATER/PA. Tais resultados contribuíram, a partir de um investimento total de R\$66 milhões, para a consolidação do Cadastro Ambiental Rural e para o fortalecimento do Sistema Municipal de Meio Ambiente no Estado.

**COM APOIO TÉCNICO,
O GOVERNO INCENTIVA
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
NO SUL DO PARÁ**





**SONHO DA
LAVOURA
DE CACAU É
CONCRETIZADO
POR MEIO DO
BANPARÁ-BIO**





16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



**PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO
À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES,
RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS**





OBJETIVO 16

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

O **ODS 16**, objeto desse capítulo, busca a promoção da paz, um ambiente inclusivo e justiça social para o alcance de um desenvolvimento humano sustentável, com foco nas populações e regiões de maior vulnerabilidade social. É composto de 12 metas, sendo 10 finalísticas e duas de implementação.

São apresentadas a seguir as metas nacionais do **ODS 16**, e as contribuições para o seu alcance por meio de realizações e entregas do Governo Estadual.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 16.1

Reducir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.

META 16.2

Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

META 16.3

Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

META 16.4

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

META 16.5

Reducir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

META 16.6

Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis.



META 16.7

Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

META 16.9

Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.

META 16.10

Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

META 16.A

Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.

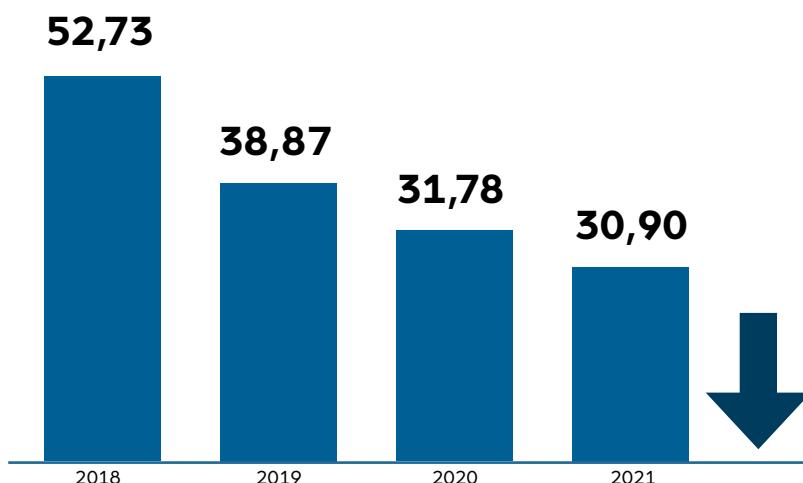
META 16.B

Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

ONDE ESTAMOS

TAXA DE HOMICÍDIO

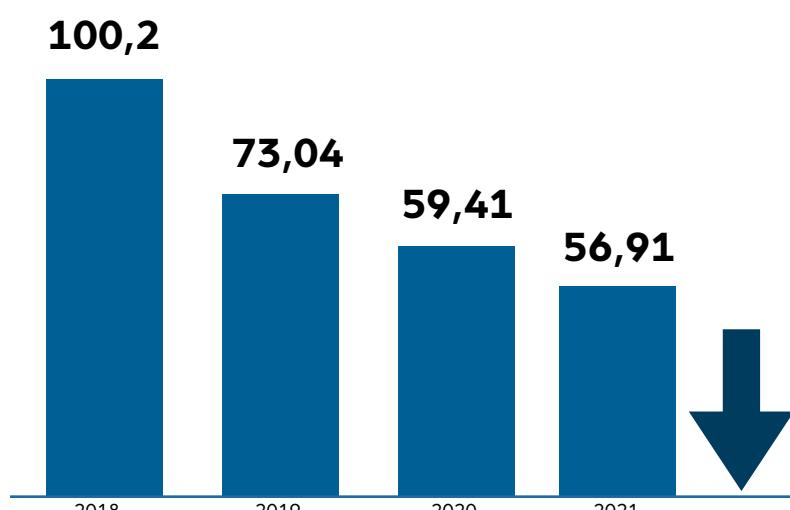
100 MIL HAB.



Fonte: DATASUS / Elaboração: FAPESPA.

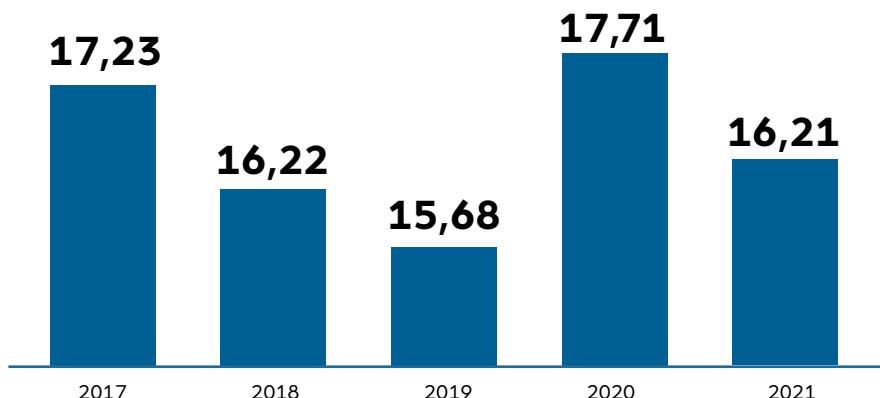
TAXA DE HOMICÍDIO DE JOVENS

100 MIL HAB.



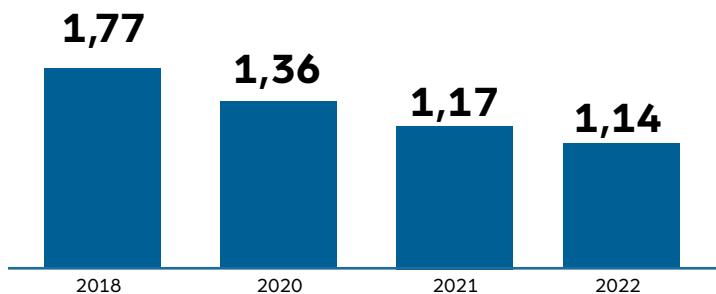
Fonte: DATASUS / Elaboração: FAPESPA

TAXA DE MORTE NO TRÂNSITO



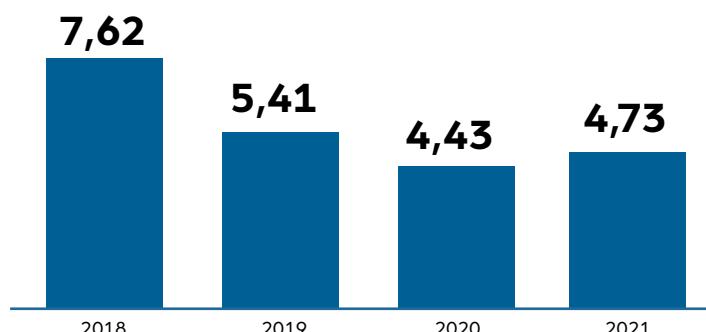
Fonte: DATASUS / Elaboração: FAPESPA.

DENSIDADE CARCERÁRIA (PRESO/VAGA)



Fonte: Seplad, 2023.

TAXA DE HOMICÍDIO DE MULHERES (100 MIL MULHERES)



Fonte: Fapespa, Seguo, 2023.

O QUE FIZEMOS

O Governo do Pará, dando continuidade ao compromisso de garantir a paz social no Pará, principalmente no que se refere à redução da criminalidade, ofertando um ambiente mais inclusivo para a sociedade, em 2022, garantiu um conjunto de realizações e entregas que se alinham às metas do **ODS 16**.

Finalizado o primeiro ciclo de quatro anos da gestão estadual, foi possível constatar que os investimentos realizados na área da segurança pública do estado refletiram-se em uma efetiva redução dos índices de criminalidade, em conformidade à **meta 16.1**, que busca reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas. Em 2022, em comparação aos dois anos anteriores, a taxa de homicídio apresentou redução de 4,54%; ocorrências de roubos reduziram 20,85%; de latrocínio 28,81% e feminicídio 30,43%.

Foram aplicados, só em 2022, mais de R\$4 bilhões na área de segurança, recursos esses que permitiram a realização de estratégias, de forma integrada, pelas instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).





Contribuindo para o alcance da **meta 16.1**, foram realizadas um conjunto de ações ostensivas e preventivas voltadas ao combate da violência, destacando-se:

- O Centro Integrado de Operações (CIOP), órgão que compõe o SIEDS, com a missão de integrar os órgãos de segurança pública e mede a comunicação do Sistema com os cidadãos, em 2022, implantou o Serviço 190/193 em Abaetetuba, na Região de Integração Tocantins.
- Por meio do Serviço 190/193, até novembro de 2022, foram recebidas 15.691 ligações com registro de violência doméstica, das quais, cerca de 1.400 ocorreram no âmbito do Programa Pró-Mulher, lançado em março de 2022, por meio do qual as “vaturas rosas” realizaram atendimento, em caráter preventivo, por equipe devidamente treinada. As ações se deram em parceria com as Polícias Civil e Militar e as Guardas Municipais, em sete das doze Regiões de Integração.
- O sistema de videomonitoramento do estado recebeu investimento contínuo em alta tecnologia e capacitação da equipe. Ao final de 2022, eram 416 câmeras em todo o Estado, 33 equipamentos a mais que no ano anterior, distribuídos estrategi-

camente com 282 câmeras na RMB e 134 câmeras espalhadas em 9 municípios do interior do estado. O Sistema conta, ainda, com 11 câmeras de jurisdição do DNIT nas rodovias federais, resultando num incremento de 137,28% até outubro de 2022.

- Foi inaugurado, na operação Círio 2022, em Belém, o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) Móvel, equipado com altos recursos tecnológicos para ser utilizado em grandes operações por parte dos órgãos que integram o SIEDS.
- Ressalta-se a conclusão do projeto Falando Por Todo o Pará, com digitalização completa da rede de rádio de segurança pública, permitindo o contato via rádio entre unidades de segurança em todo o estado.
- O Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP) totalizou 1.183 missões, em 2022. Uma nova base do GRAESP foi inaugurada, em 2022, em Marabá, em parceria com a prefeitura municipal, para atender aos municípios da região sudeste do estado, que se junta às bases de Belém e Santarém. Conta com uma equipe fixa de pilotos para atender com celeridade as demandas da região, garantindo agilidade administrativa e operacional e mais economia na manutenção das aeronaves.



- Considerando a importância dos rios para a realidade paraense, o estado conta com A inauguração do Grupamento Fluvial de Segurança Pública (GFLU), em junho de 2022, com investimento de cerca de R\$5 milhões, em Breves, na Região Marajó, a Base Fluvial Antônio Lemos, primeira base flutuante integrada de segurança pública e defesa social do Pará, e de total relevância dada a importância dos rios para a realidade paraense. A estrutura congrega a atuação dos diversos órgãos que compõem o SIEDS e tem capacidade para receber outros órgãos com interesse no meio fluvial, visando ao combate à criminalidade, com ações de segurança pública e controle fiscal, nas quais se incluem o combate a crimes ambientais, aduaneiros, tráfico de drogas, entre outros. Após a inauguração da Base, constatou-se

redução de 64% dos registros de crimes na região ocidental do Marajó, não apenas relacionados a roubo a embarcações, mas também a residências de ribeirinhos, além disso, o GFLU coordenou 132 operações, em 2022, que resultaram, dentre outros, na redução em 62% dos crimes de roubo a bordo em embarcações e estabelecimentos ribeirinhos.

- Foram realizadas operações preventivas e ostensivas ao longo de 2022: Operação Carnaval, Operação Semana Santa, Operação Tiradentes, Operação Corpus Christi, Operação Verão, Operação Adesão do Pará, Eleições, Operação N.S^a Aparecida, Operação Finados, Operação Repúblia, Operação 1º Turno e Eleições 2º Turno. Ressalta-se a operação "Verão Seguro 2022", ação da Polícia Militar junto aos demais órgãos do Sis-



tema de Segurança Pública, ocorrida no período de 30 junho a 03 de agosto de 2022, empregando mais de dois mil Policiais Militares, para promover a Segurança Pública no estado do Pará, através do Policiamento Ostensivo Geral nos municípios e em todas as áreas que sofram os efeitos diretos e indiretos na dinâmica social por ocasião do "VERÃO2022".

Em relação à segurança no trânsito e redução de acidentes, também alinhadas à **meta 16.1**, foram realizadas um conjunto de ações em 2022:

- Prevenção, por meio da educação para o trânsito, com investimento de cerca de R\$4 milhões em 490 ações educativas, que tiveram como foco principal a orientação e a conscientização da população quanto ao comportamento seguro e aos principais fatores de risco no trânsito, como:

álcool, falta do uso do capacete e do cinto de segurança, e transporte de crianças e animais de estimação sem dispositivo de segurança.

- Cursos de Agente Multiplicador de Educação de Trânsito, que formaram em torno de 240 agentes em todo o estado, e cursos para mototaxistas e motofretistas, que formaram/atuaram cerca de 380 profissionais, beneficiando todas as regiões de integração do Pará.
- Aquisição da "BodyCam", que permite aplicar tecnologia de gravação de áudio e vídeo durante a abordagem, proporcionando mais transparência e segurança ao agente e ao condutor.
- Investimento de R\$34,8 milhões, para viabilizar a implantação de 35 projetos de sinalização de trânsito, beneficiando 33 municípios de diversas regiões do estado.



A CRIAÇÃO
DA POLÍCIA
CIENTÍFICA DO
PARÁ (PCEPA)
RENATO CHAVES



No que diz respeito à **meta 16.2**, que visa proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência, a gestão estadual segue intensificando ações estratégicas, com a inauguração de mais sete Usinas da Paz, nas regiões Carajás (Parauapebas e Canaã dos Carajás); Guajará (Marituba, no bairro Nova União, e, em Belém, nos bairros Cabanagem, Bangui Jurunas/Condor e Terra Firme), no âmbito do Ter-Paz, que contribuem também à **meta 16.1**. Cada usina se consolidada nos bairros, como equipamento público de cidadania e transformação social, disponibilizando um complexo poliesportivo, com quadra de areia, espaço multicultural, piscina, salas de audiovisual, inclusão digital, e são adaptadas para o acesso de pessoas com deficiência., atendendo no ano aproximadamente, 600 mil pessoas, com serviços gratuitos, como atendimento médico, odontológico, psicológico, consultoria jurídica, qualificação profissional e emissão de documentos.

No tocante ao acolhimento de crianças e adolescentes, foram disponibilizados os Centros Integrados do ParáPaz (Deaca), e, em Belém, a Polícia Científica Renato Chaves e Santa Casa de Misericórdia do Pará. No atendimento direcionado a mulheres, crianças e adolescentes, também foram oferecidos serviços nas unidades integradas Deam/Deaca, em mais dez municípios paraense.

Destaca-se ainda a implementação das ações do programa Educacional de Resistência às Drogas, com realização de cursos, que em 2022 certificou 66.490 pessoas.

Quanto à promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com recursos da ordem de R\$345 mil, foram beneficiadas 7.405 crianças, do 5º e 7º anos da educação básica, em 104 escolas do estado, no âmbito do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), com foco na prevenção e identificação sobre o perigo ao uso de drogas, bem como a aspectos de convívio social com a família e ao território em que vivem os estudantes. Destacam-se ainda ações voltadas a crianças e adolescentes e suas famílias foram realizadas na Região Metropolitana de Belém, envolvendo 7.600 pessoas, com um total de R\$36,8 milhões investidos, para manutenção das atividades desenvolvidas nos Polos de inclusão social, em Belém (bairros Terra Firme e Cabanagem), Ananindeua (Distrito Industrial) e Marituba (IESP), disponibilizaram atividades recreativas do público de crianças e adolescentes, e oportunizaram às famílias cursos de garçom e garçonete, pintura em tecido de tapeçaria, oficina de reciclagem, informática básica - Geração Digital, criando perspectivas de trabalho, emprego e geração de renda. Contribuindo também com a **meta 16.3**, fortalecendo o Estado de direito.



**ACOLHIMENTO
DE MIGRANTES
E REFUGIADOS,
COMO DA ETNIA
WARAO**

Outras iniciativas que visaram fortalecer o Estado de direito e garantir acesso à justiça a todos, alinhadas à **meta 16.3:**

- Foram realizadas 386 abordagens durante o desembarque de voos internacionais (Suriname, Cayena, Miami e Portugal) no Aeroporto Internacional de Belém, assim como em alguns voos nacionais e no saguão do aeroporto e no Terminal Rodoviário de Belém, com distribuição de materiais informativos/preventivo (folders, cartilha, panfletos, dentre outros).
- Destacam-se ainda atendimentos no posto avançado de atendimento humanizado ao migrante, no Aeroporto Internacional de Belém e na sala da coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao trabalho Escravo na sede da Secretaria de justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), totalizando 185 atendimentos referentes ao tráfico de pessoas, tra-

balho escravo, outras violações dos direitos humanos, refúgio etnia warao, refúgio venezuelanos, cubanos, haitianos, mexicanos, entre outros.

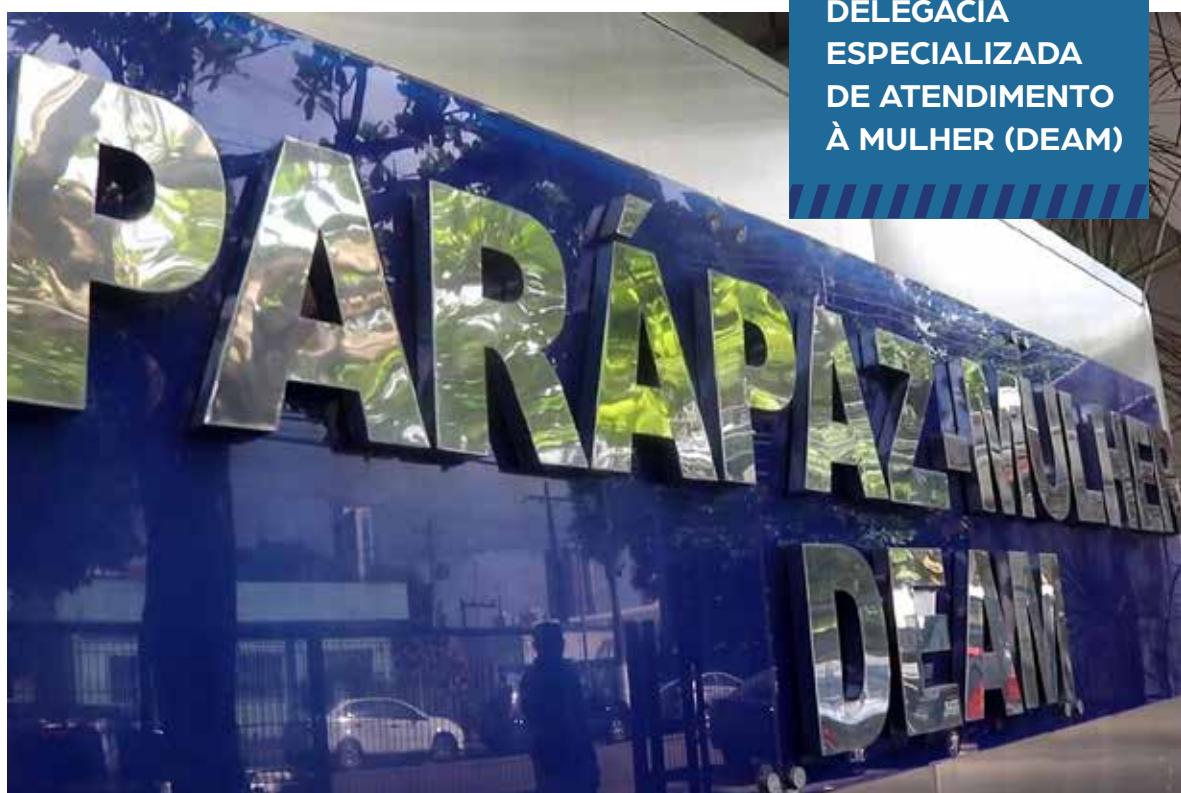
- Dada a relevância da perícia criminal para a justiça, o Governo do Estado realizou medidas de valorização da área, como a sanção da Lei Nº 9.382/21, que confirmou a criação da Polícia Científica do Pará (PCEPA), em substituição ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC); incrementou a infraestrutura existente, entregando a reforma do Instituto de Medicina e Odontologia Legal Renato Chaves (IMOL), juntamente com os novos Núcleos de Balística Forense, de Crimes Contra o Patrimônio e Datiloscopia do Instituto de Criminalística Iran Bezerra, da PCEPA, em Belém.
- Contribuição importante voltadas às mudanças pelas quais o Sistema Prisional paraense passou nos últi-

mos quatro anos, quando foram inauguradas 13 novas Unidades Prisionais, dentro das normas de segurança preceituadas pelo Departamento Nacional Penitenciário (DEPEN), tendo sido quatro entregues, em 2022, em três regiões: Central de Passagem para Presos de Baixa Relevância Criminal (CPPBRC), em Altamira, na região Xingu, gerando 146 novas vagas; Centro de Recuperação Regional de São Félix do Xingu, na região Araguaia, com 128 vagas, além de uma Unidade Semiaberto e uma CPPBRC, ambas em Paragominas, na região Rio Capim, com 72 e 85 novas vagas, respectivamente. As quatro novas unidades representam um incremento de 431 vagas no sistema prisional, contribuindo para a redução do déficit carcerário. Somam-se a isso a construção da via de acesso e a conclusão da reforma do Módulo Administrativo e do Módulo de Vivência Coletiva e Urbanização do Centro de

Reeducação Feminino – CRF de Ananindeua, com 42 vagas; as reformas do Presídio Estadual Metropolitano I e II (PEM I e II) e a instalação de uma Estação Compacta de Tratamento de Água (ECTA), no Centro de Recuperação Regional de Mocajuba (CRRMOC), dentre outras adequações necessárias ao bom funcionamento das unidades prisionais, seguindo os padrões de segurança.

- Destacam-se as ações de fiscalização do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, de acordo com o código de Defesa do Consumidor (CDC), Decreto nº 2181/97 e legislações afins, que em 2022, realizaram 163.119 fiscalizações de estabelecimentos comerciais, produtos e serviços no Pará.

CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)



Em contribuição à **meta 16.4**, buscando reduzir o fluxo fluxos financeiros e de armas ilegais, e combater todas as formas de crime organizado, o Governo Estadual, em 2022, realizou ações diretas e de prevenção:

- Operações integradas para reprimir os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), nas diversas regiões de integração do Estado, com os órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Ressalta-se a desarticulações de organizações criminosas que atuavam no estado do Pará dando duro golpe no crime organizado com investigações intensas nas Regiões Guajará, Carajás, Lago do Tucuruí, Rio Capim, Rio Caeté, Rio Guamá e Xingu que desencadearam prisões e apreensões.
- Ação de combate às drogas efetuando operações nas regiões de integração Rio Caeté, Guajará, Tocantins, Guamá e Xingú, que resultaram em prisões, apreensões de drogas, veículos, aparelhos eletrônicos e quantias em dinheiro.
- Ações de prevenção e repressão ao narcotráfico, atuando fortemente no núcleo financeiro dos criminosos, atingindo bens dos investigados e imobilizando finanças, promovendo grande volume de apreensões e prisões que impactam na cadeia de distribuição de entorpecentes no Estado do Pará. Destaca-se a Operação Mettallum que, deflagrada contra grupos criminosos que atuavam na lavagem de dinheiro do tráfico de drogas, resultou na apreensão de sete veículos e bloqueio de contas dos criminosos, e,

a Operação Capotinga, tendo como alvo grupo criminoso que atuava na lavagem de dinheiro e tráfico de drogas no Pará e Maranhão.

Com relação à meta 16.5, alinhado ao combate à corrupção, em 2022, foram realizadas cinco operações, por meio da Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), resultando em oito prisões, 21 medidas cautelares requeridas ao Poder Judiciário, por meio das quais recuperou R\$10,6 milhões ao investigar crimes de "lavagem" de dinheiro, crimes contra a Ordem Tributária, contra a Administração Pública que geram lesão ao erário e/ou à moralidade administrativa crimes com tráfico de entorpecentes, facções criminosas com atuação nos estados do Pará e em outras Unidades da Federação brasileira.

Ainda em contribuição à **meta 16.5**, visando reduzir cada vez mais a sonegação fiscal e aumento da arrecadação estadual, em 2022, por meio da Corregedoria Fazendária, que tem a finalidade acompanhar o desempenho funcional, profissional, moral e ético dos servidores, foram realizadas ações preventivas de acompanhamento do desempenho dos servidores do órgão na sua área de atuação, junto a contribuintes e demais usuários de seus serviços, com elaboração de relatório circunstanciando contendo propostas de medidas corretivas para sanear as disfunções detectadas; Exame de denúncias, representações e documentos sobre ética e disciplina funcionais e contro-



APOIO
À MARCHA
CONTRA
AS DROGAS



le de prazos de procedimentos administrativo-disciplinares no âmbito da Secretaria da Fazenda. Também foram realizados cursos de capacitação e qualificação dos servidores para a área, como: Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância e Inquérito; Técnicas de Entrevista, Interrogatório e Detecção de Mentiras na Administração Pública; Direito Administrativo nos Processos de Pessoal.

Alinhado às **metas 16.6 e 16.7**, o Governo Estadual atua com transparência pública como parâmetro de gestão e busca um planejamento e execução de políticas públicas responsável, inclusiva, participativa e representativa. Destacam-se, em 2022, algumas iniciativas:

- Implantação das bases para a elaboração do Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (PARÁ 2050), com a instituição, por meio dos Decretos Estaduais nº 2.545/2022 e nº 2.792/2022, do Comitê para Elaboração do Plano PARÁ 2050, visando a ampla participação dos atores sociais no processo de construção coletiva do PARÁ 2050, com a participação de cerca de 400 pessoas, representando 154 organizações, sendo 65 órgãos/entidades estaduais (executivo e outros poderes), 38 instituições da sociedade civil e 51 prefeituras municipais.

- Apoio às Ações dos Conselhos Representativos da Sociedade Civil com a reativação do Conselho Estadual de Diversidade sexual; implantação de oito conselhos municipais de polí-





ticas sobre drogas;

- Realização de duas audiências públicas, a primeira em abril de 2022 referente a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), elaborada anualmente, e com previsão no art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as metas e estabelece as prioridades do governo para o próximo exercício financeiro, bem como, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) (art. 165, § 2º. CF/88), baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual (PPA). É um elo entre o PPA e a LOA. A audiência pública foi realizada, de forma virtual, garantindo a participação da população de todo o Estado, conforme previsto na legislação, com demandas e sugestões para a composição do projeto de lei de forma que o mesmo possa conter ações que viabilizem o desenvolvimento e

consequentemente, a geração de empregos, renda e mais oportunidades. A segunda, realizada em setembro, com previsão no art. 5º da LRF, a Lei de Orçamento Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, com estimativas de receitas e fixação das despesas públicas para o período de um exercício financeiro, foi realizada também de forma on-line.

Alinhado à **meta 16.9**, visando fornecer identidade civil para todos, nos primeiros 10 meses do ano a Polícia Civil emitiu 859.999 em todo o Estado, dos quais 620.788 no interior, alcançando as 12 Regiões de Integração. Além disso, de forma itinerante pelo estado, atendeu aproximadamente 13 mil pessoas, por meio do Balcão Cidadão, com serviços de emissão de documentos de 2ª via CPF, cartão SUS, ID Jovem, carteira de trabalho digital, certidão de nascimento e óbi-

to, além do cadastro para os programas Qualifica Pará e Primeiro Ofício.

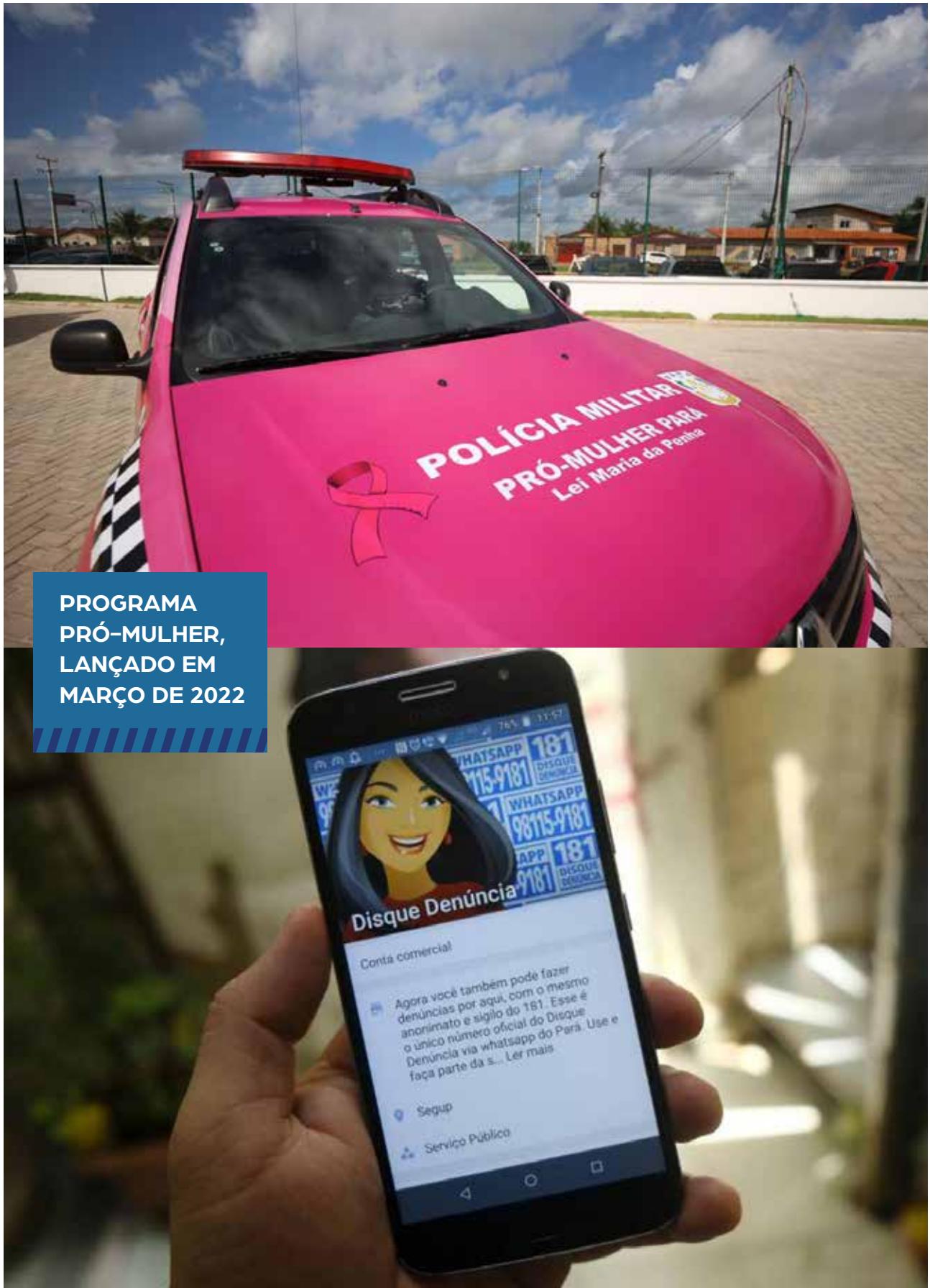
Destaca-se ainda a realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos, com emissão de 55.504 RG's, 4.349 certidões de nascimento e 429 carteiras de trabalho entregues no Estado do Pará, pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Alinhado a **meta 16.10**, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, o Governo Estadual realiza investimentos em 2022 na manutenção das RTV para garantir a continuidade do sinal dos 75 municípios que mantêm rede instalada, e, considerando a transição da TV Brasileira do Analógico para o Digital, foi preciso priorizar as cidades do interior do estado do Pará de modo a operacionalizar a mudança definitiva para uso de tecnologia digital em nossas retransmissoras, melhorando a qualidade do nosso sinal no município, aumentando a eficiência no atendimento à população com informação sobre as ações do governo.

Outra importante contribuição à **meta 16.10** foi a implementação de três Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas, sendo eles: Proteção as Vítimas e testemunhas Ameaçadas de Morte (PROVITA), executado por meio de convênio com a organização não-governamental Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB); Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH/PA), executado

por meio de convênio com a ONG Sociedade, Meio Ambiente, Educação, Cidadania e Direitos Humanos (SOMECDH); e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM) executado por convênio com a ONG Movimento Emaús. Nestes programas, a diversidade identificada é de gênero (homens e mulheres), geracional (crianças, jovens, adultos e idosos) e étnico-raciais (qui-lombolas e indígenas), contribuindo também com a **meta 16.2**.

Quanto às contribuições à meta 16.a, visando fortalecer as instituições relevantes para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos, o governo do Pará não tem medido esforços para garantir paz e justiça social à população paranaense, e para estruturar essa política, convergiu esforços para a construção e aprovação do Plano Estadual de Segurança Pública 2022-2031 (PESPDS), pioneiro no nível estadual publicado após o lançamento do Plano Nacional, o que reforça a posição vanguardista da atual gestão em relação à segurança pública. Dada a robustez do PESPDS e dos demais planos correlatos da segurança pública, o Governo Estadual lançou mão de ferramentas modernas de gestão, a partir da criação do Programa de Análise de Resultados da Gestão Estratégica Administrativa e Operacional (PARGEAO), que possibilitam a criação e o acompanhamento das metas definidas para os Indicadores de Criminalidade relacionados no



PESPDS, oferecendo aos gestores envolvidos a possibilidade de monitorar suas ações.

Destacam-se ainda, em 2022, em contribuição a **meta 16.A**, entregas de diversas obras de adequação nos prédios que servem ao SIEDS, a exemplo do Comando de Missões Especiais (CME), em Belém, cujas novas instalações de, aproximadamente, 900m², abrigam, também, as atividades do Batalhão de Operações de Choque (BPChoque) da PMPA, com investimento de R\$3,6 milhões. Outras obras relevantes foram entregues nos municípios: 25^a Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), em Eldorado dos Carajás; nova sede do 30º Batalhão da Polícia Militar (BPM), em Ananindeua; nova sede da 13^a CIPM, em Uruará e Medicilândia; 36º BPM, em São Félix do Xingu; 21º Batalhão, em

Marituba; e Posto de Controle Rodoviário do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPR), em Castanhal. Adicionalmente, a construção do novo prédio do 6º BPM, em Ananindeua; em convênio com a empresa Vale, foi concluída a implantação de Unidade Integrada de Segurança Pública (UISP), em Marabá; 20^a Seccional Urbana da Polícia Civil totalmente reformada no município de Parauapebas. Obras semelhantes foram realizadas na Unidade Integrada de Polícia (UIP) de Bragança e nas Delegacias de Polícia (DEPol) de Paragominas e Xinguara, além da DPol de Limoeiro do Ajuru e da nova UIP de Taboca, em São Félix do Xingu. Destaca-se, ainda, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Icoaraci, Belém, que começou suas atividades em 2022, proporcionando atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência.

USO DE DRONES NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO



O Governo do Estado também reforçou sua presença digital, por meio do site da Delegacia Virtual, que teve sua interface modernizada, para facilitar a interação com o cidadão, inclusive incrementando o rol de crimes passíveis de denúncias por meio da plataforma, passando de quatro para 14, além de melhorar as formas de acesso uma vez que, a partir de 2022, passou a ser possível acessar o referido sítio eletrônico por meio de tablets e smartphones e não apenas por desktops e notebooks, conferindo maior agilidade ao atendimento.

Ainda em referência ao incremento e revitalização de estrutura física dos órgãos que compõem o SIEDS no Pará, em contribuição à **meta 16.A**, destaca-se as entregas: primeiro posto avançado do Corpo de Bombeiros no oeste paraense, no distrito de Alter do Chão, em Santarém; reforma e revitalização da Unidade Bombeiro Militar do Quartel do 21º Grupamento Bombeiro Militar (GBM), no bairro Campina e reforma do 1º GBM, no bairro Cremação, ambos em Belém; reforma do 12º GBM em Santa Izabel do Pará; reforma do 2º Pavimento e do Bloco da Banda de Música do Quartel do Comando Geral (QCG), além das reformas do 20º GBM

em Mosqueiro, Belém, e do 9º GBM, em Altamira. Ressalta-se também que, por meio de ação conjunta entre Governo do Estado e Prefeitura de Belém, foi concedida, em definitivo, após 51 anos, a posse ao Corpo de Bombeiros Militar (CBM) do prédio histórico que abrigou por muito tempo o Comando Geral do CBMPA.

Com o objetivo de promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas, alinhadas à **meta 16.B**, a gestão estadual, por meio da Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis, da Polícia Civil do Estado do Pará, desenvolveu ações voltadas à prevenção e à repressão contra Grupos Vulneráveis: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoa em situação de rua, povos originários de matrizes africanas e comunidade LGBTQIA+. No ano de 2022, cerca de 26.800 pessoas foram atendidas nas unidades da DAV, sendo registrado mais de 8 mil boletins de ocorrência, 4.211 de medidas protetivas de urgência e instaurados 7.529 procedimentos policiais no âmbito da Região Metropolitana de Belém e outros 15 municípios do interior do Estado.

No campo da prevenção, foram realizadas mais de 100 palestras com as seguintes temáticas:







17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



**FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**





OBJETIVO 17

FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ODS 17, tema deste capítulo, estabelece a importância e necessidade de promover parcerias entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, em todos os níveis de governo, federal, estadual, municipal, bem como parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e empresas que atuam em diferentes áreas, com foco no desenvolvimento sustentável. É composto de 19 metas, sendo 2 finalísticas e 17 de implementação.

Em relação às metas do ODS 17 alinharam-se as seguintes políticas de governo: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará, Programa Forma Pará, Programa Territórios pela Paz, Plano Estadual de Bioeconomia, Projeto Descarboniza Pará, Plano Estadual Amazônia Agora, Criação e Registro de Produção Técnico/Científica, Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental, Projeto "Regulariza Pará, entre outros.

Essas políticas estruturaram a atuação do Governo do Estado, permeando todos os outros ODS e metas. No ano de 2022, o Governo do Pará buscou o fortalecimento desses meios de implementação e de parcerias voltadas para o desenvolvimento sustentável, com base nas metas ODS para o Brasil, cujas ações serão apresentadas a seguir.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 17.1

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

META 17.7

promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

META 17.3

Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

META 17.8

Até 2030, operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação

META 17.6

Melhorar a cooperação norte-sul, sul-sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das nações unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

META 17.14

Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

META 17.16

Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multisectoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

META 17.18

Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

META 17.17

Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

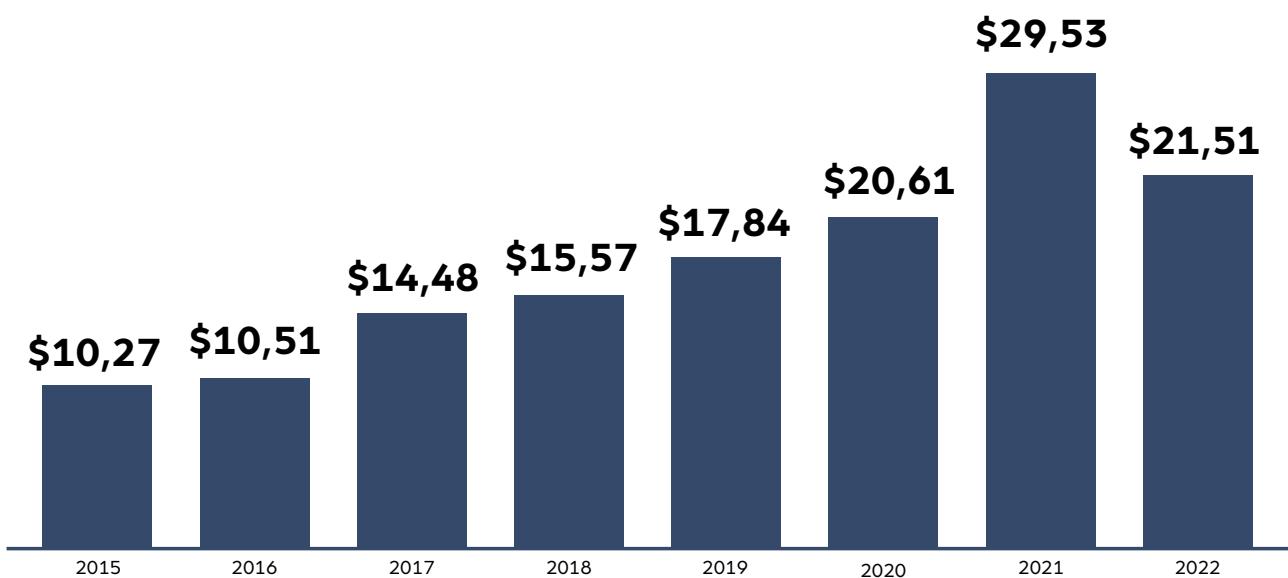
META 17.19

Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.

ONDE ESTAMOS

EXPORTAÇÕES PARAENSES

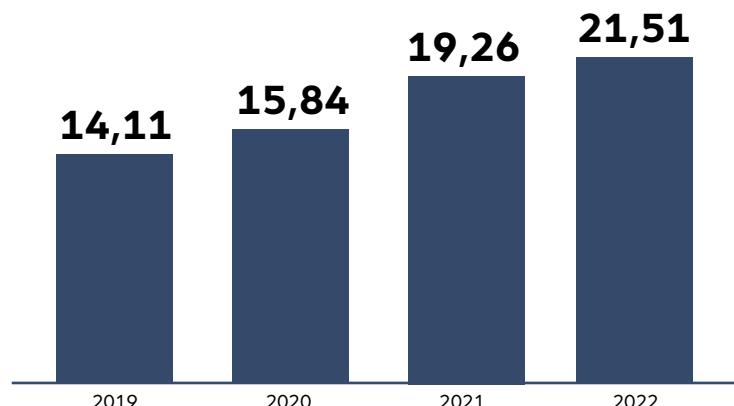
EM VALOR FOB (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC, 2022.

RECEITA PRÓPRIA ARRECADADA

EM R\$ MILHÕES



Fonte: SEFA, 2022.

O QUE FIZEMOS

Como estratégia importante para o alcance da **meta 17.1**, quanto ao aspecto de fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a arrecadação de impostos e receitas, o Governo Estadual tem ampliado a gestão fazendária, implementado inovações tecnológicas visando acelerar os processos de arrecadação, bem como iniciativas para orientação e melhor fiscalização no cumprimento do dever de prover o estado de receitas, com vistas a obtenção de recursos que garantam a implementação de políticas públicas para atender às necessidades da população.

Para tanto, em 2022, foi dada continuidade à implementação do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Estado do Pará (PROFISCO II PA), desenvolvido através da linha de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contrapartida do Estado, gerenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), e com participação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), Auditoria Geral do Estado (AGE) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). O Profisco II, além de financiar o desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) que vai começar a fun-

cionar em 2023, garantiu, em 2022, a aquisição das máquinas que formam a infraestrutura do sistema: Exadata e a contratação de Servidores Virtuais para Aplicação web, Storage e Backup, totalizando, em 2022, cerca de R\$4 milhões em investimentos. O objetivo do Profisco II PA é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária, melhoria da administração tributária e da gestão do gasto público.

No ano de 2022, a receita total do estado do Pará cresceu 14,5% em relação a 2021, alcançando o valor total anual de R\$36 bilhões. A receita própria somou R\$24,3 bilhões em 2022, cresceu 15,5% em termos reais e representou 67,6% do total. E os recursos de transferências foram R\$11,7 bilhões, correspondendo a 34,4 % do total, com incremento de 12,3% em relação ao ano anterior. Nestas, estão inseridos os royalties hídricos, minerais e de petróleo.

A arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), principal tributo estadual, no ano, foi de R\$19,97 bilhões, o que representa um crescimento de 7,9% na comparação com a arrecadação de 2021. O aumento da arrecadação tributária, se constitui em importante vetor

de mobilização de recursos do estado para as Prefeituras visto que 25% são transferidos para os municípios, por meio de convênios fundos, colaborando com a **meta. 17.1**.

A **meta 17.3** trata da mobilização de recursos adicionais a partir de múltiplas fontes. No Estado do Pará, essa preocupação tem se concretizado, na medida em que o Governo Estadual tem buscado recursos de fontes diversas, nacionais e internacionais, e até da junção de vários estados como mecanismos para ampliar os recursos necessários ao desenvolvimento sustentável do estado.

Para isso, mantém em seu programa de gestão anual o gerenciamento de Programas Especiais, para prover a articulação de projetos que impulsionam políticas públicas estratégicas como obras de saneamento, infraestrutura, transportes, dentre outros. Portanto, são mobilizados recursos e esforços para promover as políticas públicas de forma mais dinâmica e eficiente. No ano de 2022, destacaram-se o projeto "Descarboniza Pará", em que o Estado prevê a entrada de recursos para alcançar a redução em emissões de gases nocivos ao meio ambiente, e o Projeto Asfalto por Todo Pará II oriundos das fontes de Recursos Ordinários.



Ainda alinhado à **meta 17.3**, o Estado do Pará integra o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, que visa o desenvolvimento econômico e social dos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas,

Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Portanto, são mobilizados recursos que são aplicados em ações comuns em prol do desenvolvimento da Amazônia Legal.



**EM CARTA AO PRESIDENTE
LULA, GOVERNADORES DA
AMAZÔNIA LEGAL
PROPUSERAM ALIANÇA PELO
MEIO AMBIENTE**

O ponto mais central sobre as colaborações do governo do Pará para a **meta 17.6** está identificado quanto ao aspecto do acesso à ciência, tecnologia e inovação por meio do compartilhamento de conhecimentos. Em 2022, por meio de uma ação programática do plano plurianual, foram concedidos incentivo à Criação e Registro de Produção Técnico/Científica, fundamental para o fomento à pesquisa e à criação científica, tendo sido produzidos 28 materiais técni-co-científicos, dentre estas, “Perspectivas e Tendências nas Ciências Florestais: uma visão interdisciplinar para a Amazônia”, de autoria de Altem Nascimento Pontes, Álisson

Rangel Albuquerque, Walmer Bruno Rocha Martins (Org.) UEPA/CCNT; Ciências ambientais/ Ciências aplicadas; “Infância, Cultura, Diversidade e Inclusão”, elaborada por Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho, Celi da Costa Silva Bahia, Ivanilde Apoluce-no de Oliveira, Tânia Regina Lobato dos Santos (Org.) UEPA/CCSE ; Educação/ Ciências Sociais e “ Ciência na escola: diálogos e estudos no ensino de ciências”, com Sinaida Maria Vasconcelos, Maria Dulcimar de Brito Silva, Ronilson Freitas de Souza (Org.) UEPA/Planetário Educação/ Ensino de ciências.

SECTET REALIZA AÇÕES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL





SEMAS CAPACITA SERVIDORES DE SECRETARIAS MUNICIPAIS EM SISTEMA QUE IRÁ MODERNIZAR LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A **meta 17.7** "indica promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado ". Nessa direção, encontra-se colaboração da gestão estadual para o alcance dessa meta, com influência sobre a **meta 17.14**, que prevê "Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável"

Essas colaborações estão inseridas nas atividades de Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão

Ambiental e da Educação Ambiental, realizadas em parceria com vários órgãos, SEMAS, Emater/PA e Iterpa, NGPM e com fontes diversas, como o Fundo Amazônia – PMV/FA, por meio de contrato firmado entre o Estado do Pará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema), e de outras fontes. Dentre as atividades:

- Suporte ao trabalho técnico de órgãos parceiros, na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos municípios que aderiram ao Programa Municípios Verdes (PMV);

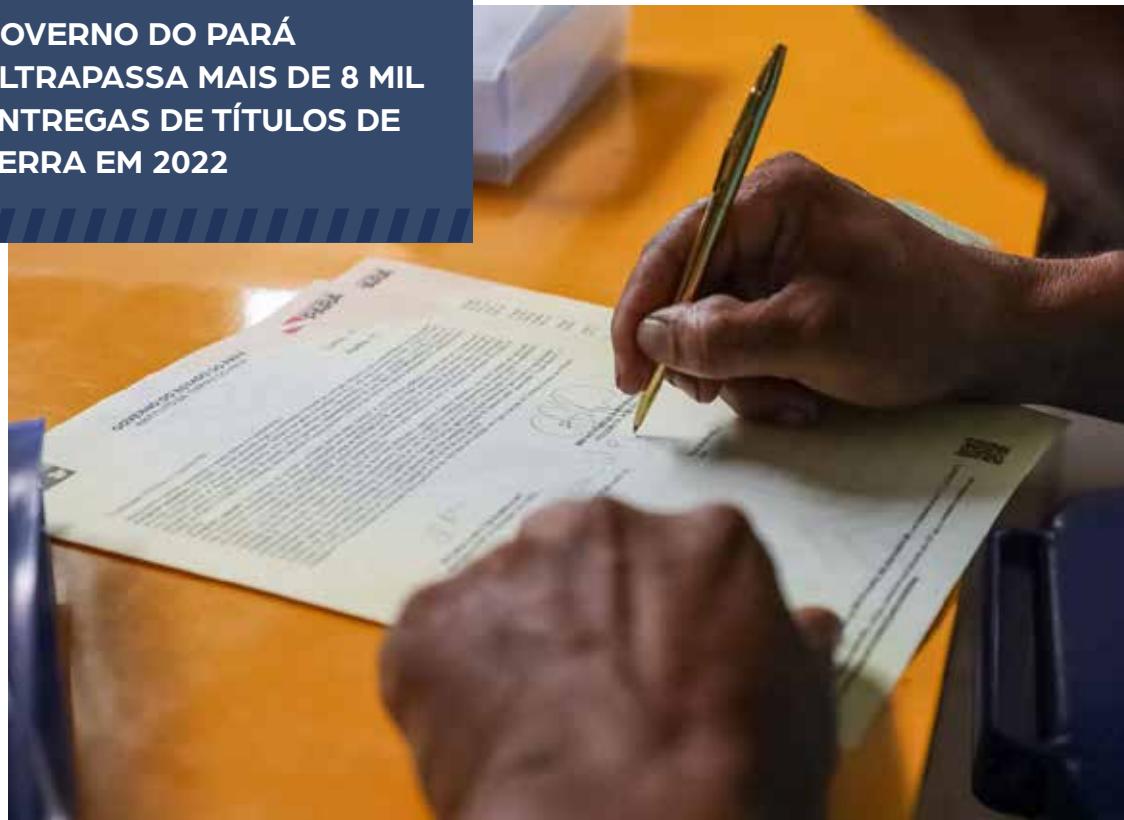


- Fornecimento de equipamentos para os escritórios locais da Emater/PA, instalados nos municípios abrangidos pelo Programa;
 - Apoio à consolidação do CAR no Estado do Pará;
 - Assessoria técnica a municípios em capacitações com variados temas, principalmente aqueles voltados para análise e validação do CAR e educação ambiental para o público atendido pelas Usinas da Paz;
 - Habilitação de novos municípios para análise e validação do CAR e orientação técnica sobre o uso do Sicar/PA nos municípios de Tailândia, Santarém, Paragominas, Piçarra e Parauapebas;
 - Capacitação do Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal (Sis-
- lam), disponibilizado pelo estado aos municípios para fins de licenciamento ambiental dos empreendimentos, obras e atividades, com apoio a gestão municipal de Bragança, para retomada da execução do seu Plano de Gestão Integrada (PGI);
- Orientação técnica aos 47 municípios costeiros paraenses, na implementação dos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro (PMGC), observando a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC).
 - Apoio à Associação Rare do Brasil na execução da pesquisa socioeconômica em cinco Reservas Extrativistas (Resex) Marinhais Paraenses, que integram o Programa Pesca Para Sempre, localizadas nas regiões Rio Caeté e Guamá.

Na gestão estadual é desenvolvida a ação de Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais e, no exercício de 2022, foram analisados 62.299 Cadastros Ambientais Rurais (CAR), por meio do projeto "Regulariza Pará", que concretiza a estratégia tática de "Ordenamento Fundiário, Territorial e Ambiental" do Programa Estadual Amazônia Agora (PEAA). Foram realizados investimentos em capacidades institucionais, tecnológicas e técnicas, bem como a integração da agenda de projetos para incremento da análise do CAR, como o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia e o Floresta+ Amazônia. O Estado, foi pioneiro no apoio à elaboração do CAR Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), com o Regulariza Pará, que inclui comu-

nidades quilombolas, extrativistas e projetos de assentamentos rurais de uso territorial coletivo, a exemplo dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas do Estado do Pará (PEAEX). Em 2022 mais de 7 mil famílias de comunidades tradicionais agroextrativistas foram beneficiadas com o CAR/PCT no estado do Pará e 3.023 quilombolas estão inseridos no CAR quilombola, dos quais 1.507 são mulheres. Por toda a importância do trabalho de base desenvolvido, as atividades executadas contribuem com a consecução de diversas metas dos objetivos sustentáveis, dentre as quais: fortalecer os meios de implementação do desenvolvimento sustentável, mediante capacitação, sobretudo em ciência, tecnologia e inovação, mencionada na **meta 17.8**.

GOVERNO DO PARÁ ULTRAPASSA MAIS DE 8 MIL ENTREGAS DE TÍTULOS DE TERRA EM 2022



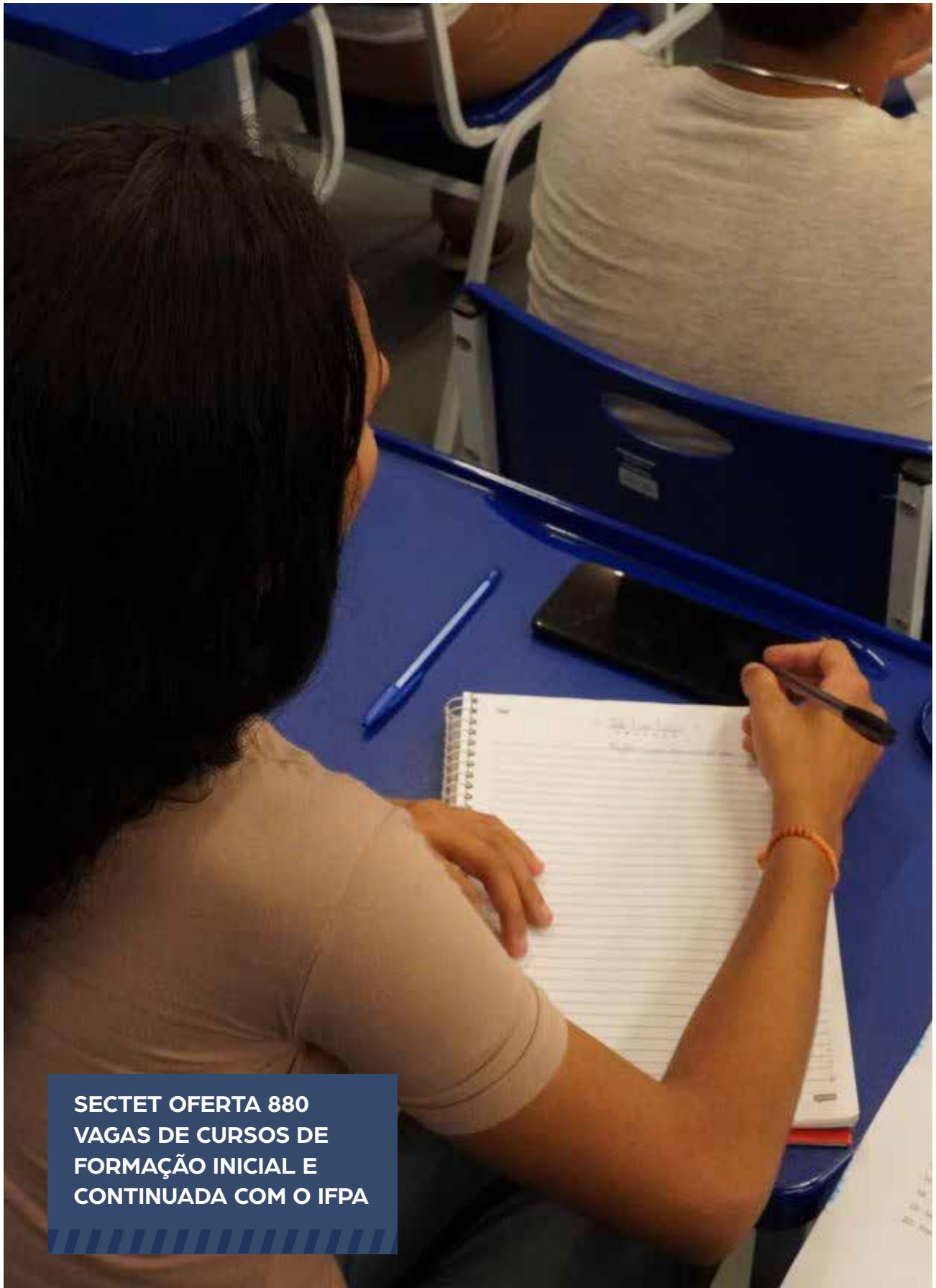
A **meta 17.14** especifica “aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável”. Nesse aspecto, o Governo do Estado do Pará, em 2022, avançou na execução do Plano Estadual Amazônia agora (PEAA), ao publicar, por meio de Nota Técnica, as “Diretrizes para Classificação Orçamentária Relacionada as Ações do PEAA”. Assim, tornará possível o monitoramento dos indicadores de efetividade do Plano, sobretudo de execução orçamentária e custo para mitigação de problemas ambientais, bem como avaliar os impactos dos recursos investidos e resultados alcançados durante a execução do PEAA.

Também colaborando com a **meta 17.14**, importante ressaltar a Nota Técnica incorporada no Manual de Elaboração do PPA 2024-2027, denominada “Diretrizes para Alinhamento entre o PPA 2024-2027 e o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)”, que contribuirá para maior coerência e efetivação dos planos, programas e ações estratégicas do estado com sustentabilidade.

A gestão estadual está em fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Longo Prazo para o Estado do Pará, para o período de 2024 até 2050, que deve buscar, entre outros propósitos, o desenvolvimento inclusivo e sustentável e a sustentabilidade ambiental, sob o prisma do aperfeiçoamento e inovação da gestão pública estadual, de

modo a torná-la mais eficaz, eficiente e efetiva. Entre os propósitos do plano está o de garantir um modelo de desenvolvimento que ampliem a capacidade de gestão estratégica com vistas à redução dos riscos de descontinuidade administrativa e imprevistos. Portanto, identifica-se que, desde sua elaboração e quando de sua execução, o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Longo Prazo para o Estado do Pará guarda correlação com o estabelecido na **meta 17.14**, uma vez que permitirá melhorar a conexão das políticas públicas.

A **meta 17.16**, quanto a reforçar a parceria para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multisectoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, tem contribuição do estado, nas atividades de articulação e acompanhamento de projetos estruturantes junto a organizações parceiras para a implantação e implementação de sistemas de energia elétrica, inclusive projetos de Rede de Distribuição Rural (RDR). No ano de 2022, com investimentos de R\$7,12 milhões foram atendidos 44 municípios, como os municípios de São Geraldo do Araguaia, Paragominas Bragança, São Caetano de Odivelas, etc. As obras são executadas pela Equatorial Energia com recursos oriundos do Programa de Inclusão social-PIS do Governo Federal.



**SECTET OFERTA 880
VAGAS DE CURSOS DE
FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA COM O IFPA**

Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias, é o que estabelece a **meta 17.17**. No ano de 2022, foram desenvolvidas pelo Governo Estadual, por meio de ações programáticas, que vão ao encontro do propósito dessa meta. Dentre estas destacam-se:

- Na ação Realização de Parcerias Interinstitucionais são promovidas articulações que possibilitam melhorias na execução da política pública de educação profissional e tecnológica. A exemplo das parcerias da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia- Sectet, o IFPA e a Universidade do Estado do Pará-UEPA para realização de cursos diversos, como Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Comércio Exterior, Gestão ambiental e tecnólogo, etc. Além da contribuição com a **meta 17.17**, tem influência para a **meta 17.16**.
- Na ação “Estudos de Projetos para a Parceria com a Iniciativa Privada”, também se encontram contribuições para a **meta 17.17**. A exemplo dos projetos de estudos da Ponte Belém-Barcarena para aderir a viabilidade econômica para Parceria Público -Privada e o projeto do canal Quiriri, Ilha de Tambioca, para promoção e dinamização do transporte hidroviário da Região Tocantins.
- Parcerias efetivadas visando ao Fortalecimento da Gestão Municipal, no sentido de criar condições para o desenvolvimento das políticas públicas, de forma coordenada entre o estado e os municípios na busca por financiamentos e estratégias de políticas públicas. Como exemplo, os investimentos no montante de R\$88,66 milhões em recursos do tesouro estadual, aplicados na infraestrutura dos municípios de Ananindeua, Banach, Belém, Breves, Chaves e Tucuruí.

**SEDEME APRESENTA
AÇÕES E PROJETOS
EM FÓRUM DE
COMÉRCIO EXTERIOR**





**TRANSPARÊNCIA
NA GESTÃO
PÚBLICA É
COMPROMISSO
DO GOVERNO
ESTADUAL**

- Nas atividades relacionadas à Articulação para Ações de Cidadania, também são firmadas parcerias para execução de forma compartilhada entre os órgãos estaduais e municipais e instituições voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Ainda em colaboração com a **meta 17.17**, foram efetivados convênios para viabilização de políticas públicas direcionadas à infraestrutura, transportes, abastecimento de água em alguns municípios paraenses, totalizando 37 projetos, entre eles, os destinados à urbanização da orla do município de Santarém, a reforma e ampliação do hospital dos Municípios de Vigia e Magalhães Barata, dentre outros.

**GOVERNO DO
PARÁ REALIZA
PARCERIA COM
VIGIA EM PROL
DE AVANÇOS NA
SAÚDE**





EM JURUTI,
SEDEME
APRESENTA A
COMUNIDADES
PROGRAMA
QUE LEVA
ENERGIA PARA
ÁREAS RURAIS

Convergentes com as **metas 17.16, 17.17 e 17.18**, nos aspectos de reforçar parcerias, compartilhar conhecimentos e desagregar dados e disponibilizar base de dados estatísticos, encontram-se várias atividades, dentre elas, o monitoramento do trabalho, emprego e renda, que é realizado por meio de convênio com o

Departamento Intersetorial de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas (DIEESE), direciona-se ao acompanhamento do mercado de trabalho e à consolidação de dados, a elaboração de relatórios técnicos, avaliação de indicadores e produção de 16 artigos.

GOVERNO FAZ ACORDO DE COOPERAÇÃO E ESTIMULA A VERTICALIZAÇÃO DE GEMAS E METAIS PRECIOSOS NO PARÁ



GOVERNO DO PARÁ LANÇA INDICADORES PARA AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



E em colaboração às **metas 17.18 e 17.19**, quanto à disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e no aspecto de desenvolver capacidades estatísticas, o estado de Pará mantém programação constante de Elaboração e Divulgação de Estudos e Pesquisas, em parcerias com diversas instituições

como a Fapespa, Uepa, IBGE etc., relacionados às temáticas, econômicas, sociais, ambientais. Em 2022, foram mais de 330 estudos divulgados, dentre estes, Anuário Estatístico do Pará, Produto Interno Bruto do Estado e dos Municípios do Pará, Barômetro de Sustentabilidade, relatórios técnicos dos Territórios de Paz (Ter-Paz.) etc.



FAPESPA LANÇA NOVOS PRODUTOS QUE CONTRIBUEM PARA A GESTÃO DO ESTADO DO PARÁ



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf
- Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2022. <https://www.ipea.gov.br/ods/>
- Anuário Estatístico do Pará 2022 – <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2022/>
- Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior. Ministério da Economia, 2022. <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>
- Boletim Mensal de Arrecadação. Secretaria da Fazenda, 2022. <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/orientacoes/manual-de-atendimento/beneficio-fiscal/12783-boletim-mensal-de-arrecadacao>
- Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>.
- Caderno ODS. PPA 2020–2023/ Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Diretoria de Planejamento Estratégico. Belém: SEPLAD, 2021. https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Programas_ODS_Todos_Programas.pdf
- IBGE- Síntese de Indicadores Sociais 2021, 2022 – <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>
- IBGE-Estatísticas de Gênero-Indicadores sociais das mulheres no Brasil-<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>
- IBGE – MUNIC – Pesquisa de Informações Municipais – <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados>

- Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa 2023 – <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Mensagem-do-Governador-2023-Alepa.pdf>
- Produção Agrícola Municipal (SIDRA / IBGE) – <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam>
- Pesquisa da Pecuária Municipal (SIDRA / IBGE) – <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm>
- Pará no Contexto Nacional – 2022. Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa. <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2022/>
- PNAD Continua <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>
- PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2020. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=sobre;> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e;>
- <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34949>
- Projeto Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>
- Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2022 – <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2022/>
- Relatório de Avaliação Plano Plurianual 2020-2023- Exercício 2022, Volume I
- <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/VOLUME-I-Paginado-FINAL.pdf>
- Relatório do Pib 2020 – Contas regionais, Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa.
- <https://drive.google.com/file/d/1tNHx6Oin1hzLUZ4zmQroAp4ui2b4cIPg/view>
- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do setor Público Brasileiro – SICONFI. https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf

